



Cleiliane Sisi Peixoto

Polissemia nos usos do verbo *ter*: arbitrariedade ou iconicidade?

São José do Rio Preto
2012

Cleiliane Sisi Peixoto

Polissemia nos usos do verbo *ter*: arbitrariedade ou iconicidade?

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista – UNESP/ São José do Rio Preto, como requisito para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística

Orientador: Dr. Roberto Gomes Camacho

Co-orientadora: Dra. Sanderléia Roberta Longhin Thomazi

Bolsas: CAPES
FAPESP (Processo nº 08/57632-0)

São José do Rio Preto
2012

Peixoto, Cleiliane Sisi.

Polissemia nos usos do verbo ter: arbitrariedade ou iconicidade?/

Cleiliane Sisi Peixoto. - São José do Rio Preto: [s.n.], 2012.

159 f.; 30 cm.

Orientador: Roberto Gomes Camacho

Co-orientador: Sanderléia Roberta Longhin Thomazi

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências,
Letras e Ciências Exatas

1. Polissemia. 2. Iconicidade. 3. Arbitrariedade. I. Camacho, Roberto
Gomes. II. Thomazi, Sanderléia Roberta Longhin. III. Universidade Estadual
Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. IV. Título

CDU - 81'1

Cleiliane Sisi Peixoto

Polissemia nos usos do verbo *ter*: arbitrariedade ou iconicidade?

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista – UNESP/ São José do Rio Preto, como requisito para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho
UNESP – São José do Rio Preto
Orientador e presidente

Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb Galvão
UFG

Profa. Dra. Cristina dos Santos Carvalho
UNEBa

Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza
UFMS

Profa. Dra. Gisele Cássia de Sousa
UNESP

São José do Rio Preto
12/dezembro/2012

AGRADEÇO

Ao meu amado Pai de Amor Incondicional e Infinita Bondade, pela oportunidade de crescimento intelectual, de conhecer um pouquinho do funcionamento da Sua Inteligência Suprema, causa primária de todas as coisas;

Ao meu amado Irmão Maior, pelo auxílio e amparo amorosos nunca ausentes;

Aos meus irmãos de amor e sabedoria, pelo apoio constante e pela dedicada orientação;

Ao Dr. João, mentor de amor, pela paz e tranquilidade imprescindíveis à realização deste trabalho;

Aos meus pais, pelo incentivo e carinho;

À minha irmã, pela força e confiança na minha capacidade;

Às minhas amigas-irmãs Lídia e Bruna, companheiras de sempre, pelo auxílio, incentivo e pela paciência; à Lídia também agradeço pela ajuda com o componente tecnológico, principalmente, com o *corpus* eletrônico;

Ao prof. Dr. Roberto Gomes Camacho (UNESP), pela orientação e pelo compromisso com os estudos linguísticos;

À profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin Thomazi (UNESP), pelo socorro prestado na última hora, auxiliando na co-orientação desta pesquisa;

Aos profs. Drs. Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP), *Maria Luiza Braga* (UFRJ), *Cristina dos Santos Carvalho* (UNEB), *John Lachlan Mackenzie*, (ILTEC, Lisboa/Portugal) e *Kees Hengeveld* (Universiteit van Amsterdam), pelas valiosas sugestões;

À FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo apoio financeiro;

Aos pareceristas da FAPESP, por acreditarem na possibilidade de realização deste trabalho e na sua contribuição com a ciência da linguagem;

Ao prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho (UNICAMP), pelas sugestões criteriosas dadas em ocasião da avaliação do projeto de tese de doutoramento para consecução de bolsa PDEE;

A todos aqueles que “contribuíram” para dificultar a realização deste trabalho também agradeço, já que as dificuldades colocam a nossa paciência, a nossa fé e a nossa perseverança à prova, e, por isso, conferem-nos um mérito muito maior na colheita das flores do porvir.

EPIGRAFE

A ciência é o legado de **Deus** para o aprimoramento intelectual da humanidade, a fim de que, mediante o conhecimento de Suas leis, sejam os Homens mesmos os executores da lei maior que fundamenta a criação do universo pelo Criador: a lei de Amor.

Porque

*O **Amor** é o rosto e o corpo do Universo.
É o tecido conetivo do universo, o material
de que somos feitos. O amor é a experiência
de ser total e ligado à Divindade Universal.*
(Barbara Ann Brennan)

Assim,

*Sustento que o sentimento religioso
cósmico é o mais forte e o mais
nobre incitamento à **pesquisa científica**.*
(Albert Einstein)

E eis a indissociável tríplice aliança entre
Deus, Amor e Ciência.

SUMÁRIO

Lista de quadros, figuras e tabelas	08
Resumo	10
Abstract	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
LÍNGUA: UM SISTEMA FUNCIONAL E DINÂMICO MOTIVADO POR MECANISMOS COGNITIVOS	25
1.1 - Língua: um sistema funcional e dinâmico	26
1.1.1 - A visão formalista acerca da linguagem: a autonomia do sistema linguístico	31
1.1.2 - A Gramática Funcional de Simon Dik (1989; 1997)	35
1.1.3 - A Gramática Discursivo-Funcional	48
1.2 - Língua: um sistema motivado por mecanismos cognitivos	57
1.2.1 - A metáfora e a metonímia	63
CAPÍTULO 2	
O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO EM VERBOS: AUXILIARIZAÇÃO	71
2.1 - O processo de gramaticalização	72
2.1.1 - A unidirecionalidade: do léxico para a gramática	73
2.1.1.1 - De verbo pleno para verbo auxiliar: auxiliarização	76
2.1.2 - Princípios, tendências e propriedades inerentes ao processo de gramaticalização	86
2.2 - Mudança diacrônica: polissemia sincrônica	89
2.3 - Verbos auxiliares: exemplos prototípicos de elementos gramaticalizados	93
CAPÍTULO 3	
AS CATEGORIAS DE TEMPO, ASPECTO E MODALIDADE NA LITERATURA SOBRE GRAMATICALIZAÇÃO	97
3.1 - Tempo	97
3.2 - Aspecto	101
3.3 - Modalidade	105

CAPÍTULO 4	
UNIVERSO DE PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	112
4.1 - Universo de pesquisa	112
4.2 - Procedimentos metodológicos	112
CAPÍTULO 5	
OS USOS DO VERBO <i>TER</i> NO PORTUGUÊS DO BRASIL	
NOS SÉCULOS XVI A XX: DESCRIÇÃO E ANÁLISE	116
5. 1 - Os usos do verbo <i>ter</i> encontrados no <i>corpus</i>	117
5.2 - Os usos do verbo <i>ter</i> encontrados nos textos do século XVI	118
5.3 - Os usos do verbo <i>ter</i> encontrados nos textos do século XVII	125
5.4 - Os usos do verbo <i>ter</i> encontrados nos textos do século XVIII	131
5.5 - Os usos do verbo <i>ter</i> encontrados nos textos do século XIX	136
5.6 - Os usos do verbo <i>ter</i> encontrados nos textos do século XX	141
CONCLUSÕES	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

LISTA DE QUADROS, FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

Quadros

1 - Paradigmas formal e funcional (DIK, 1989, p. 2-9, adaptado por NEVES, 2001, p. 46-47)	34
2 - Modelo de camadas de Dik (1989, p. 50)	39
3 - Projeções de transparência entre níveis e dentro de níveis (Adaptado de HENGVELD, 2011, p. 20)	57
4 - Quadro sinótico da gramaticalização (LEHMANN, 1982, p. 13)	73
5 - Os conceitos-fonte mais básicos (Adaptado de HEINE, 1993)	82
6 - Os conceitos gramaticais derivados dos conceitos-fonte mais básicos (Adaptado de HEINE, 1993)	83
7 - Línguas europeias em que há marcação de participio passado mediante o auxílio de verbos auxiliares	95
8 - As perífrases de tempo em português e as suas noções (LONGO, 1999)	100
9 - As perífrases de aspecto em português e as suas noções (LONGO; CAMPOS, 2002, p. 450)	104
10 - Os usos do verbo <i>ter</i> encontrados no corpus	117

Figuras

1 - Tipologia de Estado de Coisas (DIK, 1989, p. 98)	46
2 - Layout Geral da GDF (HENGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13)	49
3 - O Nível Interpessoal (HENGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 15)	51
4 - O Nível Representacional (HENGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 15)	52
5 - O Nível Morfossintático (HENGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 17)	53
6 - O Nível Fonológico (HENGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 18)	54
7 - Redundância (LEUFKENS, s/d, p. 3)	92
8 - Desintegração de domínio (LEUFKENS, s/d, p. 3)	92
9 - Forma baseada na forma (LEUFKENS, s/d, p. 3)	92

10 - Distinções temporais de Dik (1997, p. 203)	99
---	----

Tabelas

1 - Ocorrências de <i>ter</i> no século XVI	118
2 - Ocorrências de <i>ter</i> no século XVII	125
3 - Ocorrências de <i>ter</i> no século XVIII	131
4 - Ocorrências de <i>ter</i> no século XIX	136
5 - Ocorrências de <i>ter</i> no século XX	141
6 - Resumo das frequências dos usos de <i>ter</i> em todas as sincronias	147

Gráficos

1 - Processo de mudança nos valores percentuais referentes às frequências dos <i>types</i> de <i>ter</i> ao longo das sincronias	147
--	-----

PEIXOTO, C. S. Polissemia nos usos do verbo *ter*: arbitrariedade ou iconicidade?, 2012. 159 p. Tese de doutoramento em Estudos Linguísticos – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é descrever e analisar os usos do verbo *ter* no português brasileiro, de um ponto de vista diacrônico. De um ponto de vista funcionalista da linguagem, os usos auxiliares de *ter* teriam se desenvolvido um do outro mediante processos cognitivos como a metáfora e/ou a metonímia, a partir da noção de posse do verbo. Mais especificamente, o *cline* de mudança dos usos seria: *ter* pleno > *ter* auxiliar aspectual > *ter* auxiliar temporal > *ter* auxiliar modal. Como a mudança é lenta e gradativa, ela geraria a polissemia, num recorte sincrônico. A hipótese é que, na língua portuguesa brasileira, esse desenvolvimento não ocorreria; não haveria iconicidade entre a forma *ter* e as suas funções.

Seguindo uma orientação funcionalista da linguagem, a pesquisa se baseia nos pressupostos teóricos de: i) Dik (1989; 1997) e Neves (2001; 2002), a respeito da gramática de orientação funcional; ii) Croft e Cruse (2004), Haiman (1980; 1985) e Langacker (1985), sobre a iconicidade e os mecanismos cognitivos de abstratização de sentido mencionados acima, a metáfora e a metonímia; e iii) Heine *et alii* (1991), Heine (1993) e Hopper (1991), a respeito da gramaticalização e dos princípios e propriedades inerentes a esse processo de mudança linguística.

O universo de pesquisa compreende a adoção do “*Corpus do Português*” (disponível em: www.corpusdoportugues.org.br), que contém registros da língua do século XVI ao XX, provenientes de fontes textuais diversas. A escolha desse *corpus* se justifica pela hipótese de que os usos de *ter* seriam favorecidos por diferentes gêneros textuais.

Os usos de *ter* são descritos em termos do cruzamento entre o estatuto categorial e o valor semântico do verbo, e analisados segundo a tipologia de Estado de Coisas de Dik (*op. cit.*) e os pressupostos teóricos que norteiam este estudo.

Os resultados da análise mostram a existência de usos de *ter* com estatutos categoriais que variam entre [+ auxiliar] e [+ pleno] nos textos referentes a todas as sincronias. Os usos do verbo com estatuto categorial [+ auxiliar] dizem respeito aos usos de *ter* como auxiliar de tempo pretérito perfeito e pretérito mais-que-perfeito; auxiliar de aspecto iterativo; auxiliar de modalidade epistêmica com âncora temporal de futuro do pretérito e com âncora de tempo pretérito imperfeito; auxiliar de modalidade deôntica orientada para o evento e orientada para o participante. Finalmente, os usos do verbo com estatuto [+ pleno] referem-se aos usos de *ter* como predicado oracional, codificando as noções de posse concreta, posse abstrata, existência e posse humana.

Além disso, os resultados das análises revelam que os usos do verbo *ter* operam em vários tipos de Estados de Coisas e, por isso, eles não se definem em termos da semântica do Estado de Coisas em que operam.

Embora um processo de mudança nos usos do verbo *ter* não seja verificável no período da língua portuguesa brasileira que compreende os séculos XVI a XX, é possível que ele tenha ocorrido anteriormente à implantação da língua portuguesa no Brasil.

Palavras-chave: *ter*, polissemia, iconicidade/transparência, arbitrariedade/opacidade

PEIXOTO, C. S. Polissemia nos usos do verbo *ter*: arbitrariedade ou iconicidade?, 2012. 159 p. Tese de doutoramento em Estudos Linguísticos – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

ABSTRACT

The aim of the current research is to describe and to analyze the uses of the verb *ter* in Brazilian Portuguese from a diachronic point of view. From a functional point of view, the auxiliaries uses of the verb would have developed from one another through cognitive processes such as metaphor and/or metonymic, from the possession meaning of the verb. More specifically, the *cline* of change would be: *ter* full verb > *ter* aspect auxiliary > *ter* tense auxiliary > *ter* mood auxiliary. As change process in language is slow and gradual, it would result in polysemy, from a synchronic point of view. The hypothesis is that this development would not occur in Brazilian Portuguese; there would not be iconicity between the form *ter* and their functions.

According to a functional perspective of language, the research is based on theoretical assumptions of: i) Dik (1989; 1997) and Neves (2001; 2002), concerning functional grammar; ii) Croft and Cruse (2004), Haiman (1980; 1985) and Langacker (1985), concerning iconicity and cognitive mechanisms of meaning abstraction such as metaphor and metonymic; and iii) Heine *et alii* (1991), Heine (1993) and Hopper (1991), concerning grammaticalization and its properties and principles.

The research is based on “*Corpus do Português*” (available in: www.corpusdoportugues.org.br), which contains language data from the sixteenth to the twentieth century. The data were collect from different text sources. The choice of this *corpus* is based on the hypothesis that the uses of *ter* would be favored by different kinds of texts.

The uses of *ter* are described in terms of the crossing between categorical status and semantic of the verb, and analyzed according to Dik’s State of Affairs typology and the theoretical assumptions of the authors described above.

The results of the analysis show existence of uses of *ter* with categorical status which vary among [+ auxiliary] and [+ full verb] in the texts concerning all periods. The uses of the verb with categorical status [+ auxiliary] are about the uses of *ter* as a past perfect and pluperfect marker; iterative aspect marker; epistemic mood marker; deontic mood marker. At last, the uses of the verb with categorical status [+ full verb] refer to the uses of *ter* as a predicate of clause, codifying the following meanings: concrete possession, abstract possession, human possession and existence.

Furthermore, the results of the analysis show that the uses of the verb *ter* operate on several kinds of State of Affairs, and, because of this, they cannot be defined in terms of the semantic of State of Affairs.

Although a change process in the uses of *ter* in Brazilian Portuguese is not identifiable between the sixteenth and the twentieth centuries, it is possible it had occurred before establishment of Portuguese language in Brazil.

Key words: *ter*, polysemy, iconicity/transparency, arbitrariness/opacity

INTRODUÇÃO

1 - O fenômeno

Do ponto de vista sincrônico do português brasileiro contemporâneo, o verbo *ter* codifica várias acepções, dentre as quais a mais concreta ajuda a defini-lo como verbo pleno e outras mais abstratizadas (com graus variáveis de abstração), como auxiliar. No uso de *ter* abaixo,

(1) (...) então, como *o meu marido tem van* (...) (Inq. 4)¹,

o verbo funciona sintaticamente como predicado pleno, pois assume a noção de posse, conceito mais concreto. Os verbos plenos se caracterizam pela sua total independência semântica, o que lhes confere o status de predicados oracionais. O predicado, nível mais básico de uma oração, designa propriedades ou relações e se aplica a um determinado número de termos, que designam entidades, formando juntos uma predicação. Nesse uso específico, como *ter* assume a acepção de posse, ele estabelece uma relação entre dois argumentos: um possuidor, assumido na frase como *o meu marido*, e um possuído, que é *van*.

No âmbito da auxiliaridade, *ter* é o auxiliar em diferentes expressões perifrásticas, como, por exemplo: *tinha saído* (*ter* no pretérito imperfeito + predicado no particípio):

(2) Aí minha mãe acordou de madrugada procurando minha avó, minha avó **tinha saído**. (Inq. 11);

tenho notado (*ter* no presente + predicado no particípio), em:

(3) O que eu **tenho notado** é o seguinte, que depois desses padres aí (...) (Inq. 10);

e *tenho que falar* (*ter* em todos os tempos + *que* + predicado no infinitivo), em:

(4) O que eu **tenho que falar** do nosso país é isso, ele é um câncer, né? (Inq.8).

¹ Os usos de *ter* apresentados nos exemplos de (1) a (4) foram coletados da *Amostra Recontato* do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL, 1997-1999), corpus que constitui o universo de pesquisa de trabalho anterior, Peixoto (2006), em que descrevi e analisei os usos sincrônicos do verbo *ter* no português do Brasil e, mediante o estabelecimento de um *continuum*, defini o grau de abstratização dos usos.

Nesses usos, *ter* funciona sintaticamente como verbo auxiliar, apresentando-se semanticamente mais abstrato, ou seja, seu significado não é nocional nos mesmos termos que o é o significado dos verbos *sair*, *notar* e *falar* (respectivamente), uma vez que o seu papel é o de codificar informação gramatical. Por assumirem uma acepção mais conceitual, esses verbos constituem o predicado oracional e apresentam uma independência semântica. Por isso, nesses casos, *ter* forma com os predicados oracionais construções perifrásticas em que assume o papel de morfema gramatical, em comparação com o verbo principal, que é lexical.

Desse modo, o significado do auxiliar é construído por uma combinação com o conceito expresso pelo predicado (cf. CRISTOFARO, 1998, p. 76-7; CROFT, 1990, p. 23; e HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 103-6). Assim, a função que o verbo *ter* auxiliar desempenha depende do domínio semântico que expressam ele próprio e o predicado com o qual forma perífrase.

A perífrase *tinha saído* (*ter* no pretérito imperfeito + predicado no particípio), em (2), expressa tempo composto, pretérito mais-que-perfeito. Nesse caso, *ter* funciona como auxiliar de tempo relativo, já que a sua função é localizar temporalmente o Estado de Coisas (EsCo) *minha avó sair* (momento do evento) anteriormente ao EsCo *minha mãe acordar* (momento de referência), o qual é anterior ao momento da fala. Consoante Comrie (1985, p. 65), o tempo composto significa a localização temporal da situação em questão anteriormente a um ponto de referência no passado.

A perífrase *tenho notado* (*ter* no presente + predicado no particípio), em (3), expressa aspecto iterativo, pois a função de *ter* é quantificar o EsCo *eu notar*, apresentando-o como repetido, habitual. Conforme Velasco (2003, p. 154), o aspecto iterativo exprime a noção de que o EsCo se realiza várias vezes. É isso que se deduz do EsCo *eu notar*.

A perífrase deôntica *tenho que falar* (*ter* em todos os tempos + *que* + predicado no infinitivo), em (4), expressa modalidade orientada para o participante. Nesse caso, a função de

ter é exprimir a obrigatoriedade da realização real do EsCo *eu falar* pelo participante. Cabe enfatizar que, no PB, *ter* + de + predicado no infinitivo é uma variação dessa perífrase na expressão da noção de obrigatoriedade. Como diz Hengeveld (2004, p. 12), a modalidade orientada para o participante descreve um participante sob a obrigação ou tendo a permissão de fazer parte de um tipo de evento designado pelo predicado.

Portanto, por constituir verbo auxiliar marcador das categorias gramaticais de tempo, aspecto e modalidade, *ter* funciona como palavra gramatical nos usos (2), (3) e (4). Já no uso (1), “(...) então, como o meu *marido tem van* (...) (inq. 4)”, por ser usado como verbo pleno, *ter* funciona como elemento lexical. Assim, uma vez dispostos numa escala de abstratização, que tem como mais concreto o uso que está disposto à esquerda e, como mais abstratizados, os vários usos dispostos à direita, é possível considerar, de um modo muito geral, o seguinte *continuum* de abstratização dos usos:

***ter* pleno (palavra lexical) > *ter* auxiliares (palavra gramatical)**

Em ciência, a consideração do fenômeno analisado depende do ponto de vista adotado, ou, em outras palavras, mediante a adoção de um paradigma que orienta a percepção de uma comunidade científica quanto ao fenômeno. Como diz Coracini (1991, p. 27), o cientista, inserido num determinado contexto sócio-histórico, partilha com outros cientistas a crença num paradigma, em normas prescritivas que lhe possibilitam “ver” os fatos, os seres, os fenômenos naturais, dessa ou daquela maneira.

Em Linguística, especificamente, há vários pontos de vista acerca do fenômeno da linguagem. No que tange à estrutura e ao funcionamento linguístico, os vários pontos de vista podem ser agrupados em dois paradigmas principais: o paradigma formalista e o paradigma funcionalista.

De uma perspectiva formalista da linguagem, as expressões linguísticas são arbitrárias quanto ao uso, ao sentido e à função que desempenham no contexto interativo. Essa premissa

se explica com base na concepção de que a língua é um sistema estruturado independentemente de quaisquer fatores que ultrapassem o limite do puramente formal, como contexto pragmático, função comunicativa e uso linguístico. Nesse sentido, de acordo com esse paradigma, a polissemia, o uso de uma forma linguística para expressar mais de uma função, seria, portanto, arbitrária.

Ao contrário desse ponto de vista e consoante a orientação funcionalista da linguagem, esta pesquisa se apoia na consideração da língua como um instrumento de interação entre os humanos cuja função é atender aos propósitos dos falantes no contexto de interação comunicativa e, por isso, não pode ser concebida como um sistema autônomo, mas como um sistema fortemente influenciado por fatores externos ao uso.

Assumir uma perspectiva teórica funcionalista implica uma crença no princípio de iconicidade entre forma e função com base na condição natural de que a língua preservaria a biunivocidade entre ambas. Nesses termos, a gramática de uma língua se construiria com base num conjunto de princípios icônicos cognitivamente transparentes.

Em outras palavras, haveria uma projeção biunívoca entre as unidades dos níveis pragmático e semântico, por um lado, e as unidades dos níveis morfossintático e fonológico, que cuidam da codificação, por outro. No entanto, essa condição nem sempre se sustenta, em função das pressões sociocomunicativas, que desencadeiam a mudança ao longo do tempo.

É por isso que, por um lado, ser a língua um instrumento de interação entre os indivíduos implica transparência na relação entre forma e função linguística, mas, por outro, ser a língua também um código permite a possibilidade de ela tolerar certo grau de arbitrariedade/opacidade.

De um ponto de vista funcionalista da linguagem, a polissemia nos usos de *ter* seria resultante do desenvolvimento entre si das noções de tempo, aspecto e modalidade a partir da

noção de posse do verbo, ao longo do tempo. Esse desenvolvimento teria ocorrido por extensão semântica motivada por processos cognitivos como a metáfora e/ou a metonímia.

Conforme Heine *et alii* (1991), Hopper (1991), Heine (1993), Bybee *et alii* (1994), Bybee e Fleischman (1995), Ramat (1998) e Cristofaro (1998), os verbos auxiliares são exemplares prototípicos de elementos gramaticalizados. Expressam as noções gramaticais de tempo, aspecto e modalidade, mais abstratizadas, que se desenvolveram a partir de noções mais concretas, oriundas de verbos plenos, mediante processo cognitivo de extensão semântica; constituem, portanto, uma cadeia (*verb-to-TAM chain*), em que um uso se desenvolve a partir do outro, de acordo com o seguinte *cline* de mudança unidirecional:

verbo pleno > verbo auxiliar aspectual > verbo auxiliar temporal > verbo auxiliar modal

Como a mudança semântica é lenta e gradativa, não implicando uma substituição repentina, abrupta, de um sentido para o outro, ela geraria a polissemia, de um ponto de vista sincrônico.

2 - Objetivos e hipóteses

A hipótese central sobre a qual se sustenta este estudo é que, no que concerne ao português brasileiro (PB), não ocorreria esse desenvolvimento entre si das noções de tempo, aspecto e modalidade codificadas com o auxílio de *ter*. Hipoteticamente, teria ocorrido anteriormente à implantação da língua lusitana no Brasil.

Nesse caso, o fato de já estarem praticamente diluídas as relações possíveis de iconicidade teria ativado, na diacronia do PB, um processo de opacidade, não de transparência, com perda de biunivocidade entre forma e função, já que três diferentes conteúdos se instalaram na mesma forma, no caso, uma palavra tipicamente gramatical, que é, como se configura na Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), um verbo auxiliar como *ter*.

De qualquer modo, a polissemia sincrônica nos usos do verbo também se assenta no caráter funcional da língua, cuja tendência é mudar ao longo do tempo para atender às necessidades comunicativas dos falantes, que, em certos contextos, fazem uso de uma única forma para desempenhar mais de uma função. Assim, o fenômeno em estudo apontaria para uma ausência de alinhamento entre os níveis Representacional e Morfossintático e, conseqüentemente, para violação do princípio da transparência entre forma e função, cujo corolário teórico seria o da biunivocidade entre os processos de Formulação e de Codificação. Desse modo, a opacidade entre a forma *ter* e as funções que ela representa seria somente o resultado superficial de um processo possível de iconicidade que teria ocorrido num passado mais remoto que a instalação da língua portuguesa no Brasil no século XVI.

Desse modo, com base nos pressupostos teóricos funcionalistas, este estudo propõe descrever e analisar os usos do verbo *ter* no português do Brasil de um ponto de vista diacrônico, com os propósitos específicos de verificar:

1. Qual a possível similaridade semântica entre as noções de posse, tempo, aspecto e modalidade de *ter* que motivou a polissemia;
2. Se essa extensão semântica desencadeadora da polissemia do verbo é provocada por um processo cognitivo metafórico, metonímico, ou por ambos;
3. Qual o *cline* de desenvolvimento dos usos.

Esses objetivos, como bem se vê, permitem, no final, comprovar ou refutar a hipótese da transparência ou da opacidade da relação entre forma e função, conforme acima discutido.

Seguindo a orientação funcionalista da linguagem, a pesquisa se baseará nos pressupostos de: i) Dik (1989; 1997) e Neves (2001; 2002), a respeito da gramática de orientação funcional; ii) Croft e Cruse (2004), Haiman (1980; 1985) e Langacker (1985), sobre a iconicidade e os mecanismos cognitivos de abstratização de sentido mencionados acima, a metáfora e a metonímia, e Hengeveld e Mackenzie (2008), sobre as relações de

alinhamento entre a operação de formulação, que se baseia nos Níveis Interpessoal e Representacional, e a operação de codificação, baseada nos Níveis Morfossintático e Fonológico; e iii) Heine *et alii* (1991), Heine (1993) e Hopper (1991), a respeito da gramaticalização e dos princípios e propriedades inerentes a esse processo de mudança linguística.

O apoio nos pressupostos teóricos da gramática funcional de Dik e Neves se faz relevante à medida que fundamenta a concepção de estrutura e funcionamento linguístico norteadora deste trabalho, concepção que, obviamente, justifica a delimitação do fenômeno a ser analisado. Além do seu tratamento sobre a gramática funcional, também será considerado de Dik (1989; 1997) o modelo de camadas e a sua tipologia de Estado de Coisas – por ser muito detalhada –, com base na qual descreverei os usos de *ter*, no capítulo 5, tendo em vista o reconhecimento de padrões mais e menos gramaticais, que poderão sustentar a postulação de *clines* de gramaticalidade, em perspectiva sincrônica, e de *clines* de gramaticalização, em perspectiva diacrônica.

O apoio nos pressupostos dos autores descritos em (ii) porque fundamentam a consideração de que o uso linguístico é motivado pela função que a língua desempenha no contexto extralinguístico, ou, em outras palavras, a estrutura linguística reflete a estrutura cognitiva humana em termos do que Hengeveld e Mackenzie (2008) denominam relações de alinhamento. Além do mais, conforme já mencionado anteriormente, é objetivo desta pesquisa verificar em que medida a metáfora e a metonímia são mecanismos de abstratização de sentido envolvidos no processo de desenvolvimento dos usos auxiliares de *ter*.

A consideração dos pressupostos dos autores descritos em (iii) se explica pela premissa de que os usos auxiliares são concebidos como itens gramaticalizados a partir da noção mais concreta do verbo pleno. Por isso, descreverei as propriedades e os princípios

inerentes ao processo de gramaticalização, enfocando a atuação desse processo de mudança linguística em verbos.

3 – Universo de pesquisa e procedimentos metodológicos

Uma vez que o objetivo geral deste estudo é descrever e analisar os usos do verbo *ter* no PB de um ponto de vista diacrônico, o universo de pesquisa compreende a adoção de um *corpus* que contenha registros da língua do século XVI ao XX. Embora, até o fim século XVII, a língua falada no Brasil seja essencialmente a de Portugal, e o PB comece a se caracterizar como tal a partir de então, descreverei os usos de *ter* a partir do século XVI com o propósito de contribuir com a construção da história da língua portuguesa brasileira desde o momento da implantação da língua lusitana no Brasil.

Para o cumprimento dos objetivos propostos, a pesquisa se valeu de textos escritos referentes aos períodos sincrônicos investigados. Assim, foi adotado o “*Corpus do Português*” (disponível em: www.corpusdoportugues.org.br), que, organizado por Michael Ferreira, da Georgetown University, com a colaboração do prof. Ataliba de Castilho, é um banco de dados manipulável por um programa computacional que facilita a pesquisa na busca pelos registros linguísticos.

Do século XVI ao XIX, o *corpus* é constituído de registros históricos, como cartas e textos literários escritos em prosa e em verso. No século XX, o *corpus* se compõe de dados provenientes de diversas fontes, como: romances; notícias de jornais, como “Folha de São Paulo”; textos acadêmicos extraídos de teses nas áreas de Economia, Agronomia, Pedagogia, entre outras; e textos extraídos da internet. No capítulo 4, detalha-se mais minuciosamente o universo de pesquisa.

Os usos do verbo *ter* encontrados em cada sincronia (correspondente a cada século) serão descritos qualitativa e quantitativamente, conjugando informações sintáticas e semânticas, tais como o sentido codificado, o funcionamento sintático na construção e o tipo

de EsCo em que operam, como base na tipologia de Dik (1989; 1997). Particularmente, a análise dos padrões de uso do verbo em termos do tipo de EsCo em que operam se faz profícua à medida que permite verificar se os usos de *ter* se definem pela sua aplicação a tipos específicos de EsCos.

Além disso, também serão quantificados os padrões de uso em cada sincronia, com o intuito de investigar a frequência de cada uso, já que a frequência é um índice importante de mudança linguística. O trabalho de descrição em cada sincronia será completado com o viés diacrônico, em que se buscará apreender fatos relevantes do uso e da história de *ter*, em perspectiva longitudinal, observando a sucessão entre as sincronias.

4 - Relevância do estudo

Este estudo encontra justificativa e relevância não somente na medida em que contribui para o conhecimento do desenvolvimento das noções de tempo, aspecto e modalidade codificadas com o auxílio do verbo *ter* no PB, mas também no sentido de que propicia uma compreensão da natureza da linguagem, ou seja, do modo como a expressão linguística está vinculada à realidade, em termos de opacidade e transparência.

A busca pela descoberta da natureza da linguagem humana tem sido interesse dos estudiosos da Linguística tradicional européia desde a Antiguidade ocidental. De acordo com Weedwood (2002, p. 23-24), Platão, no século V a.C., em Atenas, já demonstrava esse interesse no *Crátilo* (primeiro texto sobre a linguagem no mundo ocidental), em que a intenção de descobrir se a língua tem algum vínculo direto e essencial com a realidade espiritual ou física, ou se é puramente arbitrária, é exposta em forma de uma discussão entre Crátilo, Hermógenes e Sócrates.²

² Segundo Weedwood (2002, p. 23-26), Crátilo defende que a língua seria o reflexo da realidade, posicionamento contrário ao de Hermógenes, para quem ela seria completamente arbitrária. Sócrates apresenta uma visão um tanto mais consensual, afirmando que a língua apresenta tanto aspectos reveladores da sua relação com a realidade quanto aspectos que mostram seu caráter convencional.

Essa discussão a respeito da natureza da língua, que marca o início de um confronto entre duas visões sobre o fenômeno linguístico, tem como base a descoberta pelos filósofos pré-socráticos de duas forças vitais: *phýsis* (a natureza, o poder que governa o mundo) e *nómos* (a crença ou lei instituída por ação divina ou humana). No âmbito linguístico, os gregos questionavam se a conexão entre as palavras e aquilo que denotam proviria, portanto, da natureza (*phýsei*), ou se seria imposta pela convenção (*thései*) (cf. WEEDWOOD, 2002, p. 25). Dessas duas visões emanam duas considerações: se a língua, de algum modo, reflete a realidade, ela é um caminho possível para o conhecimento da realidade; se ela é arbitrária, o seu estudo deve se limitar ao domínio do puramente linguístico e nada mais.

Embora as reflexões de Platão sobre os problemas fundamentais norteadores da linguagem tivessem tido raízes na tradição judaica, elas constituíram as bases para o desenvolvimento próprio e independente da Linguística ocidental. Por isso, Platão é considerado o primeiro pensador a refletir sobre as questões fundamentais da linguagem e o *Crátilo* é tido como o começo da história registrada da Linguística ocidental.

Assim, foi com base nesse confronto entre essas duas visões que se desenvolveram os estudos ocidentais da linguagem ao longo dos séculos, respaldando-se na lógica filosófica como ferramenta segura para a descoberta da verdadeira natureza, por um lado, e para o estabelecimento da arbitrariedade de tudo que dela fugisse, por outro. Não obstante o advento da Linguística enquanto área de conhecimento empírico da linguagem, no século XIX, a discussão quanto à verdadeira natureza da linguagem permanece até os dias atuais e tem sido o cerne do debate entre formalistas e funcionalistas.

Esta pesquisa também encontra relevância na medida em que contribui para confirmar ou refutar a premissa da unidirecionalidade no processo de derivação das noções gramaticais de tempo, aspecto e modalidade em verbos auxiliares nas línguas do mundo. Além do mais, o estudo possibilita uma comparação entre o desenvolvimento dos verbos *tenēre* e *habere*, uma

vez que este último era usado no latim para codificar as mesmas noções que *ter* codifica atualmente.

No latim arcaico, *habere* era usado com sentido de posse. Com o tempo, essa noção se abstratizou; o verbo passou a ser usado com o sentido mais abstratizado de posse metafórica. Algum tempo depois, ainda no latim arcaico, o verbo passou a ser usado com outro verbo no participio, formando um Estado de Coisas resultativo. No latim clássico, *habere* já havia se gramaticalizado, assumindo a função sintática de auxiliar. No século XV, o verbo foi substituído por *ter*. No português brasileiro, ele continuou a ser usado em registro literário. Assim, é possível que *ter* tenha passado pelo mesmo processo de desenvolvimento que *habere*, por desempenhar as mesmas funções que este verbo no latim.

5 - Estrutura do texto da tese

Este trabalho se apresenta organizado em cinco capítulos, além da introdução e conclusão. Os capítulos representam as quatro etapas de desenvolvimento da pesquisa científica: i) pressupostos teóricos (sistematizados em três capítulos); ii) universo de pesquisa e procedimentos metodológicos; iii) descrição e análise dos dados; iv) conclusões alcançadas.

No primeiro capítulo, intitulado “Língua: um sistema funcional e dinâmico motivado por mecanismos cognitivos”, discutir-se-á, mais especificamente na seção 1.1, o conceito de linguagem norteador deste estudo, com base nos pressupostos teóricos de Dik (1989; 1997), Neves (2001) e Hengeveld e Mackenzie (2008), enfocando o modelo de análise gramatical do primeiro, a fim de apresentar sua tipologia de Estado de Coisas, que servirá de base para a descrição dos usos de *ter*. Adiante, na seção 1.2, será discutido o princípio da iconicidade, com base em Croft e Cruse (2004), Haiman (1980; 1985), Langacker (1985) e Lakoff e Johnson (1980), por considerarem que há uma relação não arbitrária entre forma e função linguística. Além disso, também se tratará da metáfora e da metonímia enquanto mecanismos

cognitivos de abstratização de sentido que, em muitos casos, desencadeiam a mudança linguística.

Com base na hipótese de que os usos auxiliares de *ter* são gramaticalizados a partir da noção mais concreta do verbo pleno, no segundo capítulo, intitulado “O processo de gramaticalização em verbos: auxiliarização”, discutir-se-á o processo de gramaticalização, enfocando a atuação desse tipo de mudança linguística envolvendo verbos, na seção 2.1. A seção 2.1.1 tratará da unidirecionalidade, e os princípios, tendências e propriedades inerentes à gramaticalização serão tratadas na seção 2.1.2. Além disso, as consequências da gramaticalização de um ponto de vista sincrônico também serão discutidas, em 2.2; e, na seção 2.3, abordar-se-á o ponto de vista dos estudiosos da gramaticalização a respeito do *cline* de desenvolvimento das noções de tempo, aspecto e modalidade em verbos.

No terceiro capítulo, “As categorias de tempo, aspecto e modalidade na literatura sobre gramaticalização”, como sugere o próprio título, serão apresentadas as noções de tempo, aspecto e modalidade, por serem as noções codificadas pelas construções perifrásticas em que *ter* é o auxiliar. Em primeiro lugar, na seção 3.1, será abordada a noção de tempo, com base em Comrie (1985), Corôa (2005) e Dik (1997). Adiante, na seção 3.2, o aspecto será discutido, com base em Castilho (2002), Comrie (1976) e Travaglia (2005). Finalmente, na seção 3.3, será tratada a noção de modalidade, com base em Casseb-Galvão (1999), Henvegeld (2004) e Neves (2000).

No quarto capítulo, apresentar-se-ão o universo de pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados. A seção 4.1 descreverá o *corpus* de análise, justificando sua adoção; a seção 4.2 descreverá os procedimentos metodológicos utilizados para a análise dos usos do verbo *ter*.

No quinto capítulo, os usos do verbo *ter* encontrados no material referente aos séculos XVI a XX, constituintes do *corpus* analisado, serão discutidos e analisados. Os usos do verbo

serão descritos em termos do cruzamento entre o estatuto categorial e o valor semântico, e analisados com base nos pressupostos teóricos expostos nos capítulos 1, 2 e 3, principalmente, na teoria de Dik (1989; 1997).

Por fim, serão tecidas as conclusões alcançadas após o desenvolvimento da pesquisa. Nesse momento, os objetivos da pesquisa serão brevemente retomados, assim como as hipóteses motivadoras do trabalho, os resultados obtidos a partir das análises dos usos do verbo *ter* e as conclusões a que eles levaram.

CAPÍTULO 1

LÍNGUA: UM SISTEMA FUNCIONAL E DINÂMICO MOTIVADO POR MECANISMOS COGNITIVOS

Este capítulo propõe discutir a concepção de língua norteadora deste trabalho. Como já dizia Saussure ([1916], 1977), o ponto de vista é que determina o objeto de estudo do linguista. Em outras palavras, isso quer dizer, obviamente, que a definição do fenômeno a ser analisado pelo estudioso da linguagem já revela por si a sua concepção acerca da língua, o modo como ele “vê” os fatos linguísticos.

Desse modo, para descrever e analisar os usos do verbo *ter* no PB sob uma perspectiva diacrônica, esta pesquisa assume a noção de língua como instrumento de interação multifuncional, fluido e dinâmico, cuja função é atender aos propósitos comunicativos dos falantes. Assim, a proposta de estudo que justifica este trabalho já o situa dentro do quadro teórico funcionalista, particularmente, na vertente holandesa.¹

Com base nos pressupostos funcionalistas da linguagem, discutir-se-á a visão de língua orientadora deste estudo com o apoio em Dik (1989; 1997), Neves (2001) e Hengeveld e Mackenzie (2008). A seção 1.1.1 tratará da abordagem formalista da linguagem, com o intuito de estabelecer um paralelo entre essa abordagem e a concepção de língua que aqui sustento. A seguir, em 1.1.2, será descrito o modelo de análise gramatical de Dik, detalhando principalmente a sua tipologia de Estado de Coisas, tratamento que é importante a esta pesquisa por constituir a base para a descrição dos usos de *ter*. E, em 1.1.3, a teoria da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), será descrita, enfocando o princípio de alinhamento entre os níveis linguísticos.

¹ De acordo com a historiografia linguística, várias perspectivas diferentes sobre a linguagem têm sido desenvolvidas sob o rótulo Funcionalismo. No entanto, todas elas compartilham alguns postulados que partiram dos estudos da Escola de Praga (EP), um grupo de pesquisadores que, como diz Weedwood (2002, p. 137), sustentavam o interesse de verificar como se obtém a comunicação com a língua, como os falantes se comunicam eficientemente. Trata-se de uma abordagem caracterizada por um estruturalismo funcional. As análises funcionalistas, de um modo geral, centram-se na explicação linguística baseada na função da linguagem em um contexto mais amplo, e creem numa integração entre estrutura linguística e função da linguagem.

Com base nos princípios de Croft e Cruse (2004), Haiman (1980; 1985), Langacker (1985) e Lakoff e Johnson (1980), na seção 1.2, será discutido o princípio da iconicidade – segundo o qual a relação entre forma e função não é arbitrária. Além disso, a metáfora e a metonímia serão discutidas enquanto mecanismos cognitivos de abstratização de sentido que, em muitos casos, atuam na mudança linguística. A hipótese é que o possível processo de mudança envolvido nos usos de *ter* seja uma instância desses casos.

1.1 – Língua: um sistema funcional e dinâmico

Conceber a língua como um instrumento de interação verbal entre os seres humanos cuja função é atender aos propósitos, às necessidades dos usuários no momento de interação comunicativa pressupõe que as intenções dos falantes determinam, em grande parte, a constituição do sistema linguístico, que, por isso, é fluido e dinâmico.

Como afirma Neves (2001, p. 3), língua e linguagem são, portanto, funcionais e dinâmicas. São funcionais porque não separam o sistema linguístico e suas unidades das funções que têm de preencher; são dinâmicas porque reconhecem, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força que está por trás de seu constante desenvolvimento.

É na medida em que o sistema linguístico atende às intenções comunicativas dos falantes que ele é influenciado por fatores externos ao uso, o que constitui para os funcionalistas uma das provas principais da natureza não autônoma do componente linguístico. Nesses termos, é possível considerar a existência de uma correspondência não arbitrária entre função e forma linguística, ou entre código e mensagem na linguagem humana. Desse modo, em princípio, a condição natural da língua seria preservar uma forma para uma função e uma função para uma forma, conforme prevê o princípio da iconicidade em sua versão idealizada, segundo Givón (1991a, p. 106) e retomada por Hengeveld e Mackenzie (2008).

Portanto, é em situações de interação verbal, ou seja, em situações reais de uso, que a língua deve ser analisada, haja vista ser esse o lugar em que ela se constitui. Logo, a análise dos elementos linguísticos deve-se dar em termos do modo como eles são usados, em termos das funções que desempenham no contexto de interação verbal, o que pressupõe, obviamente, considerar a existência de uma integração entre função e expressão linguística.

Pezatti (2005, p. 168) afirma que o enfoque da linguagem como um instrumento de interação social tem por objetivo revelar a instrumentalidade da linguagem em termos de situações sociais. Como, segundo Dik (1989, p. 2), a interação verbal é uma forma de atividade cooperativa estruturada em torno de regras sociais, normas ou convenções, as regras propriamente linguísticas devem ser consideradas instrumentais em relação aos objetivos comunicativos da interação verbal. Assim, uma vez relacionada a língua às funções que ela é incumbida de desempenhar, o compromisso principal de uma teoria funcional é descrever a linguagem não como um fim em si mesmo, mas como um requisito pragmático da interação verbal.

Por isso, a explicação dos usos linguísticos não deve se basear somente na consideração da estrutura gramatical, mas em todos os componentes que fazem parte da situação comunicativa, tanto no plano linguístico quanto no extralinguístico. Consoante Neves (2001, p. 37), o comportamento sintático-semântico pode ser mais bem explicado dentro de um esquema que leve em conta a interação de forças internas e externas ao sistema.

Assim, existe uma interdependência entre os componentes formais, isto é, fonético/fonológicos, morfológicos e sintáticos, e os componentes semânticos e pragmático-discursivos, que se integram no processo de interação verbal para o cumprimento da função que a língua tem que desempenhar. Embora não se devam apostar fichas num determinismo simplista, é um tanto mais natural que os elementos formais, próprios da codificação morfossintática e fonológica, resultem de relações de alinhamento com os elementos

semânticos e discursivos, próprios da formulação interpessoal e representacional, tal como se acha representado no arcabouço da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZE, 2008). O reconhecimento da integração dos componentes linguísticos é característica de qualquer abordagem que se diga funcionalista, mas, nesse modelo, a Gramática inclui não apenas os níveis formais de codificação morfossintática e fonológica, mas também os níveis pragmático e semântico.²

Em contraste ao aparato funcional, no que concerne à relação entre estrutura e funcionamento linguístico, o ponto de vista formalista da linguagem centra seu interesse nos elementos que compõem apenas a codificação, ou seja, no modo como a língua se estrutura morfossintática e fonologicamente, deixando como secundária ou acessória a investigação da função, do uso linguístico. Nesse paradigma, a linguagem humana, reduzida ao componente formal, é analisada fora do contexto de interação comunicativa, como um sistema autônomo, arbitrário e independente do uso.

Camacho (2011, p. 69-74) considera que a discussão formal x funcional reside principalmente em saber se as gramáticas são autônomas em relação aos fatores externos a ela ou se, ao contrário, devem ser explicadas em termos desses fatores externos, o que acaba sendo uma questão central no debate entre funcionalistas e formalistas. Apoiando-se em Butler (2003) avalia o autor que essa questão requer um tratamento mais rigoroso, porque em geral é grosseiramente simplificada diante da complexidade dos conceitos de autonomia e explanação funcional, o que justifica a discussão um pouco mais refinada da diferença entre o ponto de vista formal e o funcional.

² Vale a pena lembrar aqui que, como veremos abaixo, a GDF vê o Componente Gramatical em suas relações com um Componente Conceitual, um Componente Contextual e ainda um Componente de Saída, em que se dão as manifestações fonéticas resultantes dos processos de formulação e de codificação dos níveis superiores.

Segundo Camacho (2011), uma das razões pelas quais o uso dos termos *formal* e *funcional* não pode ser considerado esclarecedor, principalmente quando aplicado aos dois paradigmas alternativos, é a ambiguidade no uso do termo *formal*. Segundo Newmeyer (1998 *apud* Camacho, 2011), ele pode referir-se tanto à forma ou estrutura gramatical em oposição ao significado ou uso, quanto à utilização de um sistema notacional para expressar de modo preciso e exato as observações e as generalizações linguísticas. Nuyts (1992 *apud* Camacho, 2011) considera essa segunda acepção para afirmar que qualquer intenção de modelar um objeto requer formalização, traço metodológico que não pode ser, assim, restrito às teorias formalistas, já que também os funcionalistas empregam sistemas matemáticos de notação.

A controvérsia em torno dos termos *formal* e *funcional* acaba por ocultar o fato de que diferenças de formalização não passam de mera questão de grau. Com efeito, alguns modelos funcionalistas, como a Gramática Funcional (*Theory of Functional Grammar*) e a Gramática do Papel e da Referência (*Role and Reference Grammar*), consistem em teorias com um elevado grau de formalismo e explicitude notacional. A diferença real não está na utilização de sistemas notacionais, mas no grau de independência ou de autonomia das relações formais ou gramaticais em relação ao significado e ao uso que os falantes fazem delas no contexto comunicativo. Entende Camacho (2011) que é justamente neste sentido preciso do termo “formal” que a diferença entre as gramáticas formais e as funcionais deixa de ser uma questão relativa para ser uma questão absoluta.

A simples consideração de um dos modos como o conceito de autonomia se aplica à linguística (a autonomia da sintaxe) permite postular que fenômenos sintáticos são essencialmente independentes das funções convencionais de natureza discursiva, pragmática e semântica que esses fenômenos exercem (CROFT, 1995).³

³ Croft (1995) menciona ainda a autonomia da gramática e a autonomia da faculdade de linguagem; a primeira diz respeito ao postulado de que a gramática é essencialmente independente de fatores funcionais externos relativos ao uso da linguagem como um instrumento de comunicação em contextos sociais; a segunda, ao postulado de que a capacidade linguística constitui um módulo que é essencialmente independente de outras capacidades cognitivas.

Croft (1995) estabelece ainda uma distinção entre dois aspectos da autonomia que, ao cruzar-se com o sentido de autonomia sintática, segundo Camacho (2011), abre caminho para adicionar ainda mais confusão ao debate: os conceitos de arbitrariedade e autossuficiência (*self-containedness*).

No caso da autonomia da sintaxe, a arbitrariedade representa o fato de que regras e os elementos sintáticos não poderiam derivar-se de propriedades semânticas ou discursivas, ainda que fossem capazes de prever corretamente o comportamento sintático; já o conceito de autossuficiência representa o fato de que o subsistema sintático conteria elementos e regras que interagem intimamente entre si sem qualquer tipo de propriedade semântica ou discursiva. Croft (1995) observa que a autossuficiência é o mais forte dos dois tipos de postulados, na medida em que ele acarreta o de arbitrariedade, e a recíproca não é verdadeira.

Mesmo assim, várias combinações logicamente possíveis deriváveis desses dois parâmetros permitem estabelecer diferentes graus de autonomia: seria possível, por exemplo, afirmar que a sintaxe é tanto arbitrária quanto autossuficiente; arbitrária, mas não autossuficiente, ou nem arbitrária nem autossuficiente (CROFT, 1995, p. 491).

É exatamente em função dessa ausência de fronteiras discretas entre as possibilidades que postular a não autonomia da sintaxe não implica necessariamente a ausência de formalização sistemática. Por esse motivo, Hengeveld (1999 *apud* Camacho 2011) defende a ideia de que os termos *formalismo* e *funcionalismo*, ainda que geralmente aceitos como designações de diferentes enfoques dentro da linguística, não são inteiramente adequados, já que incorporam dois diferentes tipos de oposição.

A primeira oposição consiste na perspectiva básica adotada pelas teorias linguísticas, mediante a qual a gramática pode ser considerada ou como um sistema estrutural autônomo ou como um instrumento de interação social. Teorias com cada uma dessas duas orientações podem ser chamadas autônomas e funcionais, respectivamente (cf. HENGVELD, 1998).

A segunda oposição é de uma natureza completamente diferente. Algumas teorias linguísticas manifestam o objetivo explícito de construir um sistema de representação formal, enquanto, para outros enfoques, esse objetivo não tem relevância; teorias desse tipo podem ser chamadas de formalizadas e não formalizadas, respectivamente.

Feita essa discussão, observe-se que é na primeira acepção do termo “formal”, a autonomia do sistema linguístico, que se apoia a principal divergência entre teorias formalistas e funcionalistas.

1.1.1 – A visão formalista acerca da linguagem: a autonomia do sistema linguístico

De acordo com o paradigma formalista da linguagem, a língua constitui um sistema apenas formalmente estruturado e independente de quaisquer outros fatores, como contexto pragmático, função comunicativa, uso linguístico. Essa visão enfática da língua como uma estrutura puramente formal e autônoma tem as suas raízes no estruturalismo, escola do pensamento linguístico que teve sua afirmação na Europa, no século XX, com a publicação do *Cours de linguistique générale* (1916), obra póstuma de Ferdinand de Saussure.

No *Cours*, Saussure expõe claramente sua concepção de linguagem humana ao afirmar que “a língua é uma forma e não uma substância” ([1916], 1977, p. 141). A substância, mencionada por ele, refere-se ao conteúdo, ao sentido da expressão formal. Para Saussure, como diz Ilari (2005, p. 56), o sentido tem existência perceptiva, mas não necessariamente linguística, e se constitui uma entidade essencialmente opositiva baseada nas relações que estabelece com outras entidades similares no interior do próprio sistema linguístico. Ao conceber a língua como forma, e não como substância, Saussure define como objeto de estudo a expressão linguística, descartando tudo o que ultrapassa o limite do puramente formal.

Essa consideração feita por Saussure remete a outro princípio notadamente saussuriano, a arbitrariedade linguística, segundo o qual a expressão linguística, definida

como a própria língua, seria, portanto, arbitrária quanto ao significado, e este, arbitrário em relação à realidade referencial.

Essa premissa implica uma concepção de língua como um sistema imanente, ou seja, um sistema de signos independente e arbitrário, no sentido de ser o significante, a expressão linguística, imotivado, como explica Saussure ([1916], 1977, p. 83): “queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade.” Esse ideal radical de Saussure se explica pelo motivo de que a forma adotada para articular sons e sentidos varia de uma língua historicamente dada para outra.

Como diz Croft (1995, p. 494), a arbitrariedade é uma propriedade da projeção entre a forma e a função semântica. Segundo essa propriedade, a estrutura sintática seria independente das estruturas semânticas e pragmáticas. O componente sintático conteria elementos e regras de combinação que não derivam de categorias semânticas ou discursivas, e nem de suas combinações.

O pressuposto da arbitrariedade, norteador da atitude saussuriana de considerar a relação significante/significado à luz da concepção de língua como um sistema imanente, e não das realidades extralinguísticas em que a língua se insere, conduz, portanto, a uma prática linguística que procura minimizar as relações que a língua mantém com o mundo, conforme Ilari (2005, p. 64).

Nos Estados Unidos, os estudos linguísticos se tornam fortemente formalistas a partir da publicação de *Syntactic Structures* (1957), de Avram Noam Chomsky. Como diz Camacho (2006, p. 41), Chomsky mantém a concepção de Saussure no que concerne à redução dos fenômenos linguísticos a um modelo formal, denominado “competência”, mas não mais visto como um sistema de signos, mas como um sistema de regras sintáticas, intuitivamente controlado, que permite produzir um conjunto infinito de construções linguísticas.

Diferentemente de Saussure, Chomsky vê a linguagem sob a perspectiva cognitiva, que encara a linguagem como expressão do pensamento e a aquisição como, por princípio, inata, baseada em princípios universais norteadores da configuração das línguas naturais humanas como um todo.

O pressuposto de Chomsky, com a adoção dessa postura frente à linguagem, é o de que as expressões linguísticas são geradas por um sistema abstrato de regras subjacente ao uso. Assim, o seu propósito é buscar no cognitivismo a fundamentação das expressões linguísticas, ou seja, as regras de formação de frases que um falante ideal tem por natureza, regras que constituem o que esse linguista chama de competência, seu objeto de estudo.

O interesse de Chomsky, ao centrar-se na investigação da competência linguística, é, portanto, formalizar as regras da estrutura profunda, o que pressupõe considerar a linguagem um sistema de regras inato, universal e uniforme. Assim, ele elabora um sistema de regras e símbolos que fornece uma representação da fonologia, da sintaxe e da semântica subjacente à língua. Trata-se, no princípio, de uma teoria de gramática gerativo/transformacional, uma teoria da gramática universal, definida pelo autor (1973, p. 26) como “uma teoria geral da estrutura linguística que determina a forma da gramática”. Portanto, como ressalta Weedwood (2002, p. 133), um dos objetivos principais desse linguista com a gramática gerativa é oferecer um meio de análise dos enunciados que leve em conta o nível subjacente da estrutura.

Ao reduzir o fenômeno linguístico a um modelo formal de regras subjacentes, Chomsky pressupõe uma concepção de língua como um sistema inato, arbitrário e autônomo, isto é, um sistema com o qual o falante (ideal) nasce e que, por isso, independe das condições pragmáticas em que é produzido e das funções que desempenha.

De um ponto de vista formalista, portanto, é autônoma a gramática de uma língua, o modo como o sistema linguístico se estrutura, e, por isso, depende em grau mínimo de

motivações funcionais. Nesse sentido, não há relação alguma entre o modo de expressão e o significado expresso, ou entre a forma e a função linguística. Vale lembrar que o conceito de gramática aqui se restringe praticamente ao que a GDF identifica como Nível Morfossintático. Essa característica basta para delinear uma diferença marcante entre uma gramática formal, como a do modelo gerativo, e uma gramática funcional, como a do modelo da GDF.

Apoiada em Dik (1989, p. 2-9), Neves (2001, p. 46-47) traça um paralelo que muito bem resume os paradigmas formal e funcional:

	PARADIGMA FORMAL	PARADIGMA FUNCIONAL
Como definir a língua	Conjunto de orações.	Instrumento de interação social.
Principal função da língua	Expressão de pensamentos	Comunicação.
Correlato psicológico	Competência: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações.	Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua.
O sistema e seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação.	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso.
Língua e contexto/situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto/situação.	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto.
Aquisição da linguagem	Faz-se com uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não estruturado de dados.	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural.
Universais linguísticos	Propriedades inatas do organismo humano.	Explicados em função de restrições: comunicativas; biológicas ou psicológicas; contextuais.
Relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica.	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica.

Quadro 1 - Paradigmas formal e funcional
(DIK, 1989, p. 2-9, adaptado por NEVES, 2001, p. 46-47)

Situando este trabalho no paradigma funcionalista da linguagem, a gramática de uma língua (o modo como o sistema linguístico está organizado) se explica em termos funcionais, em termos da integração dos componentes linguísticos e extralinguísticos para que a língua

desempenhe a sua função no contexto de interação social. Por isso, a gramática funcional é uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se a uma teoria global de interação social e que entende o sistema gramatical como sensível às pressões do uso.

Assim, uma teoria funcionalista da gramática tem por objetivo fornecer mecanismos e princípios mediante os quais seja possível desenvolver gramáticas funcionais de línguas particulares, especificando todas as expressões linguísticas, mediante um sistema de regras que incorpore as generalizações mais significativas e pertinentes (PEZATTI, 2005, p. 171).

A teoria da Gramática Funcional (GF) proposta por Dik (1989; 1997) e sua versão revisada, a Gramática Discursivo-Funcional, proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), constituem teorias linguísticas gerais que dizem respeito às circunstâncias de uso, sem deixar de considerar a organização gramatical, ou o funcionamento sistêmico das línguas naturais, traços que revelam o caráter funcional da natureza da linguagem, tomado como um princípio organizador.

Sabe-se que o modelo de análise gramatical de Dik já se expandiu numa abordagem mais ampla, a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), em que se considera o ato discursivo como unidade mínima de análise. Ainda assim, a adoção do modelo de Dik para a descrição dos usos de *ter* se justifica no fato de detalhar muito minuciosamente a tipologia de Estado de Coisas, com base na qual se verificará se os usos do verbo se definem em termos de sua aplicação a tipos específicos de Estados de Coisas.

1.1.2 - A Gramática Funcional de Simon Dik (1989; 1997)

Dik concebe a língua como um sistema funcional no sentido de que ela é, em primeiro lugar, um instrumento de interação social entre os seres humanos, usada com a intenção de estabelecer relações comunicativas. Assim, ao contrário da visão formalista da linguagem,

que não concebe a língua como um sistema que se realiza no uso, Dik considera a língua constitutiva da interação verbal.

Como afirma Dik (1989, p. 3), a interação social por meio da língua é uma forma de atividade cooperativa estruturada. É atividade cooperativa no sentido de que são necessários no mínimo dois participantes para alcançar seus objetivos; é atividade estruturada à medida que é governada por regras, normas e convenções.

Desse modo, para Dik, existe uma relação entre a pragmática, a semântica e a sintaxe. A semântica é dependente da pragmática, e a sintaxe da semântica (DIK, 1989, p. 7; PEZATTI, 2005, p. 168). A partir desse ponto de vista, então, não há uma sintaxe autônoma. Ao contrário: a sintaxe existe para as pessoas serem capazes de formar expressões complexas a fim de veicularem significados complexos.

Uma vez que a GF de Dik (1989; 1997) é uma teoria geral da organização gramatical, do funcionamento das línguas, seu propósito é explicar as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas (regras das expressões linguísticas), assim como as regras pragmáticas (regras da interação verbal), em termos do modo como são usadas, considerando, assim, a integração desses componentes linguísticos.

O modelo de análise linguística de Dik (1989; 1997) reconhece a distribuição das relações funcionais por três diferentes níveis, que configuram funções semânticas, sintáticas e pragmáticas. As funções semânticas especificam os papéis que exercem os referentes dos termos dentro do Estado de Coisas designado pela predicação, tais como Agente, Meta, Recipiente, etc. As funções sintáticas especificam a perspectiva a partir da qual o Estado de Coisas é apresentado em uma expressão linguística, como sujeito e objeto. As funções pragmáticas Tópico e Foco especificam o status informacional dos constituintes dentro do contexto comunicacional mais abrangente em que eles ocorrem.

Na visão de Chomsky (1957), a competência constitui um sistema abstrato de princípios universais inatos. Ao contrário, na visão de Dik (1989), a competência linguística do usuário da língua lhe permite não somente construir e interpretar expressões linguísticas, mas também usá-las de modo apropriado e efetivo, de acordo com as convenções da interação verbal prevalentes em uma comunidade linguística, a fim de alcançar grau máximo de eficiência comunicativa. Nesses termos, segundo Dik (1989, p. 5), o correlato psicológico da linguagem está na essência da explicação funcional. Em outras palavras, está na essência da explicação funcional situar a capacidade linguística do ser humano no centro de sua atividade social e cognitiva.

Assim, segundo Dik (1989, p. 6), a língua deve ser estudada dentro de um quadro de regras, princípios e estratégias que governam seu uso comunicativo natural porque a questão de como uma língua é organizada não pode ser estudada em abstração da questão de por que ela é organizada do jeito que é em relação às funções comunicativas que exerce. Consequentemente, nesse sentido, existe um sistema abstrato subjacente à construção das expressões linguísticas que é um sistema funcional e, por isso – pode-se especular – é dotado de uma natureza icônica.

Conforme ressaltado anteriormente, enquanto uma teoria geral da organização gramatical das línguas, a GF de Dik objetiva fornecer mecanismos e princípios mediante os quais seja possível desenvolver gramáticas funcionais de línguas particulares. Assim, Dik (1989, p. 13) afirma que sua teoria da gramática funcional deve ter três princípios: adequação pragmática, adequação psicológica e adequação tipológica.

A adequação pragmática diz respeito à integração da gramática a uma teoria pragmática mais ampla da interação verbal. Quanto à adequação psicológica, entende Pezatti (2005, p. 171) que ela define a compatibilidade entre a descrição gramatical e hipóteses psicológicas fortemente evidentes a respeito do processamento linguístico, em termos de

princípios e estratégias que determinam o modo como as expressões linguísticas são percebidas, interpretadas, processadas, armazenadas, recuperadas e produzidas. Tais modelos psicológicos dizem respeito tanto ao modo como os falantes constroem e formulam expressões linguísticas (modelos de produção) quanto ao modo como o ouvinte processa e interpreta expressões linguísticas (modelos de compreensão). De passagem, pode-se acrescentar que a orientação descendente da atual versão do modelo holandês é uma tentativa de aplicar seriamente o princípio de adequação psicológica.

A adequação tipológica concerne ao fato de que a teoria deve ser capaz de prover gramáticas para línguas de qualquer tipo e, ao mesmo tempo, exige que a teoria dê conta, de um modo sistêmico, de similaridades e de diferenças entre as línguas, o que se espera de sua aplicabilidade à descrição dos usos do *ter* no português brasileiro. Segundo Dik (1989, p. 14), a adequação tipológica implica que a teoria deve ser desenvolvida com base em fatos de uma ampla variedade de línguas, e que as hipóteses sejam testadas em fatos de outras línguas.

O modelo de análise linguística de Dik (1989; 1997) parte de um esquema abstrato de descrição que busca se adequar tanto às propriedades formais, quanto às propriedades semânticas da oração. Assim, a oração (*clause*) deve ser descrita em termos de uma estrutura abstrata subjacente (*abstract underlying clause structure*), que, para Dik, é representada na expressão linguística através de um sistema de regras de expressão (*expression rules*), que determina a forma, a ordem e o padrão de entonação dos constituintes presentes na estrutura subjacente.

A estrutura subjacente da *clause* é complexa, pois é formada por vários níveis (camadas). Ela pode ser assim representada:

UNIDADE ESTRUTURAL	TIPO DE ENTIDADE	ORDEM	VARIÁVEL
CLAUSE	ato de fala	4	$E_i, E_j, \dots$
PROPOSIÇÃO	fato possível	3	$X_i, X_j, \dots$
PREDICAÇÃO	Estado de Coisas	2	$e_i, e_j, \dots$
TERMO(S)	entidade	1	$x_i, x_j, \dots$
PREDICADO	propriedade/relação		$f_i, f_j, \dots$

Quadro 2 - Modelo de camadas de Dik (1989, p. 50)

A distinção entre entidades de primeira ordem (termos), entidades de segunda ordem (Estado de Coisas, designado por predicação) e entidades de terceira ordem (fatos possíveis, proposições) é anterior a Dik (1989), pois já fora proposta por Lyons (1977). Em seu modelo hierárquico de camadas, Dik (1989) adiciona entidades de quarta ordem (atos de fala, indicado pela estrutura de oração completa).

Dik (1989, p. 51) afirma que há duas perspectivas para o estudo da oração: *bottom-up* e *top-down*. Tem-se a perspectiva *bottom-up* (modelo ascendente) quando a escolha inicial parte do predicado e se expande para os outros níveis mais elevados, até o ato ilocucionário. Ao contrário, tem-se a perspectiva *top-down* (modelo descendente) quando o estudo da oração parte do ato de fala e se restringe até o nível do predicado.⁴

Para Dik (1989, p. 48), o predicado é o nível mais básico da estrutura subjacente de uma *clause*, designa propriedades ou relações; ele se aplica a um determinado número de termos, concebidos como entidades, e, juntos, formam uma predicação. Logo, as predicações subjacentes são construídas mediante um conjunto de estruturas de predicado e um conjunto de termos. Juntos, estes conjuntos constituem o “fundo” da língua, dentro do qual está o léxico, que contém as expressões básicas da língua: os predicados básicos e os termos básicos.

⁴ Interessante notar que na versão expandida, contida no modelo da GDF, a escolha dos autores recai sobre o modo descendente, ou *top-down*, de organização, que é uma tentativa de aplicar o princípio de adequação psicológica.

A predicação designa um Estado de Coisas, que é, segundo Dik (1989, p. 46-47), algo que pode acontecer em algum mundo (real ou mental), ser localizado no tempo e no espaço, ter certa duração, ser percebido de algum modo. Assim, a tipologia do Estado de Coisas é definida em termos da função das propriedades semânticas do predicado e dos termos.

Para Dik (1989, p. 91), os parâmetros mais importantes para a tipologia semântica dos Estados de Coisas são:

- ± Dinâmico,
- ± Télico,
- ± Momentâneo,
- ± Controle e, finalmente,
- ± Experiência.

O Estado de Coisas é [- dinâmico] quando não envolve nenhuma mudança. Nele, as entidades envolvidas são apresentadas como sendo as mesmas em todos os pontos do intervalo de tempo durante o qual o Estado de Coisas ocorre. Por isso, segundo Dik (1989, p. 91), os Estados de Coisas [- dinâmico] denotam *situações*. Como exemplo, temos as seguintes predicacões:

(5) *Mas todos os padres e irmãos de nossa Companhia **tinham** uma grande modéstia e religioso temor(...)* (1599-Lucena:SFXavier) ⁵

(6) **Tem** um grande arcebispo muito honrado junto da Pedra da Estrema onde põe a diadema. (15:Vicente:Obra1)

As predicacões em destaque exemplificam Estados de Coisas do tipo *situação* porque não há mudança alguma. Durante o tempo em que ocorrem, *todos os padres e irmãos de nossa Companhia* continuam a ter *uma grande modéstia e religioso temor*, em (5); e, em (6), *um grande arcebispo muito honrado* não deixa de existir.

⁵ As ocorrências de (5) a (28) foram extraídas do *corpus* de análise.

Contrariamente, o Estado de Coisas é [+ dinâmico] quando envolve necessariamente algum tipo de mudança, algum tipo de dinamismo interno. De acordo com Dik (1989, p. 91), Estados de Coisas [+ dinâmico] podem ser chamados de *eventos*, como (7) e (8):

(7) E assim, conhecendo que *o demônio a **tinha** deixado* derão todos graças a Deos. (1560/1580-Frois:Japam1)

(8) Matar *hum senhor daquelles* que se **tinhão** levantado contra *el-rey de Bungo*. (1560/1580-Frois:Japam1)

Em (7) e (8), os Estados de Coisas em itálico são do tipo *evento* porque, no primeiro caso, *o demônio a deixar* pressupõe mudança de um momento em que ele estava com a pessoa para outro em que ele a deixa. Em (8), do mesmo modo, *um senhor daqueles se levantar contra El-rei de Bungo* pressupõe que, antes, a situação era de subserviência. Logo, em ambos os casos, os Estados de Coisas envolvem dinamismo.

Quanto à telicidade, segundo Dik (1989, p. 92), um Estado de Coisas [+ télico] é aquele que, se for completamente concluído, chega a um ponto terminal natural. Assim, enquanto esse ponto não for alcançado, o Estado de Coisas não pode ser considerado finalizado. As ocorrências (9) e (10) são exemplos de Estado de Coisas [+ télico]:

(9) (...) importava ao serviço *el-Rei* tolher este caminho e **ter** descoberto *aquela ilha*. (15-Barros:Asia1)

(10) Pois *polo* **tem** *chegado ao extremo da Asia*. (1520-Intino:China)

Os Estados de Coisas em itálico recebem o traço [+ télico] porque, em (9), é necessário chegar *àquela ilha* para que o Estado de Coisas *el-Rei descobrir aquela ilha* ocorra efetivamente. Em (10), do mesmo modo, a ocorrência de *polo chegar ao extremo da Ásia* pressupõe o alcance de um ponto terminal.

Um Estado de Coisas é [- télico] quando, ao contrário, a sua conclusão não implica o alcance de um ponto terminal natural, conforme mostram os Estados de Coisas abaixo:

(11) *Eu* **tenho** *andado nas feiras* onde lhe foram tomadas essas penas. (1532-Barros:Ropica Pnema)

- (12) Com pena tanto crescida *mal* **tenho** *sofrido* quantes mortes. (1516-Resende: Cancioneiro)

A conclusão dos Estados de Coisas em itálico não implica o alcance de um ponto terminal porque, em (11), pode-se dar somente um passo *nas feiras* para que seja possível afirmar que *eu* realizou o Estado de Coisas *andar nas feiras*. Em (12), do mesmo modo, não há um ponto imprescindível a ser alcançado para que seja possível afirmar que se sofre algum mal.

O traço [+/- momentâneo] se aplica somente a *eventos* [+ télico], pois, conforme Dik (1989, p. 94), *situações* e *eventos* [- télico] têm uma duração ilimitada, ao contrário dos *eventos* [+ télico], que têm duração limitada. Portanto, para considerar um Estado de Coisas [+ momentâneo] ou [- momentâneo], é necessário que ele tenha uma duração limitada. Um evento [+ télico] é [+ momentâneo] quando não tem duração, ou seja, seu início coincide com seu ponto terminal, ocupando somente um ponto na linha do tempo, como exemplifica o Estado de Coisas destacado em itálico abaixo:

- (13) (...) e então *a bomba* que **tinha** *explodido* nesta última acção da minha vida (1629/1692-Vieira:cartas)

O Estado de Coisas *a bomba explodir* é [+ momentâneo] porque a explosão de uma bomba se dá momentaneamente, o que implica a inexistência de um ponto no tempo em que ela começa e termina de explodir. Ao contrário, um *evento* [+ télico] é [- momentâneo] quando, segundo Dik (1989, p. 94-95), sua realização ocupa certo espaço no tempo e tem um começo distinto do término, como mostra a seguinte predicação:

- (14) *Verbo declinaram os gramáticos* por modos, como **tinham** *descoberto*. (1599-Lucena:SFXavier)

O Estado de Coisas em destaque recebe o traço [- momentâneo] porque *descobrir o modo de declinar verbo* ocupa certo espaço no tempo pelos *gramáticos*. A descoberta é sempre a consequência de uma iniciativa inicial. Logo, trata-se de dois pontos distintos no tempo.

Quanto à propriedade [$\pm$ controle], um Estado de Coisas é [+ controle] quando o primeiro argumento da predicação tem o poder de determinar a sua ocorrência, conforme exemplificam os Estados de Coisas descritos nas ocorrências abaixo:

(15) *João de Barros **tinha** começado um Diálogo moral.* (1629/1692-Vieira: cartas)

(16) **Tenho** lido e aplaudido as suas correspondências. (18-Machado:Epistolário)

Em (15), o Estado de Coisas em destaque recebe o traço [+ controle] porque *João de Barros*, o primeiro argumento, é o controlador da ocorrência de *começar um Diálogo moral*. Do mesmo modo, em (16), o primeiro argumento, *eu*, também controla a ocorrência do Estado de Coisas *ler e aplaudir as suas correspondências*.

Ao contrário, quando a entidade representada no primeiro argumento não é o controlador do Estado de Coisas, ele tem o traço [- controle]. Os Estados de Coisas em itálico, abaixo, recebem esse traço:

(17) Estou muito aborrecida. - *Ele **tem** tido dores de cabeça.* (1875-Azevedo:Girândola)

(18) **Tendo** ficado viúva, sem filhos, na flor dos anos, não se quis casar. (18-Távora:Cabeleira)

Os Estados de Coisas em destaque, descritos em (17) e (18), têm o traço [- controle] porque, em (17), não depende do primeiro argumento, *ele*, determinar a ocorrência de *ter dores de cabeça*, e, em (18), não depende de “ela” controlar a ocorrência de *ficar viúva*.

Quanto ao traço [$\pm$ experiência], pode-se afirmar que um Estado de Coisas é [+ experiência] quando ocorre através de faculdades mentais ou sensoriais. Portanto, como diz Dik (1989, p. 98), um Estado de Coisas [+ experiência] é aquele em que algum ser animado percebe, sente, deseja, sabe, etc. O Estado de Coisas destacado na ocorrência (19) é do tipo [+ experiência]:

(19) **Tinha** sabido Constâncio por via do médico o resultado do exame. (16-Escobar:Novelas)

O Estado de Coisas *Constâncio saber o resultado do exame por via do médico* é do tipo [+ experiência] porque saber é um construto da faculdade mental. O Estado de Coisas em (20), ao contrário, é do tipo [- experiência]:

- (20) Conta só *os livros* que *ele* **tem** *produzido*, desde Homero até cá. (18-Machado:Esaú e Jacó)

O Estado de Coisas em itálico, *ele produzir os livros*, não ocorre por meio da faculdade sensorial ou mental do argumento *ele*. Logo, trata-se de um Estado de Coisas [- experiência].

Os Estados de coisas são classificados, primeiramente, segundo Dik (1989), em [- dinâmico] ou [+ dinâmico]. Logo, configuram, basicamente, *situações* ou *eventos*, respectivamente. Para um Estado de Coisas receber o traço [+ controle], ele pode ser [+ dinâmico] ou [- dinâmico], pois não é necessário que o Estado de Coisas envolva dinamismo para que o primeiro argumento determine a sua ocorrência. Os estados de coisas [+ dinâmico] e [+ controle] configuram, segundo Dik (1989, p. 98), *ação*. Os estados de coisas [- dinâmico] e [+ controle] configuram *posição*. As predicções (21) e (22) exemplificam essas afirmações.

- (21) Não ousou interrogá-la sobre *a esquivança* que *ela* **tem** *mostrado* em relação a mim. (18-Machado:Dollar) [+ dinâmico] [+ controle]: ação (evento)

- (22) Eu não digo menu, que é francesismo. RAMOS - **Temos** *um cozinheiro literato!* O COZINHEIRO - Literato não sou, mas sou purista. (1898-Azevedo:Badejo) [- dinâmico] [+ controle]: posição (situação)

Do mesmo modo, os Estados de Coisas [- controle] podem se aplicar a *situações* e a eventos, pois os que são [+ dinâmico], assim como os [- dinâmico], não exigem que o primeiro argumento seja o seu controlador, segundo Dik (1989, p. 98). Os Estados de Coisas [- dinâmico] [- controle] configuram *estado*, ao passo que os Estados de Coisas [+ dinâmico] [- controle] configuram *processo*. As predicções (23) e (24) constituem exemplos disso:

- (23) *Coutinho* contava já seus trinta e nove anos e **tinha** *alguns fios brancos na cabeça e na barba*. (1891:Machado:Mariana) [- dinâmico] [- controle]: estado (situação)

- (24) E porque *o chapéu me **tinha** caído*, dei com ela em descoberto em um grande madeiro. (16-Ribelo:Florinda) [+ dinâmico] [- controle]: processo (evento)

Os traços [+ télico] e [- télico] se aplicam somente a *eventos*, isto é, a Estado de Coisas [+ dinâmico], pois é necessário haver dinamismo para que um Estado de Coisas seja considerado concluído, alcançando ou não um ponto terminal.

A combinação do traço [+ télico] com [+ controle] e [+ dinâmico] resulta em *realização*, como exemplifica a predicação (25):

- (25) Na noite de sábado ***tinha** chegado de Amsterdão Mr. de la Thuillierie*. 1629/1692-Vieira:cartas [+ dinâmico] [+ controle] [+ télico]: realização (evento, ação)

A combinação dos traços [+ dinâmico] [- controle] [+ télico] resulta em *mudança*, como exemplifica Neves (2001, p. 89) com os casos contidos em (26):

- (26) *As novas cartas que aqui **tinham** chegado* da conjuração se decifraram com a vinda de um capelão. (1629/1692-Vieira:cartas) [+ dinâmico] [- controle] [+ télico]: mudança (evento, processo)

A combinação do traço [- télico] com [+ dinâmico] e [+ controle] resulta em *atividade*, como exemplifica a predicação (27):

- (27) Nos parecesse mais acomodada, tomando *o dinheiro* que *ele **tinha** adquirido* (...) (16-Ribelo:Florinda) [+ dinâmico] [+ controle] [- télico]: atividade (evento, ação)

Os traços [+ dinâmico] [- controle] e [- télico] juntos configuram dinamismo, como mostra a predicação abaixo:

- (28) Com pena tanto crescida *mal **tenho** sofrido* quantes mortes. (1516-Resende:Cancioneiro) [+ dinâmico] [- controle] [- télico]: dinamismo (evento, processo)

Essas combinações entre os traços [± dinâmico] [± controle] [± télico] podem ser ilustradas, segundo Dik (1989, p. 98), através da seguinte estrutura arbórea:

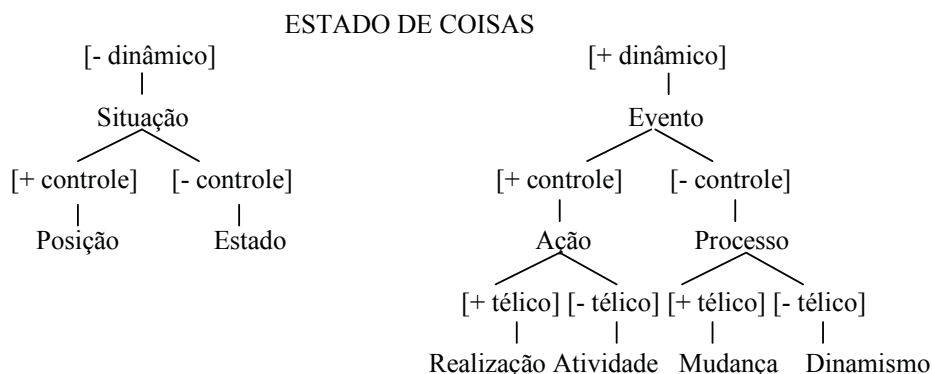


Figura 1: Tipologia de Estado de Coisas (Dik, 1989, p. 98)

Como já foi dito, o traço $[\pm \text{momentâneo}]$ se aplica somente a eventos $[+ \text{télico}]$ (realizações e mudanças), o que implica uma subtipologização ulterior. No entanto, conforme Neves (2001, p. 90), não há denominações especiais para esses subgrupos, do mesmo modo que não há denominações especiais para os subgrupos formados a partir do traço $[\pm \text{experiência}]$. O que vale ressaltar, de acordo com Dik (1989, p. 98), é que ele marca o Estado de Coisas segundo haja, ou não, um ser animado que perceba, sinta, deseje, conceba ou, de algum modo, experimente algo.

A predicação, que especifica o Estado de Coisas, pode ser dividida em três níveis: predicação nuclear, predicação central e predicação estendida. A predicação nuclear é composta pelo predicado e seus argumentos; a predicação central é formada pela predicação nuclear e pelos operadores de predicado e satélites de nível 1; e a predicação estendida é constituída pela predicação central estendida por operadores de predicação e satélites de nível 2.

Na terceira ordem estrutural, está a proposição, que designa fatos possíveis, conteúdos proposicionais. Como diz Neves (2001, p. 86), os fatos possíveis podem ser conhecidos, pensados, podem ser causa de surpresa e de dúvida, podem ser mencionados, negados, rejeitados ou lembrados, e podem ser verdadeiros ou falsos. É nesse sentido, portanto, que seu estatuto semântico é muito diferente do Estado de Coisas.

Em uma ordem mais alta que a proposição está a *clause*. Ela designa um ato de fala (ato ilocucionário) expresso pela sentença, especificado pela proposição, pelos operadores ilocucionários e pelos satélites de nível quatro.

Segundo Dik (1989, p. 50), existem operadores e satélites que podem atuar em cada uma das quatro camadas apresentadas anteriormente. Os operadores são meios gramaticais usados para causar modificação, dar informação gramatical a todos os níveis estruturais (predicado e termos, predicação, proposição e *clause*), enquanto os satélites são meios lexicais utilizados para fornecer informação adicional a tais níveis estruturais.

Os operadores de predicado, de nível 1, são representados pelo símbolo ($\pi 1$) e fazem distinções aspectuais, como *perfectivo* ou *imperfectivo*. Logo, modificam a estrutura interna do Estado de Coisas. Os operadores de predicação (de nível 2) são representados pelo símbolo $\pi 2$ e representam os meios gramaticais através dos quais o Estado de Coisas designado pela predicação central pode ser quantificado e localizado com relação a parâmetros temporais, espaciais e cognitivos, como o passado e a modalidade objetiva. Portanto, apenas qualificam o Estado de Coisas como um todo.

Os operadores de proposição (de nível 3) são representados pelo símbolo $\pi 3$. Eles apreendem os meios gramaticais mediante os quais o falante especifica sua atitude em relação ao conteúdo proposicional, como a modalidade subjetiva, a evidencialidade. Assim, qualificam a proposição. Os operadores ilocucionários (de nível 4) são representados pelo símbolo $\pi 4$ e apreendem os meios gramaticais pelos quais o falante modifica a força da ilocução básica de uma expressão linguística para torná-la adequada à sua intenção comunicativa. Como exemplo, temos os operadores declarativo, interrogativo, imperativo e exclamativo.

Os satélites de predicado (de nível 1) são representados pelo símbolo $\sigma 1$ e compreendem os meios lexicais que especificam propriedades adicionais ao EsCo designado

pela predicação nuclear. Indicam modo, velocidade, qualidade, etc. Os satélites de predicação (de nível 2) são representados pelo símbolo σ_2 . Eles localizam o EsCo designado pela predicação quanto à frequência, tempo, duração, etc. Os satélites de proposição (de nível 3) são representados pelo símbolo σ_3 . Eles especificam a atitude do falante em relação à proposição, como atitude, evidência, etc. Os satélites ilocucionários (de nível 4) são representados pelo símbolo σ_4 e modificam a força da ilocução básica de uma expressão linguística a fim de servir à sua intenção comunicativa, como o modo do ato de fala.

O modelo de análise linguística de Dik (1989; 1997) parte, portanto, do estudo do nível mais básico, o predicado, e se expande para níveis mais elevados, como o da oração. Logo, Dik (1989) adota a perspectiva ascendente (*bottom-up*), ao contrário da perspectiva adotada no modelo de análise linguística proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008), a Gramática Discursivo-Funcional, perspectiva descendente (*top-down*), que parte de níveis e camadas de análise mais altos (*moves* e atos discursivos) até níveis e camadas de análise mais baixos (nível fonológico), como se verá a seguir.

1.1.3 - A Gramática Discursivo-Funcional

A finalidade desta seção é introduzir alguns postulados da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) que permitam fornecer os fundamentos necessários para a discussão dos processos de alinhamento e, em consequência, das relações de opacidade e de transparência entre forma e função. A Figura 2 representa a arquitetura geral do modelo, conforme aparece proposta em Hengeveld e Mackenzie (2008).

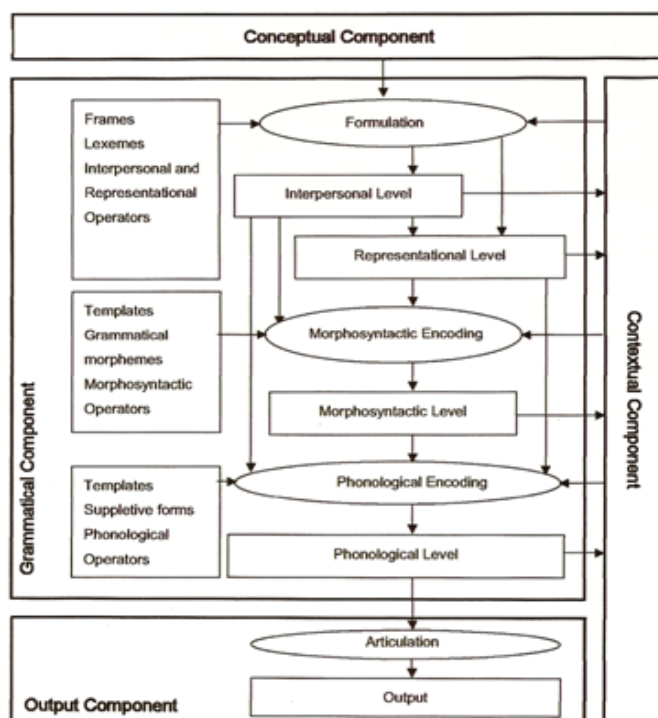


Figura 2: Layout Geral da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13)

A GDF consiste num modelo descendente (*top-down*), o que significa que a construção de um enunciado se inicia com a intenção comunicativa de uma mensagem no Componente Conceitual; ainda nessa forma pré-linguística, a mensagem passa para o Componente Gramatical, onde é formulada em unidades de conteúdo pragmático e semântico e codificada em unidades formais de natureza morfosintática e fonológica.

Essa direção descendente é motivada pela suposição de que um modelo de gramática será mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico no indivíduo. O modo descendente de organização implica que cada estágio ou componente por que passa a mensagem nesse processo constitui a entrada do estágio ou do componente seguinte. Nesse caso, o Componente Conceitual fornece a entrada para o Componente Gramatical que, por sua vez, fornece a entrada para o Componente de Saída, onde a mensagem é finalmente articulada.

O Componente Conceitual é a força motriz do Componente Gramatical como um todo, uma vez que é responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente, quanto dos conceitos associados a eventos extralinguísticos relevantes. O Componente de Saída gera as expressões acústicas ou escritas com base na informação fornecida pelo Componente Gramatical. O Componente Contextual contém a descrição da forma e do conteúdo do discurso precedente, do contexto real do evento de fala e das relações sociais entre os participantes.

As elipses da Figura 2 representam as operações de Formulação e de Codificação e os retângulos, os níveis estruturais. Os quadrados à esquerda da Figura 2 contêm os primitivos, isto é, os blocos construtores de cada nível. Toda língua tem esses primitivos, mas cada qual dispõe de seu próprio inventário; assim, embora toda língua contenha lexemas, o inventário dos lexemas difere de uma língua para outra.

Na operação de Formulação, a mensagem pré-linguisticamente construída se converte nos primitivos dos dois níveis mais altos, o Nível Interpessoal e o Nível Representacional. Um conjunto relevante de primitivos envolvidos com esses dois níveis, os Moldes, define as combinações possíveis de lexemas, o segundo conjunto de primitivos desses níveis são as unidades semânticas distinguidas pela GDF. Além disso, todos os níveis, inclusive os dois superiores, fazem uso de Operadores, ou seja, elementos gramaticais que se aplicam às unidades de seu respectivo nível.

Na operação de Codificação, os primitivos dos dois níveis envolvidos na Formulação se convertem em primitivos dos dois níveis mais baixos. Assim, a codificação morfossintática converte unidades de significado em unidades morfossintáticas e a codificação fonológica converte as unidades morfossintáticas em unidades fonológicas.

O primeiro conjunto de primitivos usados na Codificação são os padrões (*templates*), que definem como se organizam as unidades do Nível Morfossintático e do Fonológico, como

a ordenação de múltiplos sintagmas morfossintáticos numa Oração. Outro tipo de unidade específica do Nível Morfossintático são os Morfemas Gramaticais, que consistem em elementos não modificáveis como auxiliares e afixos e os Operadores, que servem para introduzir formas irregulares.

O Nível Fonológico dispõe de um conjunto de primitivos denominados Formas Supletivas: a forma dessas unidades é morfologicamente imprevisível. Encontram-se, finalmente, nesse nível os Operadores, cuja função é, por exemplo, introduzir padrões entonacionais não previsíveis.

Todos os níveis do Componente Gramatical são organizados em camadas, que, por sua vez, são também hierarquicamente ordenadas, e constituem as categorias próprias de cada um. A Figura 3, abaixo, é uma representação linear do nível mais alto do Componente Gramatical, o Nível Interpessoal, em que a mensagem recebe informação tipicamente pragmática.

$$(M_1: [(A_1: [(F) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_\Phi \dots (T_{1+N})_\Phi [(R_1)_\Phi \dots (R_{1+N})_\Phi] (C_1)_\Phi]) (A_1) \dots (A_{1+N})_\Phi] (M_1))$$

Figura 3: O Nível Interpessoal (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 15)

Quanto mais à esquerda, mais alta hierarquicamente é a unidade. As unidades entre colchetes angulares estão na mesma camada de organização, isto é, não são hierarquicamente ordenadas entre si. O Movimento (M_1), a maior unidade de interação relevante para a análise gramatical, pode ser definido como uma contribuição autônoma para a interação em desenvolvimento. Um Movimento pode conter dois ou mais Atos Discursivos (A_1), cuja relação entre si pode ser de dependência ou de equipolência. Um Ato Discursivo típico contém categorias não-hierárquicas, que são a Ilocução (F_1), os Participantes do Ato de Fala (P_1, P_2) que se alternam como Falante e Ouvinte, e um Conteúdo Comunicado (C_1), que contém, por sua vez, a totalidade do que o Falante deseja evocar na sua comunicação com o Ouvinte. Cada (C_1) contém um ou mais Subatos, assim chamados porque são

hierarquicamente subordinados aos Atos Discursivos. O Subato Atributivo (T_1) representa a evocação de uma propriedade, enquanto um Subato Referencial (R_1), a evocação de um referente.

Nem todas as camadas estão necessariamente representadas em todos os enunciados; pode haver, por exemplo, um ato sem um Conteúdo Comunicado, o que ocorre quando se enuncia um ato com ilocução imprecativa (*Droga!*), que não envolve um Conteúdo Comunicado. Por outro lado, é também possível haver múltiplas instâncias de uma mesma unidade, quando, por exemplo, diversos Subatos Referenciais no mesmo Conteúdo Comunicado.

O Nível Representacional trata dos aspectos semânticos de uma unidade linguística. Enquanto o Nível Interpessoal cuida da evocação, o Nível Representacional é responsável pela designação, situação que restringe o uso do termo "semântica" aos meios pelos quais uma língua se relaciona com os mundos possíveis que ela descreve. O Nível Representacional é também organizado em camadas hierarquicamente ordenadas conforme mostra a representação da Figura 4.

$$(p_1: [(ep_1: [(e_1: [f_1: [(f_2)^n(x_1)_{\Phi} \dots (x_{1+n})_{\Phi}] (f_1)) \dots (f_{1+n}) (e_i)_{\Phi}] \dots (e_{1+n})_{(\Phi)}] (ep_1)) \dots (ep_{1+n})_{(\Phi)}] (p_1))$$

Figura 4: O Nível Representacional (HEGENVELD; MACKENZIE, 2008, p. 15)

Conteúdos Proposicionais (p_1), as mais altas unidades do Nível Representacional, são construtos mentais (conhecimentos, crenças e desejos) e por isso podem ser factuais, quando correspondem a conhecimentos ou crenças sobre o mundo real, ou não-factuais, quando correspondem a desejos ou expectativas em relação a um mundo imaginário.

Conteúdos Proposicionais contêm Episódios (ep_1), que são conjuntos de Estados de Coisas tematicamente coerentes, isto é, com unidade ou continuidade de Tempo (t), Localização (l), e Indivíduos (x). Estados de Coisas (e_1), por seu lado, são caracterizados pelo

fato de poderem ser localizados no tempo e poderem ser avaliados em termos de seu estatuto de realidade.

Propriedades Configuracionais (f_1) são construídas mediante o uso de categorias semânticas que estabelecem uma relação não-hierárquica entre si, incluindo Indivíduos (x_1), ou seja, objetos concretos que podem ser localizados no espaço, e Propriedades Lexicais (f_2), que não têm existência independente e só podem ser avaliadas em termos de sua aplicabilidade a outros tipos de entidade.

Na medida em que representa um construto mental, o Conteúdo Proposicional pode ser modificado, por exemplo, por advérbios evidenciais como *provavelmente*; já um Estado de Coisas representa uma categoria com uma existência espaço-temporal e não mental como o Conteúdo Proposicional; pode, por isso, ser modificado por advérbios de tempo, modo e lugar. As camadas do Nível Interpessoal, assim como as do Nível Representacional estão sujeitas à atuação de modificadores (elementos lexicais) e operadores (elementos gramaticais).

Os níveis responsáveis pelas unidades formais são o Morfossintático e o Fonológico. As camadas contidas no Nível Morfossintático acham-se simplificada e representadas na Figura 5.

$$(Le_1: [(Xw_1) (Xp_1) (Cl_1: [(Xw_2) (Xp_2: [(Xw_3) (Xp_3) (Cl_3)] (Xp_2))_{\Phi} (Cl_2)_{(\Phi)}] (Cl_1))] (Le_1))$$

Figura 5: O Nível Morfossintático (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 17)

A representação na Figura 5 contém Expressões Linguísticas (Le_1), Orações (Cl_1), Sintagmas Morfossintáticos (Xp_1), Palavras Morfossintáticas (Xw_1), Raízes (Xs_1) e Afixos (Aff_1). Essas últimas três unidades podem ser de diferentes tipos, como Palavra Nominal (Nw) para unidades morfossintáticas reconhecidas como nome.

Uma Expressão Linguística (Le_1) é qualquer conjunto de uma ou mais unidades, que compartilham as mesmas propriedades morfossintáticas. As unidades que se combinam numa

Expressão Linguística podem ser Orações, Frases ou Palavras. A introdução da Expressão Linguística como a categoria mais alta cria a possibilidade de lidar diretamente com expressões não sentenciais.

Uma Oração simples (Cl_1), em si mesma um agrupamento de um ou mais Sintagmas (Xp_1) e, possivelmente, palavras (gramaticais), caracteriza-se, em maior ou menor grau, por um padrão para a ordenação desses Sintagmas e, também, em maior ou menor grau, por expressões morfológicas de conexão, em especial, regência e concordância (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

A Palavra propriamente dita (Xw_1), especialmente em línguas polissintéticas, pode ser altamente complexa. Além do fato de poder ser composta por Raízes (Xs_1) e Afixos (Aff_1), em algumas línguas, a Palavra pode, exatamente como qualquer outra camada de análise morfossintática, encaixar, recursivamente, camadas superiores, como Sintagmas e Orações.

O Nível terminal do Componente Gramatical, o Fonológico, contém, por sua vez, as camadas contidas na representação da Figura 6.

$(U_1: [(IP_1: [(PP_1: [(PW_1)] (PP_1))] (IP_1))] (U_1))$

Figura 6: O Nível Fonológico (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 18)

O Enunciado (U_1) é o maior trecho de discurso abrangido pelo Nível Fonológico. Um Falante tenderá a usar pausas mais longas para separar Enunciados de Frases Entonacionais (IP_1), que se caracterizam por conter um núcleo ou movimento tonal localizado em uma ou mais sílabas, essencial para a interpretação do Sintagma Entonacional como um todo.

A Frase Fonológica (PP_1) contém, em línguas acentuais, uma sílaba nuclear mais fortemente acentuada, que é geralmente o espaço privilegiado para alternâncias no Sintagma Entonacional.

A Palavra Fonológica (PW_1), para as línguas em que é relevante, exibe pelo menos um traço característico, que pode estar relacionado ao número de segmentos, aos recursos

prosódicos ou ao domínio das regras fonológicas. As Palavras Fonológicas dividem-se em Sílabas (S_1), que, em línguas acentuais, agrupam-se em Pés.

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF) é, para finalizar esta seção, uma teoria de base tipológica, que, ao assumir uma organização descendente, alcança adequação psicológica e que, ao assumir o Ato Discursivo como unidade básica de análise, alcança adequação pragmática. Embora seja estritamente um modelo de gramática, a GDF é projetada para interagir com os Componentes Conceitual, Contextual e de Saída, de modo a aumentar sua compatibilidade com uma teoria mais ampla da interação verbal, o que lhe imprime um formato teórico ao mesmo tempo estrutural e funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

A possibilidade de situar a relação de transparência nessa arquitetura geral é o que se desenvolve a seguir. Conforme já mencionado na Introdução, a transparência representa a situação extrema em que uma língua exibe uma relação consistentemente biunívoca entre forma e função e, na realidade, como instrumentos de comunicação que são em primeiro lugar, é justamente esse grau máximo de transparência que as línguas deveriam exibir; desse modo o contrato que as teorias funcionais firmam com o princípio de não-autonomia forma e função teriam aqui seu principal expoente.

Não é, evidentemente, esse o panorama geral: a maioria das línguas do mundo não é completamente transparente e muitas chegam mesmo a exibir um grau muito elevado de opacidade (cf. HENGEVELD, 2011). No arcabouço teórico da GDF, distinguem-se, como mencionado, quatro níveis de organização, o Nível Interpessoal, o Nível Representacional, o Nível Morfossintático e o Nível Fonológico, conforme a natureza pragmática, semântica, morfossintática e fonológica, respectivamente, das unidades envolvidas.

A transparência se aplica às interfaces entre o nível pragmático e o semântico, por um lado, e entre esses dois níveis e os dois níveis formais, por outro. Desse modo, é possível

distinguir um conjunto muito diversificado de fenômenos (descontinuidade, alinhamento não-paralelo) nas seguintes interfaces: Nível Interpessoal/Nível Morfossintático (desintegração de domínio: descontinuidade); Nível Interpessoal/Nível Fonológico (desintegração de domínio: alinhamento não-paralelo); Nível Representacional/Nível Morfossintático (redundância); Nível Representacional/Nível Fonológico (alinhamento não-paralelo); Nível Morfossintático (forma formalmente motivada); Nível Fonológico (forma formalmente motivada)

Segundo Lefkens (s/d), a transparência linguística pode ser violada de três maneiras: por redundância, por desintegração de domínio e por forma apenas formalmente motivada. A redundância compreende todas as relações entre uma unidade de significado e duas ou mais unidades formais. Uma das unidades formais é redundante porque poderia ser deixada de fora sem perda de significado.

Ocorre desintegração de domínio quando se viola a integridade das unidades formais, por exemplo, nas situações em que se fundem duas unidades formais, tornando-se uma relação não-transparente do tipo muitos para uma relação entre uma forma e mais de um significado, o que parece ser a situação aplicada à polissemia do verbo *ter*.

Outro tipo de desintegração de domínio é descontinuidade, quando uma unidade formal se divide, resultando novamente num alinhamento não-paralelo entre dois níveis. O terceiro tipo de violação de transparência é forma formalmente motivada, o que inclui todas as formas de operações formais sem a ativação de qualquer mecanismo de natureza pragmática ou semântica. Elementos expletivos são formas formalmente motivadas, já que a existência delas tem alguma razão em alguma regra formal, mas significam nada ou a nada se referem. São essas formas que podem ser chamadas de não-funcionais, ou sintaticamente autônomas.

Para encerrar esta seção, o quadro abaixo apresenta as projeções de transparência entre os níveis e dentro deles, entre as camadas postuladas pela GDF, que representam, portanto, os alinhamentos possíveis.

Quadro 3: Projeções de transparência entre níveis e dentro de níveis
Interpessoal - Representacional
- não a aposição
- não a limitações de unidades semânticas que podem ser escolhidas como predicados
Interpessoal/Representacional - Morfossintático
- não a relações gramaticais
- não a descontinuidade
- Marcação de Função não sensível à natureza do input
Interpessoal/Representacional/Morfossintático - Fonológico
- Paralelismo entre sintagma fonológico e sintagma morfossintático
- Peso fonológico não influencia colocação morfossintática
Morfossintático
- não a elementos expletivos
- não a cópia de tempo
- não a elevação
- não a gênero gramatical, declinação, conjugação
- não a concordância
- não a morfologia fusional
Fonológico
- não a adaptação fonológica

(Adaptado de HENGVELD, 2011, p. 20)

Conforme salientado na seção 1.1, este trabalho sustenta que os componentes linguísticos interagem entre si para que a língua cumpra sua principal função, atender às necessidades comunicativas dos falantes. Por isso, o sistema linguístico deve ser analisado em uso, em termos das funções que desempenha no contexto interativo; e que existe uma relação não arbitrária entre forma e função linguística, ou entre uso e significado, princípio que sustenta a teoria da iconicidade, a ser tratada adiante.

1.2 – Língua: um sistema motivado por mecanismos cognitivos

A iconicidade é um princípio postulado pela Linguística Cognitiva, uma abordagem do estudo da língua de orientação funcionalista que começou a ser desenvolvida nos anos de 1970 por Langacker, Fillmore, Lakoff, entre outros, e que tem estado fortemente ativa desde a década de 80.⁶

⁶ Não obstante o início do desenvolvimento da Linguística Cognitiva nos anos de 1970, a Linguística e a Psicologia já vêm, desde a sua constituição, em fins do século XIX e início do século XX, defrontando-se com algumas questões que se apresentavam a partir da relação entre essas áreas de conhecimento. Contudo, é apenas em função dos desenvolvimentos que tomaram forma em meados do século XX, identificados como a revolução cognitiva dos anos 50, que as relações entre língua e cognição puderam ser especificamente investigadas, conforme afirma Corrêa (2006, p. 107).

Essa abordagem enfoca as representações mentais e os processos cognitivos em relação à estrutura linguística e tem como premissa básica a ideia de que as categorias linguísticas se estruturam a partir dos mesmos princípios operacionais que organizam as demais categorias humanas (perceptuais, psicossociais, culturais, etc.). Trata-se de uma abordagem da análise da relação entre significado linguístico e forma gramatical em resposta à semântica da condição de verdade (*truth-conditional semantics*) e à Gramática Gerativa.

Como diz Lee (2005, p. 1), a principal característica que distingue a Linguística Cognitiva da Gramática Gerativa tem a ver com o lugar do significado no modelo. Para a teoria gerativa, a estrutura das expressões é determinada por um sistema de regras formais independentes do significado; para o modelo cognitivista, a estrutura linguística é um reflexo da cognição no sentido de que uma expressão linguística particular está associada a um modo particular de conceituar uma dada situação. As relações de transparência desenvolvidas pelo modelo da GDF são claramente mecanismos cognitivos que tornam a codificação um reflexo da formulação.

A palavra *cognição* tem origem em *cognitio*, nome derivado do verbo *cognoscere* (conhecer), em latim. O estudo da cognição engloba percepção, atenção, memória, conceitos, crenças, estruturas de conhecimento, categorização, raciocínio, resolução de problemas, entre outros. Cognição diz respeito, portanto, a tudo que possa estar relacionado à aquisição, manutenção, recuperação e uso de conhecimento.

De acordo com Corrêa (2006, p. 105), o conhecimento pode ser entendido como produto mental da interação do indivíduo com o que lhe é exterior, no meio físico e social. A língua, segundo a autora (*op. cit.*), por ser o principal meio de interação entre os seres humanos, é um tipo de conhecimento por eles adquirido em sua interação com o mundo. Nesse sentido, o conhecimento de uma língua pode, portanto, ser visto como um instrumento da cognição. Logo, língua e cognição são dois conceitos intimamente relacionados, e o foco

da Linguística Cognitiva está voltado, portanto, para o estudo do modo como o indivíduo usa o conhecimento linguístico.

A iconicidade que sustenta este estudo e que tem importância nos estudos linguísticos, em particular na investigação do fenômeno da gramaticalização, diz respeito à iconicidade diagramática, que se refere a um arranjo icônico de signos, nenhum deles se assemelhando necessariamente ao seu referente, sob qualquer aspecto. Desse tipo de iconicidade se distingue a iconicidade imagética, que, para Peirce (1932, *apud* NEVES, 2001, p. 106), em sua taxonomia de signos, diz respeito à semelhança sistemática entre um item e seu referente, com respeito a uma determinada característica, como ocorre, por exemplo, no caso de fotografias e estátuas.

A correspondência entre função e forma linguística não é arbitrária, é icônica, porque é conceitualmente motivada. Em outras palavras, existe uma motivação conceitual entre a forma e a função por ela desempenhada de tal modo que se pode afirmar que o uso de uma forma de expressão linguística para exprimir uma determinada função não é arbitrário, casual, mas motivado pelas relações pragmático-discursivas e semânticas do conceito que ela exprime. Nesse sentido, existe uma inter-relação entre função, significado e forma linguística.

Não se pretende com isso afirmar a existência de uma relação direta e natural entre significante (expressão linguística) e significado (substância), mas salientar que o uso da forma linguística pelo falante não é arbitrário; é motivado pelo seu conceito, que é, por sua vez, determinado pelo uso no discurso corrente, haja vista ser no uso que o sentido se constitui. Também não se pretende afirmar a existência de relações puras de motivação entre uso de uma forma e sua função, principalmente porque há formas formalmente motivadas no sistema linguístico, como o já mencionado uso de expletivos, que, ao menos no atual estágio sincrônico, não tem qualquer motivação nas línguas que os empregam.

É justamente para mostrar que as construções e estruturas aparentemente arbitrárias do ponto de vista da codificação, em um momento sincrônico, poderiam ser entendidas como discursivamente motivadas, Votré e Naro (1989) lembram um exemplo clássico, estudado por Gillian Sankoff, do Tok Pisin, atualmente falado na Nova Guiné. Essa língua crioula tem um marcador de predicado sob a forma de um *i-* prefixado ao verbo, regularmente empregado em SNs plurais ou singulares, masculinos ou femininos, nominais ou pronominais, ou zero (VOTRÉ; NARO, 1989, p. 173).

Conquanto no uso atual, esse clítico não tenha nenhuma função aparente, denotando, portanto, uma relação arbitrária entre forma e função, ele decorre historicamente do pronome *he* “ele” (o Tok Pisin é um crioulo de base inglesa). Pode-se dizer que o uso de *he* começou como um mecanismo discursivo usado para a marcação de tópicos novos; a forma *i- he* fixou-se e se generalizou, perdendo sua função discursiva original.

A expansão do domínio funcional da língua ativou um grau maior de complexidade formal, de que resultou a introdução de alternâncias morfofonológicas e até mesmo no apagamento de *i-* sob determinadas condições formais. O esvaziamento funcional de *i-* provocou o uso de um novo dispositivo para expressar mudanças de tópico: *em i, V*, como se pode ver no exemplo citado por Votré e Naro (1989, p. 175): “Mitufela sutim, givim long kandari, Bandarap. Bandarap, em i-kukim.” (“Nós dois matamos (o porco) e demos a meu tio Bandarap. Bandarap, ele o cozinhou.”)

Ainda segundo os autores, Givón (1979) deu um novo passo teoricamente relevante colocando a evolução da forma em forma de ciclo que representa o fluxo diacrônico dos mecanismos linguísticos: discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero (VOTRÉ; NARO, 1989, p. 176).

Voltando à Linguística Cognitiva, pode-se afirmar que o sentido não é inerente às coisas, ou seja, não é determinado pela realidade objetiva. Ele é fruto de conceituação, de

atividade cognitiva; é uma questão de como nós construímos ou estruturamos uma situação na nossa representação cognitiva dela (LANGACKER, 1985, p. 110). Portanto, o significado consiste numa interpretação, numa perspectiva do conhecimento humano do mundo.

Assim, o significado é conceituação da realidade objetiva. Em outras palavras, ele é resultante da relação entre outros conceitos, outras unidades de significado (cf. CROFT; CRUSE, 2004, p. 7), e a sua construção envolve, portanto, subjetividade, pois esta se refere ao modo como um observador conceitua uma cena de um modo particular. Nesses termos, como afirmam Croft (1990, p. 164) e Haiman (1980, p. 515), a iconicidade constitui o princípio segundo o qual a estrutura linguística reflete de algum modo a estrutura da experiência, da realidade, incluindo (na maior parte das visões funcionalistas) a perspectiva imposta sobre o mundo pelo falante.

Portanto, o uso de uma forma linguística para expressar uma dada função não é arbitrário; é motivado por um processo de conceituação, por atividade cognitiva; e, se é arbitrário em um dado momento da história de uma língua, pode ter sido motivado em fases diacrônicas anteriores, como indica o exemplo do Tok Pisin. Como diz Haiman (1985, p. 2), a forma linguística é um diagrama da estrutura conceitual e homóloga a ela. É por isso que se pode alegar que a iconicidade entre a expressão linguística e a função por ela desempenhada é cognitivamente motivada e que o conhecimento linguístico, o conhecimento de significado e forma, emerge do uso e é basicamente estrutura conceitual.

Há, portanto, uma relação entre língua e cognição. A língua não constitui um sistema arbitrário, autônomo, mas cognitivamente motivado, pelo menos no processo de evolução. Em termos funcionais, por princípio, a gramática de uma língua se construiria com base num conjunto de princípios icônicos cognitivamente transparentes. Em outras palavras, haveria uma projeção transparente, uma correspondência biunívoca consistente entre as unidades dos

níveis pragmático e semântico, por um lado, e as unidades dos níveis formais, por outro, como vimos na seção anterior ao discutir a GDF e as condições de alinhamento.

Como dizem Croft e Cruse (2004, p. 2), são os processos cognitivos que governam o uso da língua. Ressaltam ainda os autores (2004) que a representação do conhecimento linguístico é essencialmente a mesma da representação de outras estruturas conceituais, e os processos em que se baseia esse conhecimento não são fundamentalmente diferentes das habilidades cognitivas situadas fora do domínio da linguagem. Assim, é possível conceber a existência de uma relação entre o sistema cognitivo e o sistema linguístico, de tal modo que a estrutura deste reflete a estrutura daquele.

Pela estrutura linguística é possível observar como se organiza o sistema cognitivo humano, pois, como enfatiza Croft (1990, p. 172), a língua fornece a faceta mais explícita e mais facilmente observável do comportamento cognitivo, e, portanto, pode ser vista mais facilmente como produtora do que como verificadora de hipóteses, com respeito à estrutura cognitiva. Logo, de acordo com Hopper e Thompson (1984, p. 747), a iconicidade entre função e forma linguística é uma indicação tão forte quanto possível das bases perceptuais das estratégias cognitivas subjacentes aos sistemas linguísticos. Além disso, é importante salientar que a relação entre língua e mente só pode ser abordada considerando a língua em seu contexto funcional natural.

De acordo com Haiman (1980; 1985), há dois modos segundo os quais a estrutura conceitual pode aparecer refletida na estrutura linguística: por isomorfismo ou por motivação. O isomorfismo, que consiste numa relação biunívoca entre forma e significado, é a situação de transparência extrema na língua. Ele é violado por fenômenos como a homonímia, a sinonímia, entre outros. Croft (1990, p. 164) define-o como correspondência de partes. A relação comumente considerada nos estudos sobre iconicidade na linguagem se refere à motivação icônica, que corresponde ao reflexo, nos elementos estruturais, de relações entre

estrutura e função na linguagem. Nesse caso, trata-se de uma correspondência de relações entre partes.

Segundo Lakoff e Johnson (1980), o sistema cognitivo do homem é estruturado metaforicamente. Para eles, a metáfora está difundida na vida diária, não apenas na língua, mas no pensamento e na ação. Como dizem Croft e Cruse (2004, p. 196), as metáforas são estruturas conceituais, em geral, e não meramente linguísticas por natureza, embora sejam realizadas normalmente mediante a língua.

1.2.1 - A metáfora e a metonímia

Não obstante as definições de metáfora variem entre os estudiosos, elas compartilham traços comuns que permitem identificá-la como um mecanismo cognitivo que envolve a transferência de um domínio conceitual para outro, a qual é motivada por uma similaridade de significado entre os domínios. Nesse sentido, o processo metafórico envolve julgamento e comparação (cf. TRAUGOTT; DASHER, 2003).

Em outras palavras, o processo metafórico diz respeito a uma extensão de sentido por similaridade e por percepção sensorial que envolve a transferência de um domínio conceitual de origem, mais concreto (domínio fonte), a um domínio de chegada, mais abstratizado (domínio alvo) (cf. GIVÓN, 1991b; TRAUGOTT; KÖNIG, 1991, p. 207).

Como dizem Heine *et alii* (1991), a metáfora pode ser construída a partir de uma estratégia para estruturar a experiência no mundo real ou em algum mundo hipotético. Por isso, segundo Taylor (1989, p. 215), ela pode ser conceituada como a compreensão e a experiencição de uma coisa em termos de outra, a projeção de um conceito em outro que envolve abstratização de sentido.

A metáfora tem, portanto, natureza categorial. O ato de categorizar, segundo Croft e Cruse (2004, p. 74), que é uma das habilidades cognitivas humanas mais básicas, envolve a apreensão de alguma entidade individual como uma instância de algo concebido mais

abstrativamente. Isso significa que o desenvolvimento das estruturas é descrito em termos de algumas categorias básicas que vão de elementos mais concretos à esquerda a elementos mais abstratos à direita. Assim, tem-se a seguinte escala de abstratização metafórica proposta por Heine *et alii* (*op. cit.*) e Heine (2003, p. 587), também concebida por eles como modelo de transferência (*transfer model*):

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > processo > qualidade

Essas categorias representam entidades prototípicas, que incluem uma variedade de conceitos. A relação entre elas é metafórica por natureza, isto é, qualquer uma delas pode servir a conceitos relacionados a qualquer categoria que, no esquema acima, esteja à sua direita. Assim, a categorização, no que tange ao processo de gramaticalização, é caracterizada por estrutura de protótipo.

Para Heine (*op. cit.*), tais transferências podem ser descritas como processos metafóricos pela seguinte razão: elas envolvem uma transferência de um domínio da conceituação humana para outro, por exemplo, do domínio do corpo humano para relações espaciais, ou do domínio de ações físicas para o do conceito temporal ou do aspectual.

O protótipo pode ser entendido, nos termos de Hopper e Traugott (1993, p. 26), como *a propriedade de similaridade entre um item e outro*. Segundo Taylor (1989, p. 42), o protótipo é o ponto de referência, pois detém um conjunto de atributos, dentre os quais nenhum é essencial para definir a categoria. Por isso, para o autor (1989, p. 59), é possível entender o protótipo como uma representação esquemática do núcleo conceitual de uma categoria. Nas palavras de Givón (1984), o protótipo é o membro que ostenta o maior número de propriedades mais caracteristicamente importantes, e todos os demais membros de uma categoria devem ser classificados de acordo com o grau de semelhança com o protótipo, ou seja, de acordo com a distância do “pico prototípico”.

Desse modo, como dizem Rosch (1976, *apud* KOCH; CUNHA, 2005, p. 276) e Taylor (1989, p. 40-41), para um ente pertencer a uma determinada categoria, ele não precisa exibir certas características, preencher determinados requisitos que definem o que é fazer parte de uma categoria qualquer, conforme proposto por Aristóteles em sua abordagem clássica sobre a categorização com base em condições ao mesmo tempo necessárias e suficientes. Fazer parte de uma categoria não é uma questão de sim ou não. Trata-se de analisar em que medida os atributos da entidade se aproximam dos atributos do “pico prototípico”. Quanto mais as entidades se aproximam do protótipo, mais elas ocupam uma posição central (cf. TAYLOR, 1989).

Assim, existem membros mais centrais em cada categoria e outros mais marginais, e os elementos que estão no centro tendem, portanto, a ser considerados como os protótipos dessa categoria; é possível, por isso, considerar a existência de uma hierarquia nas categorias. Além de exibirem efeitos de prototipicidade, com membros mais básicos, as categorias também possuem membros mais marginais.

Embora tenham sido propostas várias teorias sobre a natureza das categorias, a teoria que mais têm influência no desenvolvimento da Linguística Cognitiva é a teoria dos protótipos, trabalho pioneiro desenvolvido, na psicologia cognitiva, por Rosch (1973), que observa que os atributos não têm a ver com propriedades inerentes à entidade, mas com o papel que a entidade assume em certa cultura. Nesse sentido, é razoável admitir que a representação da entidade na hierarquia da categoria diz respeito a questões funcionais e culturais.

Para Rosch (1976, *apud* TAYLOR, 1989), a prototipicidade é uma consequência de propriedades inerentes da cognição humana, e a frequência de uso não é uma justificativa para ela; é um sintoma. Bybee e Moder (1983, *apud* TAYLOR, 1989, p. 174) observam que os falantes fazem categorizações de objetos linguísticos do mesmo modo que fazem

categorizações de objetos naturais e culturais, o que sugere que os princípios psicológicos que governam o comportamento linguístico são os mesmos que governam outros tipos de conhecimento humano. Por isso, os modelos psicológicos mais recentes de estruturas de categorias têm tido talvez maior grau de influência nas análises das categorias semântica e gramatical na Linguística Cognitiva, conforme Graig (1986, p. 2) e Croft e Cruse (2004, p. 3).

Segundo Graig (1986, p. 3), não há dúvida de que o estudo dos sistemas classificadores nas línguas naturais tem muito a contribuir para um melhor entendimento da natureza da categorização humana, por um lado, e para a natureza da estrutura semântica da língua, por outro.

Conforme Koch e Cunha (2005, p. 276-277), o que a ciência cognitiva tem mostrado, portanto, é que a formação de categorias se dá a partir das capacidades perceptuais e motoras. Em outras palavras, o modo como percebemos objetos e conhecimentos e sobre eles atuamos é fundamental para definir o modo pelo qual somos capazes de desenvolver conceitos abstratos. Assim, conforme Rosh, (1976, *apud* KOCH; CUNHA, 2005, p. 276), não categorizamos o mundo utilizando mecanismos analíticos racionais que apreendem a realidade e distinguem as entidades.

Além da metáfora, a metonímia também constitui um mecanismo cognitivo desencadeador de extensão e abstratização de sentido de um item que envolve um domínio fonte e um domínio alvo. Diferentemente da metáfora, a metonímia é fortemente dependente de determinações pragmáticas, tanto do contexto linguístico quanto do extralinguístico; é associativa e indexada contextualmente, ou seja, aponta para relações semânticas em certos contextos; e é uma transferência semântica operada mediante contiguidade. Assim, a metonímia é um processo cognitivo de reinterpretação induzida pelo contexto, uma manipulação pragmático-discursivo pela qual a interpretação dos conceitos está sujeita a fatores contextuais.

Segundo Taylor (1989, p. 122), a retórica tradicional define a metonímia como uma figura de discurso por meio da qual uma entidade (*e1*) é usada para se referir a outra entidade (*e2*), a qual é contígua a (*e1*). Da mesma forma que a metáfora, a metonímia tem a função de propiciar o entendimento de algo e, portanto, tem uma função referencial.

De acordo com Lakoff e Johnson (1980, p. 84), quando afirmamos que precisamos de “boas cabeças” num projeto, estamos usando essa expressão para nos referir a pessoas inteligentes, e não usando a parte “cabeça” para representar o todo (a pessoa); estamos selecionando uma característica particular da pessoa, a inteligência, no caso, que é associada à cabeça.

A metáfora e a metonímia constituem, portanto, processos cognitivos que motivam a abstratização e a mudança de sentido. Nas palavras de Lima-Hernandes (2005, p. 15), elas são processos totalmente inseparáveis, e, muitas vezes, na análise de um fenômeno já gramaticalizado, é possível observar a atuação de ambos os mecanismos em fases específicas da mudança.

De acordo com Barcelona (2000, *apud* TRAUGOTT; DASHER, 2003, p. 29), ambos os processos cognitivos enriquecem o significado, e o alvo ou a fonte de uma metáfora potencial deve ser entendido ou perspectivizado metonimicamente para a metáfora ser possível.

No âmbito linguístico, a metáfora e a metonímia são mecanismos cognitivos que motivam os falantes a fazerem uso de formas linguísticas já existentes para desempenharem funções mais abstratizadas em novos contextos e situações. Um falante usa uma expressão de modo figurado quando sente que nenhum uso literal produzirá o mesmo efeito, como dizem Croft e Cruse (2004, p. 193).

Por motivarem o uso de expressões linguísticas já existentes em novos contextos, a metáfora e a metonímia desencadeiam a mudança semântica. Trata-se de uma mudança de

sentido que envolve, portanto, a extensão de um domínio fonte, relativamente concreto, para significados mais abstratizados, haja vista que a metáfora e a metonímia são processos de abstratização de sentido.

A forma fonte pode ser entendida como os lexemas básicos de uma língua natural, pois originalmente expressam conceitos concretos, como: partes do corpo (*cabeça, mãos, pés...*), coisas da natureza (*céu, terra...*), seres humanos (*pessoa, pai, mãe, criança...*), ações (*vir, dar, pegar, segurar, achar...*), verbos de postura (*levantar, sentar-se...*), processo mental (*entender...*), quantidade (*um, muitos...*). Assim, em alguns casos, os lexemas básicos podem ser estendidos semanticamente e conceituar categorias mais abstratizadas.

Além de itens lexicais, Hopper e Traugott (1993) consideram ainda como forma fonte itens menos gramaticais, que não se configuram como nomes nem como verbos nocionais, mas que estão entre o valor lexical e o valor gramatical. Assim, para esses autores, há o seguinte *cline* de categorialidade:

categoria maior > adjetivo/ advérbio > categoria menor

Também chamado de escala, o *cline*, diacronicamente, é o caminho natural ao longo do qual as formas se envolvem em um tipo de declive escorregadio que guia o desenvolvimento das formas e, sincronicamente, constitui um *continuum*, um arranjo de formas ao longo de uma linha imaginária ao final da qual está a forma mais abstrata, mais gramatical.

Assim, de acordo com o *cline* acima, as categorias maiores constituem nomes e verbos e são consideradas categorias lexicalmente “abertas”. As categorias menores incluem as preposições, as conjunções, os verbos auxiliares, os pronomes e os demonstrativos, e são consideradas categorias “fechadas”. Os adjetivos e os advérbios estão num grau intermediário entre as categorias maiores e as categorias menores e podem derivar diretamente de verbos e nomes.

Mais especificamente, Hopper e Traugott (1993, p. 7) apresentam o seguinte *cline* de abstratização (gramaticalidade),

- item de significado pleno > palavra gramatical > clítico > afixo

Segundo Sapir (1921), as formas lexicais, que codificam objetos, ações, processos, qualidades e estados, configuram conceitos linguísticos mais concretos porque são autosssemânticos, ou seja, possuem um conceito independente e contribuem para o conteúdo da representação cognitiva. Os conceitos gramaticais, que são codificados como formas não-lexicais, como auxiliares, preposições, conectivos, pronomes e conjunções, são mais abstratizados porque são menos conceituais, incluem conceitos derivacionais e relacionais, são sinsemânticos, isto é, o significado é construído pela combinação de outros conceitos, e determinam a estrutura da representação cognitiva.

De acordo com Neves (2000, p. 54), no âmbito da categoria verbal, os verbos plenos possuem total individualidade semântica; são, portanto, mais concretos. Num outro extremo, estão os verbos-suporte (também chamados de *verbalizadores*) e os verbos formadores de expressões cristalizadas, que são mais abstratizados, por serem semanticamente esvaziados. Os verbos auxiliares, por serem itens gramaticais marcadores de tempo, aspecto e modalidade, são mais abstratizados que os verbos plenos.

Assim, na língua, a metáfora e a metonímia tendem a suscitar a mudança categorial, de categorias mais concretas, como a lexical, um item passa a pertencer a categorias gramaticais, à medida que começa a desenvolver noções mais abstratizadas. Em outras palavras, a metáfora e a metonímia são mecanismos cognitivos que tendem, portanto, a motivar a emergência gramatical a partir do léxico.⁷ Uma vez que os usos auxiliares do verbo *ter* são elementos que desempenham funções gramaticais, mais abstratizadas, creio que sejam derivados da noção mais concreta do verbo, posse, mediante o(s) mecanismo(s) cognitivo(s) metafórico(s) e/ou metonímico(s).

Esse tipo de mudança linguística, do léxico para a gramática, constitui a base da teoria da gramaticalização, segundo a qual certos elementos gramaticais emergem do léxico motivados pela metáfora e/ou pela metonímia, e, uma vez surgidos, continuam desenvolvendo noções mais abstratizadas, mais gramaticalizadas, em determinados contextos. Em outras palavras, como diz Lima-Hernandes (2005, p. 12), a gramaticalização se instaura no momento em que uma unidade linguística começa a adquirir propriedades de formas gramaticais ou, se já possui estatuto gramatical, tem a sua gramaticalidade ampliada. No próximo capítulo, tratar-se-á desse processo de mudança linguística.

⁷ Embora a metáfora e a metonímia atuem no processo de gramaticalização, cujos pressupostos interessam a esta pesquisa, cabe esclarecer que não é sempre que tais processos cognitivos desencadeiam a mudança na língua.

CAPÍTULO 2

O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO EM VERBOS: AUXILIARIZAÇÃO

Os estudos sobre o processo de gramaticalização nas línguas se iniciaram no Brasil por volta de 1990, com o grupo “Discurso e Gramática”, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e, desde então, têm sido desenvolvidos por pesquisadores brasileiros de diversos centros de pesquisa. Trata-se de um processo de mudança linguística em que itens lexicais passam a desenvolver funções mais abstratizadas, em certos contextos, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver noções ainda mais abstratizadas, mediante o(s) processo(s) cognitivo(s) metafórico e/ou metonímico.

Alguns trabalhos vêm sendo desenvolvidos sobre a gramaticalização do verbo *ter*. Dentre eles, é possível citar a pesquisa de doutorado de Mendes (2005), “Estar + gerúndio e ter + particípio aspecto verbal e variação no português”, que enfoca a noção aspectual construída a partir do uso de *ter* auxiliar. A “Nova gramática do português brasileiro”, de Castilho (2010), também fornece um tratamento especial ao verbo sob a perspectiva do processo de mudança aqui abordado. No entanto, de um modo geral, os estudos não tratam das noções de tempo, aspecto e modalidade expressas com o auxílio de *ter*, no PB, nos períodos que compreendem os séculos XVI a XX. É esse tratamento que o presente trabalho traz de inédito, com o intuito de contribuir com a construção da história do português brasileiro.

Uma vez que a hipótese é que os usos auxiliares de *ter* são itens gramaticalizados a partir do uso mais concreto do verbo como pleno, com a noção de posse, neste capítulo, será discutido o processo de gramaticalização nas línguas, enfocando a ocorrência desse tipo de mudança linguística em verbos, na seção 2.1. A discussão sobre gramaticalização pressupõe a consideração dos princípios, das propriedades inerentes ao processo e das tendências apontadas por Heine *et alii* (1991), Hopper e Traugott (1993) e Heine e Reh (1984), que serão

discutidas nas seções 2.1.1 e 2.1.2. Além disso, a seção 2.2 também discutirá as consequências da gramaticalização num recorte sincrônico, a polissemia. Por fim, o capítulo se finda com a seção 2.3, em que se discutirá o *cline* de desenvolvimento dos usos temporal, aspectual e modal dos verbos auxiliares de acordo com os estudiosos do fenômeno de gramaticalização em verbos.

2.1 – O processo de gramaticalização

O termo *gramaticalização* foi introduzido em 1912 pelo linguista francês Antoine Meillet, que reconheceu a importância desse processo como uma área central da teoria da mudança linguística. Meillet observou que, em todos os casos em que se podia conhecer a fonte primeira de uma forma gramatical, essa fonte era uma palavra lexical, e que a transição é sempre uma espécie de *continuum*. Segundo Lima-Hernandes (2005, p. 08), é muito enfática nos trabalhos de Meillet a preocupação com a busca dos antecedentes históricos de uma determinada forma gramatical da língua.

Entretanto, a questão sobre a origem e o desenvolvimento das categorias gramaticais tem sido interesse dos linguistas desde muito tempo. Conforme Heine *et alii* (1991, p. 5), no fim do século X, escritores chineses afirmaram que todos os símbolos vazios eram, anteriormente, símbolos plenos. No século XVIII, os filósofos franceses Condillac e Rousseau argumentaram que a complexidade gramatical e o vocabulário abstrato são historicamente derivados de lexemas concretos. Contemporâneo de tais filósofos, o inglês Tooke reconheceu que os advérbios, as preposições e as conjunções resultam da abreviação de substantivos e verbos.

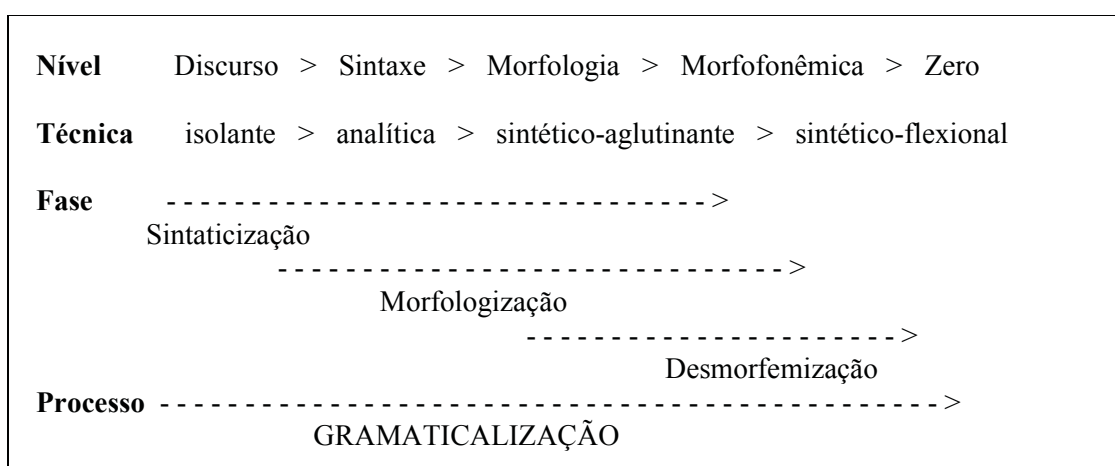
Além disso, Tooke retomou a tese de Condillac — de que as formas verbais marcadoras de tempo e aspecto podem ser explicadas como resultantes de mudanças sofridas por várias palavras independentes — para sustentar considerações de que o estado original da linguagem é concreto e que os fenômenos abstratos são derivados dos concretos. Franz Bopp,

no século XIX, ao tratar dos princípios da gramática comparativa, afirmou o desenvolvimento de auxiliares, afixos e flexões a partir de material lexical. Assim como Bopp, Wüllner, no mesmo século, afirmou o desenvolvimento de palavras independentes para flexões e de verbos auxiliares para flexão de tempo. Além deles, estudos recentes como os de Heine *et alii* (1991), Heine (1993), Hopper e Traugott (1993) e Bybee *et alii* (1994) reconheceram o desenvolvimento de itens gramaticais, como verbos auxiliares, a partir de itens lexicais.

Assim, a gramaticalização envolve a mudança no estatuto categorial das construções linguísticas; itens lexicais passam a desenvolver noções mais gramaticais, ou, em outras palavras, itens com significados mais concretos passam a ser usados para codificar noções mais abstratizadas. Esse movimento de mudança na gramaticalização, do léxico para a gramática, constitui um princípio básico do processo, a unidirecionalidade, que será discutida adiante.

2.1.1 – A unidirecionalidade: do léxico para a gramática

O quadro abaixo, organizado por Lehmann (1982, p. 13), ilustra muito bem o princípio da unidirecionalidade envolvido no processo de gramaticalização:



Quadro 4 – Quadro sinótico da Gramaticalização (LEHMANN, 1982, p. 13)

Embora o quadro acima seja bastante simplificado e incompleto, conforme deixa claro o próprio Lehmann (1982), ele serve aos propósitos deste trabalho, que é ilustrar a gramaticalização como um processo de mudança unidirecional. Conforme já discutido anteriormente, no capítulo 1, na seção 1.2, a escala constituinte da primeira linha do quadro acima – *Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonêmica > Zero* – foi proposta inicialmente por Givón (1979), sendo a síntese de duas postulações: “a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem” (Givón, 1979, p. 413, *apud* CASTILHO, 1995, p. 30) e “a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem” (Givón, 1979, p. 208), máximas givonianas que servem para ilustrar a gramaticalização como um processo de mudança em atividade.

O estabelecimento do princípio da unidirecionalidade suscita a noção de *cline*. Conforme já discutido no capítulo 1, na seção 1.2.1, segundo Hopper e Traugott (1993, p. 07), o “*cline* de gramaticalidade”, no que concerne aos verbos, seria o seguinte:

verbo pleno > verbo auxiliar > clítico > afixo > zero

Com base no quadro de Lehmann (1982), será considerada somente a primeira fase do processo de gramaticalização, a *sintaticização*, por se referir à fase do processo de mudança de verbo pleno para verbo auxiliar, que é o foco deste trabalho. Além disso, optar-se-á pelo uso do termo *auxiliarização*, sugerido por Heine (1993), por especificar a mudança no estatuto categorial desses tipos de verbos.

Como já advertia Ramat (1987, *apud* Heine 1993), os estágios do processo de gramaticalização não podem ser concebidos como entidades discretas, com limites claramente definidos, o que quer dizer que há uma fase de transição na mudança do estatuto de um item para outro. No caso específico dos verbos, é preciso ressaltar que não é abrupta a mudança do seu estatuto de plenos para verbos auxiliares. Para Ramat (*op. cit.*), há pelo menos um estágio intermediário no processo de mudança – *Verbo pleno > Verbo auxiliar* –, em que os verbos se abstratizam e são envolvidos em construções resultativas. As fases podem ser assim descritas:

I – **Verbos plenos**: nesse estágio, os verbos têm total individualidade semântica; eles são o núcleo da oração e o seu objeto é um nome, e não outro verbo.

II – **Construções predicativas**: o verbo não principal é o complemento da oração e é um predicativo.

III – **Formas perifrásticas**: o auxiliar não tem conteúdo semântico autônomo; ele funciona como marcador de tempo, aspecto e modalidade.

Do mesmo modo, Castilho (1995) define os verbos plenos como núcleos do predicado; os verbos funcionais como transferidores desse papel aos constituintes à sua direita; e os verbos auxiliares como acompanhantes dos verbos nucleares na forma nominal, aos quais atribuem as categorias de número e pessoa, tempo e modo.

Assim, no que tange especificamente ao verbo *ter*, o verbo teria sido pleno, primeiramente, com a noção de posse, como em: “Mário *tem* uma casa”, em que *uma casa* é o objeto do núcleo *tem*. A seguir, *ter* teria sido envolvido em construções predicativas, resultativas, como em: “Mário *tem* uma casa pintada”, em que *pintar* não é o verbo nuclear; é o complemento de *tem* e assume o papel de predicativo do objeto *uma casa*, denotando um Estado de Coisas resultativo. Adiante, num estágio mais avançado de mudança, *ter* teria começado a ser usado como auxiliar, formando construções perifrásticas codificadoras de aspecto, tempo e modalidade, como em: “Mário *tem* pintado uma casa”, “Mário *tinha* pintado uma casa”, e “Mário *tem* que pintar uma casa”, respectivamente. Nesses casos, o verbo *ter* já teria assumido funções mais gramaticalizadas, auxiliando o verbo nuclear, que é *pintar*.

Com base no quadro de Lehmann (1982), acima, o próximo estágio no processo de mudança de *ter* corresponderia à morfologização, fase em que o verbo poderia se tornar – *clítico* > *afixo* – e, depois, já no estágio de desmorfemização, tornar-se-ia – *zero* – de acordo com o *cline* de gramaticalidade proposto por Hopper e Traugott (1993, p. 07). Não temos caso algum na língua portuguesa brasileira que acuse estágios mais avançados de *ter*, no que

concerne ao processo de gramaticalização. Por isso, limitar-me-ei neste trabalho a discutir a auxiliarização, enfocando as mudanças que ocorrem no processo de transição do estatuto de pleno para verbo auxiliar.

2.1.1.1 - De verbo pleno para verbo auxiliar: auxiliarização

O verbo auxiliar é tradicionalmente definido como aquele que entra na composição de uma perífrase verbal juntamente com outro verbo em forma nominal (infinitivo, particípio ou gerúndio), portando flexão de tempo, número e pessoa. Ele não tem individualidade semântica, por isso, subordina-se ao verbo nuclear, auxiliando na codificação das noções gramaticais de tempo, aspecto e modalidade. Podemos observar essas características nas ocorrências de *ter* abaixo:

- (a) Pedro ***tinha*** *saido* quando Tereza chegou.
- (b) Maria ***tem*** *contado* estórias todas as noites.
- (c) Ana ***tem*** *que estudar* para a prova de Linguística.

Observemos que, em todos os casos, os verbos nucleares são *sair*, *contar* e *estudar*, respectivamente; os dois primeiros estão no particípio e o terceiro, embora não esteja diretamente ligado a *tem* – já que é mediado pela partícula *que* –, está no infinitivo. Em todos os casos, o verbo *ter* porta flexões de tempo, número e pessoa, e auxilia na codificação das noções de tempo, em (a), de aspecto, em (b), e de modalidade, em (c).

Ilari e Basso (2007, p. 179) destacam algumas condições distribucionais de auxiliaridade que precisam ser satisfeitas para que o verbo seja considerado auxiliar:

- (i) o auxiliar e a base verbal precisam ter o mesmo sujeito;
- (ii) o auxiliar e a base verbal não podem ser afetados independentemente pela negação;
- (iii) a ocorrência de elementos entre V1 e V2 é nula, ou fica limitada a palavras de um tipo muito particular (pronomes átonos e adjuntos adverbiais);

- (iv) a perífrase formada por V1 e V2 encaixa-se no quadro conjugacional emparelhando-se com a forma simples;
 - (v) V1 é mais esvaziado semanticamente (V2 estabelece as condições semânticas sobre os demais termos da sentença);
 - (vi) o V1 não se nominaliza de maneira independente;
 - (vii) é preciso que o verbo auxiliar apareça numa posição sintática bem caracterizada e fixa.
- Observe-se que os exemplos (a), (b) e (c), citados anteriormente, cumprem parcialmente com essas condições distribucionais de auxiliaridade:

- (i) o sujeito de *ter* e do predicado oracional é o mesmo: em (a), Pedro; em (b), Maria; e, em (c), João;
- (ii) a negação não pode ser aplicada independentemente a *ter* e aos predicados oracionais (* *Pedro não tinha não saído quando Tereza chegou*; * *Maria não tem não contado estórias todas as noites*; * *Ana não tem que não estudar para a prova de Linguística*);
- (iii) quanto ao encaixamento de palavras que poderiam ocorrer entre *ter* e o V2 (* *Pedro tinha ontem saído quando Tereza chegou*; * *Maria tem felizmente contado estórias todas as noites*; * *Ana tem agora que estudar para a prova de Linguística*), observe-se que, embora não seja muito recorrente no PB, não torna as construções inaceitáveis, agramaticais;
- (iv) é possível conjugar as perífrases *tinha saído*, *tem contado* e *tem que estudar* em todos os tempos e modos que seriam encontrados nas conjugações de *sair*, *contar* e *estudar*;
- (v) o verbo *ter* é mais esvaziado semanticamente em todos os exemplos. Os predicados oracionais são: *sair*, *contar* e *estudar*;
- (vi) não é possível nominalizar *ter* de maneira independente em nenhum dos exemplos;
- (vii) *tinha saído*, *tem contado* e *tem que estudar* não admitem alçamentos.

Muitos trabalhos sobre gramaticalização apontam para a ocorrência de mudanças de ordem semântica no processo de transição de pleno para verbo auxiliar. Willet (1988, *apud* HEINE *et alii*, 1991), revisando a literatura das décadas anteriores ao seu trabalho, reconhece e discute as seguintes hipóteses:

- a) a hipótese da extensão metafórica, segundo a qual o significado concreto de uma expressão é aplicado a um contexto mais abstrato;
- b) a hipótese da contenção, de acordo com a qual se admite que os significados gramaticais já estariam incluídos na estrutura semântica do item lexical fonte;
- c) a hipótese da implicatura, que assume a convencionalização de implicaturas como o mecanismo predominante na criação de significados secundários, que gradualmente tomam o lugar de significados primários.

Ao tratar das mudanças semânticas ocorridas no processo de gramaticalização, Heine (1993) fala em três modelos, assim descritos:

- a) o modelo da perda (*bleaching model*): ocorre a perda de conteúdos semânticos ou conceituais no item linguístico em gramaticalização, ou seja, sua semântica lexical é “desbotada”. Heine (*op. cit.*) propõe o seguinte esquema para sintetizar o modelo:

$$ab > b$$

- b) o modelo da perda e do ganho (*loss-and-gain model*): a perda de significados lexicais pode ser seguida do ganho de significados pragmáticos. Assim é ilustrado o modelo:

$$ab > bc$$

- c) o modelo da implicatura (*implicature model*): o mecanismo predominante no desenvolvimento de significados gramaticais é a convencionalização de implicaturas ou de inferências. Nesse caso, o conceito original pode desaparecer em função de um novo conceito. O modelo pode ser assim sintetizado:

$$ab > bc > cd$$

Cabe esclarecer que, como afirma o próprio Heine (1993), esses modelos não são contraditórios entre si. Trata-se de diferentes perspectivas a respeito do mesmo fenômeno, o processo de gramaticalização. É preciso que se enxergue o fenômeno como um *continuum* e que se entenda os modelos como pontos de vistas sobre as mudanças semânticas possíveis de ocorrer na gramaticalização.

O *modelo de perda* visualiza somente a perda de atributos semânticos envolvida nesse tipo de mudança, ignorando o ganho de outras noções. O *modelo da perda e do ganho* admite que o processo envolve perda de noções, por um lado, e ganho de outras, por outro. No caso específico da gramaticalização dos verbos, haveria perda de conteúdos lexicais e ganho de propriedades funcionais específicas, como tempo, aspecto e modalidade. O *modelo da implicatura* adverte para o fato de que um conceito original (ab) pode desaparecer inteiramente em favor de um novo conceito (cd).

Outra observação é que, embora a ocorrência da extensão metafórica – uma das hipóteses de Willet (1988) descritas acima – não seja mencionada nos modelos propostos por Heine (1993), é importante considerar que ela fica pressuposta no *modelo da perda e do ganho* e no *modelo da implicatura*.

Desse modo, para o alcance dos propósitos desta pesquisa, que é verificar um possível processo de auxiliarização no uso do verbo *ter* pleno, os modelos de Heine (1993) serão discutidos, mencionando a ocorrência da extensão metafórica.

O modelo da perda (*bleaching model*)

De acordo com esse modelo, no que concerne aos verbos auxiliares, há perda de seu conteúdo semântico em relação ao verbo pleno de que é derivado. Assim, há um apagamento de traços semânticos, que, além de *bleaching*, também é chamado de *semantic weakening*, *semantic depletion*, *desemanticization* e *fleshing out*.

Uma vez que, segundo esse modelo, ocorre um apagamento de traços semânticos no processo aqui denominado auxiliarização, pode também haver um processo de preservação de conteúdo semântico. Assim como os estudiosos da gramaticalização de verbos, a questão que se impõe é a de verificar se o auxiliar preserva algum traço semântico da forma plena de que é derivada.

É consensual entre os linguistas que, no processo inicial de gramaticalização dos verbos, há desbotamento semântico. Por outro lado, muitos estudiosos também admitem a preservação de conteúdo semântico. Em seu estudo sobre o desenvolvimento das categorias de tempo, aspecto e modalidade a partir de verbos, Givón (1973, *apud* HEINE *et alii*, 1991) sugere que o significado dessas categorias é parte da estrutura semântica interna de suas fontes lexicais.

Embora o *modelo da perda* não considere o ganho de outras noções envolvidas no processo de gramaticalização, assim como o faz o *modelo da perda e do ganho* – a ser discutido adiante –, a sua importância é a consideração de que a gramaticalização, principalmente no estágio inicial, envolve o apagamento de alguns traços semânticos e a preservação de outros.

O modelo da perda e do ganho (*loss-and-gain model*)

Muitos estudiosos, como Neves (2001), questionam o *modelo da perda*, alegando que, além da preservação de traços semânticos da fonte lexical, o processo de gramaticalização também envolve o ganho de outras propriedades funcionais, como é o caso dos verbos auxiliares, que auxiliam na expressão de tempo, aspecto e modalidade.

Assim, é mais adequado assumir que a gramaticalização envolve perdas e ganhos, em vez de somente perdas. Afinal de contas, se um item começa a desenvolver noções mais abstratizadas, mais gramaticalizadas, é porque os falantes têm a necessidade de empregá-lo

em novos contextos para codificar novos conceitos. Logo, o item em gramaticalização também assume novas funções.

O modelo da implicatura (*implicature model*)

Esse modelo, ao contrário dos demais, não enfoca perdas e ganhos no processo de gramaticalização. Ele considera que o desenvolvimento de significados gramaticais é motivado pela convencionalização de inferências, pela transferência de conceitos. Isso quer dizer que se expressa uma coisa em termos de outra, operando uma transferência de conceitos de natureza metafórica (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 5). Assim, os significados secundários que são estabelecidos via convencionalização não estão necessariamente contidos na fonte lexical.

Heine *et alii* (1991) explicam que os conceitos concretos são empregados em novos contextos para explicar ou descrever fenômenos menos concretos. Assim, entidades claramente estruturadas são usadas para conceituar entidades claramente menos estruturadas; as experiências não físicas são entendidas em termos de experiências físicas; tempo é entendido em termos de espaço; causa em termos de tempo.

De acordo com Heine *et alii* (*op. cit.*), as transferências conceituais envolvem a abstratização do termo que constitui a fonte lexical. Em seu trabalho, eles identificam três tipos:

- a) abstratização generalizadora (*generalizing abstraction*): consiste na redução do número de traços distintivos de um conceito para as suas características mais centrais ou nucleares;
- b) abstratização isoladora (*isolating abstraction*): através dela, ressalta-se uma propriedade ou um traço particular, que não é necessariamente a característica nuclear;
- c) abstratização metafórica (*metaphoric abstraction*): caracteriza o modo como entendemos e conceituamos o mundo ao redor de nós; relaciona conceitos mais

abstratos a conceitos mais concretos; é a que interessa ao presente trabalho, por ser hipoteticamente o mecanismo envolvido no desenvolvimento dos usos auxiliares de *ter*.

Necessário se faz esclarecer, como enfatiza Neves (1997, p. 135), que a gramaticalização não deve ser entendida como uma transição que se faz com entidades discretas, e sim, como *uma extensão gradual do uso de uma entidade original*. Desse modo – conforme já discutido no capítulo 1, na seção 1.2.1 –, segundo Heine *et alii* (1991), o processo metafórico envolvido na gramaticalização é governado por uma escala de abstratização, em que categorias conceituais se arranjam linearmente:

pessoa > objeto > espaço > tempo > processo > qualidade

No que tange à natureza dos conceitos, Heine (1993) considera que os conceitos-fonte mais básicos são:

Rótulo proposto	Forma conceitual
Locação	X está em / permanece em / vive em Y
Movimento	X move-se para / de / através de
Ação	X faz Y
Volição	X quer Y
Mudança de Estado	X torna-se Y
Equação	X é como / é igual a Y
Acompanhamento	X está com Y
Posse	X tem Y
Modo	X está de modo Y

Quadro 5: Os conceitos-fonte mais básicos (Adaptado de HEINE, 1993)

Com base nesse quadro, Heine (1993) faz uma correlação entre os processos de extensão metafórica e as respectivas mudanças sintáticas no desenvolvimento de verbos

auxiliares. Os conceitos gramaticais mais comumente derivados dos conceitos considerados básicos são:

Esquemas de eventos	Conceitos gramaticais derivados
Locação	Progressivo, ingressivo
Movimento	Ingressivo, futuro, perfeito, passado
Ação	Progressivo, contínuo, ingressivo, completivo, perfeito
Volição	Ingressivo, futuro
Mudança de Estado	Ingressivo, futuro
Equação	Resultativo, progressivo, perfeito, futuro
Acompanhamento	Progressivo
Posse	Resultativo, perfeito, futuro
Modo	Progressivo

Quadro 6: Os conceitos gramaticais derivados dos conceitos-fonte mais básicos (Adaptado de HEINE, 1993)

Não obstante os variados pontos de vista dos modelos apresentados acima, é preciso visualizar a gramaticalização como um *continuum* de mudanças unidirecional que pode ser representado pela escala ilustrada no Quadro 4. Quanto mais próximo do início da escala, menos gramaticalizado é o item; quanto mais próximo do fim, mais gramaticalizado.

No que tange especificamente ao verbo *ter*, vejamos as ocorrências abaixo:

- (a) João **tem** uma casa.
- (b) Maria **tinha** narrado o fato quando José chegou.
- (c) Eu **tenho** lido o livro todos os dias.
- (d) Tereza **tem** que fazer o bolo para o aniversário.

Observe-se que *ter* como verbo pleno assume a acepção de posse concreta, em (a). Nos usos em que ele é auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito, em (b), de aspecto iterativo, em (c), e de modalidade deôntica orientada para o participante, em (d), a noção de posse é preservada, mas ocorre o pagamento do atributo concreto, já que, nesses casos, o verbo adquire o sentido de posse abstratizada.

Em (b), é dedutível que, quando José chegou, Maria já possuía abstratizadamente o fato narrado. Do mesmo modo, em (c), se *eu tenho lido o livro todos os dias*, todos os dias eu tenho o Estado de Coisas *ler o livro* completado, independente de terminar ou não a leitura do livro. Em (d), se Tereza está sob a obrigatoriedade de fazer o bolo para o aniversário, no momento da fala, é porque, até então, ela ainda não realizou esse evento e, pressupostamente, o fará num momento futuro ao de fala. Assim, no momento de fala, Tereza tem o bolo para o aniversário a/que fazer.

Assim, se a noção de posse concreta de *ter* passou por um processo de *bleaching* para o verbo auxiliar na codificação das noções de tempo pretérito mais-que-perfeito, aspecto iterativo e modalidade deôntica, houve o “ganho” de propriedades funcionais. Em suma, com base no modelo da implicatura, é possível que, por uma questão de necessidade comunicativa, os falantes tenham transferido o sentido de posse concreta de *ter* como verbo pleno mediante o(s) mecanismo(s) cognitivos(s) metafórico e/ou metonímico para usá-lo com sentido de posse mais abstratizada, denotando um Estado de Coisas resultativo. Em seguida, esse uso teria se abstratizado ainda mais para entrar na composição de construções perifrásticas como auxiliar.

Uma vez que a hipótese de que o uso linguístico é motivado pelo sentido, tem-se o seguinte questionamento: por que os falantes teriam estendido metaforicamente o sentido de posse concreta de *ter* para codificar as noções de tempo pretérito mais-que-perfeito, de

aspecto iterativo e de modalidade deôntica? Ou, em outras palavras, em que medida esse sentido contribui para expressar essas noções?

Observe-se o quão motivado é o uso linguístico pelos falantes para atender aos seus propósitos comunicativos. Para codificar a noção de tempo pretérito mais-que-perfeito, ou seja, para localizar um Estado de Coisas anteriormente a outro Estado de Coisas, que é anterior ao momento de fala, como em (b):

(b) Maria ***tinha*** *narrado* o fato quando José chegou.

o falante usa o verbo *ter* conjugado no pretérito imperfeito, para designar que, no momento pretérito ao de fala, Maria tinha o fato narrado, quando José chegou; ele se vale do uso do particípio passado, em *narrado*, para exprimir a noção de um Estado de Coisas completado e pressupor que o evento *narrar* se realizou num momento ainda anterior. Logo, tem-se a noção que o tempo pretérito mais-que-perfeito expressa.

Para exprimir a noção de que o Estado de Coisas se repete várias vezes e que, ao final de cada vez, ele está completado, ou seja, a noção codificada pelo aspecto iterativo, como em (c):

(c) Eu ***tenho*** *lido* o livro todos os dias.

o falante se vale do uso do tempo presente do indicativo, em *tenho*, que exprime habitualidade; do uso do particípio, em *lido*, que marca um Estado de Coisas completado, conforme já ressaltado; e do uso do verbo *ter*, que exprime a noção de posse abstratizada, nesse caso. Essas noções juntas expressam a ideia de que, desde um momento passado até o presente, eu tenho o Estado de Coisas *ler o livro* completado. Se esse Estado de Coisas ocorre habitualmente, é porque ele se repete várias vezes.

Observe-se que a ênfase do falante em fazer uso dessas noções que, juntas, expressam aspecto iterativo, não é somente exprimir habitualidade, pois, se assim fosse, ele se valeria somente do uso do presente do indicativo, que cumpre esse papel; a intenção do falante, ao

que parece, é exprimir que o Estado de Coisas se repete várias vezes e que, ao final de cada vez, ele está completado.

Para codificar a noção de obrigatoriedade de realização de um Estado de Coisas num momento pressupostamente futuro ao de fala, isto é, a noção que a modalidade deôntica exprime, como em (d):

(d) Tereza *tem* *que fazer* o bolo para o aniversário.

o falante usa o verbo *ter* para expressar que Tereza possui metaforicamente o bolo para o aniversário a fazer num momento futuro, momento que é pressuposto pelo uso do infinitivo, em *fazer*, que significa um Estado de Coisas ainda não realizado até o momento da fala. A situação de termos um Estado de Coisas a/que realizar nos imprime um compromisso a executar, e o compromisso implica uma obrigação moral a cumprir.

Essa explanação é útil para ilustrar que as noções de tempo, aspecto e modalidade codificadas pelas expressões perifrásticas em que *ter* é o auxiliar são resultantes dos sentidos das partículas envolvidas nas perífrases. É útil, sobretudo, para reforçar que o falante usa a língua como um instrumento para o alcance de seus propósitos comunicativos e que, por isso, o uso linguístico está muito longe de ser considerado arbitrário.

2.1.2 - Princípios, tendências e propriedades inerentes ao processo de gramaticalização

Heine e Reh (1984) mostram que os três níveis da estrutura linguística, o fonético, o morfossintático e o semântico, são afetados pela gramaticalização. Assim, quanto mais completo o processo de gramaticalização de uma unidade linguística, mais ocorre:

- a) Perda na complexidade semântica, no valor expressivo do item;
- b) Perda pragmática com ganho na significação sintática;
- c) Diminuição de membros num mesmo paradigma sintático;
- d) Diminuição na variabilidade sintática, com maior fixidez da ordem;

- e) Obrigatoriedade de uso em determinados contextos, com proibição de uso em outros;
- f) Coalescência/aglutinação semântica, morfossintática e fonética com outra(s) unidade(s).

Além dos princípios de Heine e Reh (1984), vale ressaltar as tendências de gramaticalização apontadas por Lehmann (1985), que, como dizem Hopper (1991) e Casseb-Galvão (1999; 2001), são válidas apenas para a gramaticalização que se encontra num estágio bastante avançado e que já é inequivocamente reconhecida. Elas são as seguintes:

- a) Paradigmatização: as formas tendem a organizar-se em paradigmas;
- b) Obrigatorização: as formas tendem a tornar-se obrigatórias;
- c) Condensação: as formas tendem a tornar-se mais curtas;
- d) Aglutinação/coalescência: as formas adjacentes tendem a aglutinar-se;
- e) Fixação: ordens linearmente livres tendem a tornar-se fixas.

Para Hopper (*op. cit.*), existem cinco princípios básicos da gramaticalização. São eles:

- a) Estratificação: refere-se à coexistência de formas com função similar. Para ilustrar, ele cita *Mistress*, *miss*, que constituem graus diferentes do que foi originalmente a mesma palavra;
- b) Divergência: quando uma forma lexical ou menos gramatical se gramaticaliza em clítico ou afixo, a original pode continuar autônoma e sujeita a mudanças como as demais formas, o que pode configurar com um novo processo de gramaticalização. *Mrs*, *miss* e *ms*, por exemplo, separam-se do substantivo original *mistress*, mas o nome permanece, com significado semelhante ao da forma fonte;
- c) Persistência: quando um item se gramaticaliza, alguns traços da forma fonte permanecem na forma gramaticalizada, o que pode restringir a distribuição sintática do item gramatical;

- d) Descategorização: quando estão em processo de gramaticalização, as formas podem perder ou neutralizar as propriedades sintáticas e as marcas morfológicas de categorias maiores como nomes e verbos e assumirem os atributos das categorias menores como preposições, conjunções, verbos auxiliares, pronomes, demonstrativos, particípio de verbos, outros. Logo, uma forma descategorizada, normalmente, não recebe acessórios morfossintáticos como artigos, demonstrativos e possessivos para especificá-los, uma vez que a nova categoria da qual faz parte não permite a inserção de tais elementos.

Além do que já foi discutido, segundo Heine *et alii* (1991, p. 212), o processo de gramaticalização tem algumas propriedades inerentes. São elas: *manipulação conceitual*, *assimetria entre forma e significado*, *recategorização*, *perda de autonomia* e *erosão*.

A *manipulação conceitual* é o processo pelo qual as formas linguísticas com significados lexicais ou menos gramaticais são usadas para designar significados mais gramaticais. A *assimetria entre forma e significado* diz respeito ao uso de dois significados (um lexical ou menos gramatical e um mais gramatical) com uma mesma forma, o que resulta em polissemia. A *recategorização* diz respeito às formas “híbridas”, isto é, formas que apresentam simultaneamente propriedades de sua classe de origem e da classe a que se direciona. A *perda de autonomia* morfossintática ocorre depois que uma forma é descategorizada, pois o item torna-se dependente de outras formas, como é o caso dos verbos auxiliares. A *erosão* diz respeito à possibilidade de redução e/ou assimilação da substância fonética de uma forma gramaticalizada.

No que tange às tendências da gramaticalização destacadas por Heine e Reh (1984), é importante ressaltar que, no que diz respeito aos usos de *ter* como auxiliar, há certa perda no conteúdo semântico do verbo, mas, por outro lado, há também ganho. Por isso, a *persistência* e a *descategorização* são também atuantes nos usos auxiliares de *ter*. A respeito das propriedades inerentes à gramaticalização destacadas por Heine *et alii* (1991, p. 212), parece

que todas atuam nos usos auxiliares de *ter*, inclusive a *erosão*. Note-se que a substância fonética de *ter* está passando por um processo de redução no português brasileiro. Comumente se diz, por exemplo, “o fato de eu não *tê* o que fazer...”

Uma vez discutidos os princípios, as tendências e as propriedades inerentes ao processo de gramaticalização, é preciso observar o que desencadeia esse processo de mudança linguística de um ponto de vista macro.

2.2 - Mudança diacrônica: polissemia sincrônica

Conforme aludido no item 1.2.1, a metáfora e a metonímia são mecanismos cognitivos que, por desencadearem a extensão e a abstratização de sentido, de um domínio fonte mais concreto para um domínio alvo mais abstratizado, atuam no processo de mudança linguística, especialmente no que se refere ao percurso léxico > gramática ou [- gramatical] > [+ gramatical].

A mudança semântica não implica uma substituição repentina, abrupta, de um sentido para o outro; ela é lenta e gradual, o que gera a polissemia sincrônica, a expressão de mais de uma função por uma única forma num determinado momento. Nas palavras de Hopper e Traugott (1993, p. 36), “A” nunca se torna “B” sem um estágio intermediário em que “A” e “B” coexistam. E, como dizem Traugott e Dasher (2003, p. 11), a mudança semântica não pode ser abordada sem prestar atenção à polissemia, pois toda mudança, em qualquer nível gramatical envolve não “A > B”, isto é, a simples substituição de um item por outro, mas “A > A/B” e, às vezes, “> B” sozinho.

Assim, um mesmo item pode referir-se, por exemplo, a uma parte do corpo de uma pessoa e a uma parte de um objeto, concomitantemente, como é o caso da palavra *back*, que, em inglês, é utilizada para se referir às costas de uma pessoa e também à parte de trás de um objeto, de uma cadeira, por exemplo. Portanto, como muitos significados são justapostos, as categorias nem sempre podem ser separadas uma das outras. Como ressaltado, a mudança de

uma categoria não implica uma substituição repentina de um sentido para outro; muitas vezes, os sentidos coexistem. Essa alteração processual pode ser ilustrada do seguinte modo, segundo Heine *et alii* (1991, p. 74):

A __A, B __B

Como dizem esses autores (1991), é possível apreender dois mecanismos envolvidos no *continuum* de mudança: transferência conceitual, de caráter metafórico, relacionado com os domínios cognitivos, e a reinterpretação induzida pelo contexto, de caráter metonímico, que resulta em conceitos interseccionados.

Na reinterpretação induzida pelo contexto, ocorreria um tipo de manipulação pragmática do discurso, através da qual a interpretação dos conceitos inseridos nas expressões estaria sujeita ao contexto. A manipulação pragmática do discurso, segundo Heine *et alii* (1991, p. 71-72), envolveria três estágios:

Estágio I: em adição ao sentido nuclear A, uma dada forma linguística F adquire um sentido adicional B quando ocorre em um contexto específico C. Isso pode resultar em ambiguidade semântica, desde que os sentidos de A ou B estejam explicitados no contexto C. Qualquer um desses dois sentidos potencialmente utilizáveis é, não necessariamente, dependente da situação comunicativa. Do mesmo modo, é possível que o falante queira dizer A e o ouvinte interprete como B ou que o ouvinte entenda B enquanto o falante pretende conduzir a interpretação para A.¹

Estágio II: a existência do sentido B, nesse momento, possibilita que a forma relevante seja usada em novos contextos compatíveis com B, mas que excluam o sentido A.²

¹ Stage I: In addition to its focal or core sense A, a given linguistic form F acquires an additional sense B when occurring in a specific context C. This can result in semantic ambiguity since either of the senses A or B may be implied in context C. Which of the two senses is implied usually is, but need not be, dependent on the relevant communication situation. It is equally possible that the speaker means A and the hearer interprets him or her as implying B or that the hearer understands B whereas the speaker intends to convey A.

² Stage II: The existence of sense B now makes it possible for the relevant form to be used in new contexts that are compatible with B but rule out sense A.

Estágio III: B é convencionalizado. Pode-se dizer que ele forma um foco secundário caracterizado por propriedades contidas em elementos não presentes em A – com o efeito que F agora tem dois “polissemas”, A e B, os quais podem desenvolver-se, e eventualmente, tornarem-se homófonos.³

Desse modo, a polissemia, o uso de uma única forma linguística com, no mínimo, duas unidades de sentido é resultante de uma extensão semântica provocada por processos cognitivos como a metáfora e a metonímia, o que possivelmente explicaria a polissemia nos usos do verbo *ter*.

É conveniente observar que, sendo a polissemia um fenômeno linguístico caracterizado por haver uma unidade formal codificando mais de uma unidade de sentido, ela acusa a violação do princípio da transparência, situação extrema na qual há uma relação biunívoca consistente entre forma e significado.

Na verdade, conforme já discutido antes, o princípio da transparência, um desenvolvimento natural da perspectiva cognitiva de linguagem, pressupõe a existência de uma relação biunívoca entre as unidades linguísticas de todos os níveis de organização. Há, todavia, situações em que se viola a biunivocidade forma e função.

Leufkens (s/d, p. 2-3) afirma que há três meios pelos quais a transparência linguística pode ser violada: por redundância (*redundancy*), por desintegração de domínio (*domain desintegration*) e por forma baseada na forma (*form-based form*).

A redundância, mostrada na Figura 7, abaixo, caracteriza a situação linguística em que uma unidade de sentido representa duas ou mais unidades formais. Aplica-se desintegração de domínio (Figura 8) quando, ao contrário, duas ou mais unidades de sentido são representadas por uma única forma, como é o caso da polissemia. Finalmente, a situação em que forma se baseia em forma (Figura 9), ou forma sintaticamente autônoma, diz respeito ao fato de as uni-

³ Stage III: B is conventionalized; it may be said to form a secondary focus characterized by properties containing elements not present in A – with the effect that F now has two “polyseme”, A and B, which may develop eventually into “homophones” (HEINE et alii, 1991, p. 71-2).

dades formais não representarem nenhuma função extralinguística, como é o caso do pronome inglês *it*, em “*it rains*” (“chove”), que não tem sentido algum nem se refere a nada.

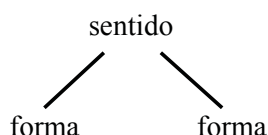


Figura 7: Redundância
(LEUFKENS, s/d, p. 3)

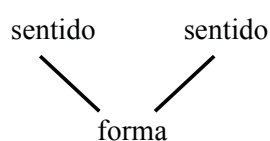


Figura 8: Desintegração de domínio
(LEUFKENS, s/d, p. 3)



Figura 9: Forma baseada na forma
(LEUFKENS, s/d, p. 3)

É o princípio da transparência que aponta para a noção de alinhamento entre os níveis pragmático e semântico e os formais. Como dizem Hengeveld e Mackenzie (2009, p. 185), o termo *alinhamento* refere-se à projeção de unidades dos Níveis Interpessoal e Representacional em unidades do Nível Morfossintático. Segue-se daí que os autores reconhecem três tipos de alinhamento referentes aos três níveis linguísticos: Alinhamento Interpessoal, Alinhamento Representacional e Alinhamento Morfossintático.

- *Alinhamento Interpessoal*: a organização morfossintática reflete a organização do Nível Interpessoal no que se refere tanto às funções pragmáticas (Tópico, Foco, etc.) quanto às propriedades referenciais (identificabilidade, especificidade, etc.). Assim, a forma depende da função semântica da unidade representacional, que corresponde à unidade pragmática;

- *Alinhamento Representacional*: a organização morfossintática reflete a organização do Nível Representacional no que diz respeito às funções semântica (Ator, Paciente, etc.) e à designação (oposição animado/inanimado, pessoa gramatical, etc.);
- *Alinhamento Morfossintático*: a organização morfossintática exibe sua própria organização. Logo, ela não é um reflexo fiel nem da organização do Nível Interpessoal nem do Nível Representacional. Esse nível refere-se às funções sintáticas (Sujeito, Objeto) e à complexidade dos constituintes (palavra, frase, oração, etc.).

A polissemia nos usos de *ter* viola os princípios de alinhamento, haja vista que a forma do auxiliar verbal, invariável, codifica pelo menos três diferentes unidades semânticas. É necessário, contudo, lembrar a posição já discutida de Votre e Naro (1989) sobre a aparente arbitrariedade das formas, que refletiria, em fases diacrônicas anteriores, processos funcionalmente motivados. O grande problema é delimitar no PB que fases diacrônicas são essas, já que o português lusitano, anterior à implantação na colônia, já continha a mesma polissemia que se detecta hoje nos usos do auxiliar *ter*.

Uma vez discutida a consequência da mudança diacrônica de um ponto de vista sincrônico, resta saber qual teria sido o *cline* de desenvolvimento dos usos temporal, aspectual e modal do verbo ao longo do tempo, o que se busca verificar neste estudo e que será discutido na seção 2.3, a seguir, com base nos pressupostos dos estudiosos da gramaticalização em verbos.

2.3 – Verbos auxiliares: exemplos prototípicos de elementos gramaticalizados

Os verbos auxiliares são considerados por Heine *et alii* (1991), Heine (1993) e Ramat (1998) exemplos prototípicos de elementos gramaticalizados, pois funcionam tipicamente (HEINE, 1993, p. 5) como marcadores das categorias gramaticais de tempo, aspecto e modalidade, que, segundo esses autores, desenvolveram-se por extensão de sentido a partir de

verbos plenos (itens concretos e independentes), mediante os processos cognitivos metafórico e metonímico, e apresentam um processo de evolução unidirecional (BYBEE *et alii*, 1994).

Muitos são os estudiosos que investigaram o desenvolvimento das categorias de tempo, aspecto e modalidade a partir de verbos plenos. A começar por Condillac, no século XVIII, é possível citar Hopper e Traugott (1991), Heine *et alii* (1991), Heine (1993), Bybee *et alii* (1994), Bybee e Fleischman (1995), Cristofaro (1998), Ramat (1998). Segundo esses autores, a evolução dos verbos auxiliares com base em verbos plenos é sempre um processo unidirecional e constitui uma cadeia, chamada por Heine (1993) de *verb-to-TAM chain*.

Desse modo, conforme Heine (1993, p. 131) e Lehmann (1982, p. 34), os auxiliares podem ser definidos como itens linguísticos localizados ao longo da cadeia de gramaticalização, partindo de verbos plenos para categorias gramaticais de tempo, aspecto e modalidade, e seu comportamento pode ser descrito com referência à sua relativa localização na cadeia de evolução dos *verb-to-TAM*.

Segundo o estudo de Bybee *et alii* (1994) a respeito da evolução das categorias de tempo, aspecto e modalidade, os verbos auxiliares constituem uma cadeia porque um uso se desenvolve a partir do outro. Em outras palavras, isso quer dizer que as noções de tempo, aspecto e modalidade estão de tal modo inter-relacionadas que o uso de um auxiliar para a expressão de uma delas faz derivar, ao longo do tempo, o uso da mesma forma para a codificação de outra noção, que, conseqüentemente, desencadeia o uso da outra. De acordo com o estudo de Bybee *et alii* (*op. cit.*), a noção aspectual teria desencadeado o desenvolvimento da noção temporal, da qual teria se desenvolvido a noção modal. Assim, ter-se-ia o seguinte *cline* de desenvolvimento dos auxiliares:

verbo auxiliar aspectual > verbo auxiliar temporal > verbo auxiliar modal

Conforme discutido, esse desenvolvimento diacrônico gera polissemia, num recorte sincrônico. Por isso, como dizem Bybee *et alii* (1994, p. 52), o uso de um verbo auxiliar para

expressar mais de uma noção se explica em termos de uma relação diacrônica entre as noções que ele expressa.

Bybee *et alii* (1994) mostram, portanto, a existência de uma relação entre as noções aspectual, modal e temporal e a unidirecionalidade envolvida no processo de gramaticalização dos verbos auxiliares, visto que, para os autores, eles partem de verbos plenos, e não o contrário. Além disso, os autores destacam a universalidade do processo.

É verdade que a natureza do presente estudo não permite verificar a universalidade do *cline* de desenvolvimento das noções de tempo, aspecto e modalidade em verbos auxiliares mediante uma análise acurada de uma vasta gama de línguas do mundo. Assim mesmo, foi possível constatar, numa base de dados tipológicos a respeito de várias línguas europeias, que os verbos auxiliares compartilham da expressão do particípio passado, o que propiciou algumas pistas para a investigação acerca da premissa da universalidade.

O banco de dados *Typological Database System* (TDS) (disponível em: www.language-link.let.uu.nl/tds/main.html) constitui uma coleção de bases de dados tipológicos disponibilizada pela Universiteit van Amsterdam. Desenvolvidas separadamente, as bases de dados são usadas por pesquisadores em tipologia linguística e em Linguística, e somam mais de 1200 propriedades descritivas de mais de 1000 línguas européias. As línguas europeias em que o particípio passado é expresso mediante verbos auxiliares somam 68 e são apresentadas no quadro abaixo:

LÍNGUAS EUROPÉIAS						
Abkhazian	Chamacoco	Even	Ilwana	Malagasy	Russian	Ulx Romani
Adamawa Fulfulde	Chamorro	Finnish	Kaingang	Mangbetu	Scottish Gaelic	Wayu
Ambaric	Chukot	Galibi Carib	Kalsallisut	Maori	Somali	Wayuu
Andoque	Cusco	Halh Mongolian	Karot	Manghi Central	Southern Pashto	Wolio
Armenian	Quechua	Hausa	Kashmiri	Modern Greek	Spanish	Yine

Basque	Dari	Highland Oaxoca Chontal	Khasi	Nama	Swahili	Yokuts
Biak	Dyirbal	Hindi	Kurukh	Navajo	Swedish	Yámana
Breton	Ekari	Hitu	Kwakiuti	Nenets	Tibetan	Zuni
Burushaski	English	Hixkaryána	Ladakhi	Ossetian	Tosk	
Central Kanuri	Ese Ejja	Hungarian	Latvian	Purepecha	Tuparí	

Quadro 7: Línguas europeias em que há marcação de particípio passado mediante o auxílio de verbos auxiliares

A informação de que o particípio passado é marcado com o auxílio de verbos auxiliares em tantas línguas do mundo sugere a formação de construções perifrásticas que expressam as noções de tempo e aspecto, uma vez que o uso do particípio exprime um Estado de Coisas concluído (aspecto resultativo), cuja realização é pressuposta num momento pretérito.

Desse modo, uma vez que o presente estudo propõe verificar o *cline* de desenvolvimento dos usos auxiliares do verbo *ter* no português brasileiro, como um caso de motivação, não de arbitrariedade, ele poderá dar uma contribuição também para a confirmação ou a refutação da hipótese universal da unidirecionalidade proposta por Bybee *et alii* (1994). Assim, de um modo geral, cabe dizer que os verbos auxiliares são itens linguísticos gramaticalizados a partir de verbos plenos e auxiliam na expressão das categorias de tempo, aspecto e modalidade, que serão discutidas no próximo capítulo, sob o viés da literatura sobre gramaticalização, enfocando as suas formas de expressão na língua portuguesa.

CAPÍTULO 3

AS CATEGORIAS DE TEMPO, ASPECTO E MODALIDADE NA LITERATURA SOBRE GRAMATICALIZAÇÃO

Este capítulo dedica-se ao estudo das categorias gramaticais de tempo, aspecto e modalidade, do ponto de vista da gramaticalização, por serem as noções que o verbo *ter* auxilia a codificar quando funciona como o auxiliar em construções perifrásticas. A seção 3.1 discute a noção de tempo, com base em Comrie (1985), Corôa (2005), Dik (1997) e Longo e Campos (2002); 3.2 trata do aspecto, com base em Castilho (2002), Comrie (1976) e Travaglia (2005); a seção 3.3 aborda a modalidade, com o apoio em Casseb-Galvão (1999), Hengeveld (2004) e Neves (2000).

3.1 - Tempo

O tempo é uma categoria gramatical que faz parte da temporalidade. A temporalidade é uma categoria dêitica que serve para localizar o Estado de Coisas ao longo do eixo do tempo. O atributo *dêitico*, inerente à temporalidade, é essencial para a definição da categoria, na medida em que a distingue da aspectualidade. Segundo Lyons (1977, p. 78), tal atributo surgiu da palavra grega *deiktikos* e era utilizado pelos gramáticos gregos com o sentido de *demonstrativo*. Atualmente, esse adjetivo é usado pelos estudiosos da linguagem indicando o momento da enunciação. Assim, afirmar que a temporalidade é uma categoria dêitica é afirmar que ela aponta para o momento do ato de fala.

A temporalidade pode ser expressa nas línguas por meios lexicais e meios gramaticais (DIK, 1997, p. 202; VELASCO, 2003, p. 145). Enquanto categoria gramatical, tempo compreende os meios gramaticais mediante os quais o Estado de Coisas pode ser localizado no eixo do tempo. É nesse sentido, portanto, que, conforme Comrie (1985, p. 9), tempo é a expressão gramaticalizada da temporalidade.

De acordo com Corôa (2005, p. 9), o verbo é o principal responsável pela expressão sistemática do tempo. Reichenbach (1948, *apud* CORÔA, *op. cit.*) propõe três “pontos temporais” para a descrição da temporalidade expressa pelo verbo: Momento do Evento (ME), Momento da Fala (MF) e Momento de Referência (MR).

- Momento do Evento (ME): é o momento em que se dá o evento descrito; é o tempo da predicação;
- Momento da Fala (MF): é o momento da realização da fala; o momento em que se faz a enunciação sobre o evento; é o tempo da enunciação;
- Momento de Referência (MR): é o tempo da referência; o sistema temporal fixo com respeito ao qual se definem simultaneidade e anterioridade; é a perspectiva do tempo relevante, que o falante transmite ao ouvinte para a contemplação do ME.

(Corôa, 2005, p. 41)

Segundo Corôa (2005, p. 38), dos três momentos, é o ME que se manifesta mais concretamente por ter um referente definido e por captar mais objetivamente o intervalo de tempo em que ocorre o processo, evento, ação ou estado descrito; é o tempo do predicado. O MF está ligado mais diretamente ao ato da comunicação e à pessoa do discurso. O MR é o mais complexo desses construtos. Sua natureza quase estritamente teórica faz com que ele esteja mais afastado do ato de comunicação do que o MF e que seus contornos sejam ainda menos concretamente percebidos.

De acordo com a autora (2005, p. 11), caracteriza-se como presente o *tempus* em que ME, MF e MR são simultâneos; o pretérito mais-que-perfeito é o *tempus* em que o ME é anterior ao MR, o qual é anterior ao MF; o pretérito imperfeito é o *tempus* em que o ME é simultâneo ao MR e ambos anteriores ao MF; o pretérito perfeito é o *tempus* em que ME é anterior ao MF e este simultâneo com o MR; o futuro do presente é o *tempus* em que o MF é simultâneo ao MR e ambos anteriores ao ME; o futuro do pretérito é o *tempus* em que o MR é

anterior ao MF, o qual, por sua vez, é anterior ao ME. Em suma, o Estado de Coisas pode ser localizado anterior, simultânea ou posteriormente ao ponto de referência, o que resulta na existência de três *tempora* básicos: passado, presente e futuro.

Dik (1997, p. 203) adverte que as línguas podem não apresentar essas distinções temporais, expressando a temporalidade por meio de elementos lexicais. No entanto, no caso da gramaticalização dessa categoria, a distinção mais básica está entre a oposição passado/não-passado. Passado se divide em remoto/recente; não-passado, por sua vez, divide-se com frequência em presente/futuro; futuro se divide ainda em iminente/remoto, como mostra o esquema de Dik (1997, p. 203):

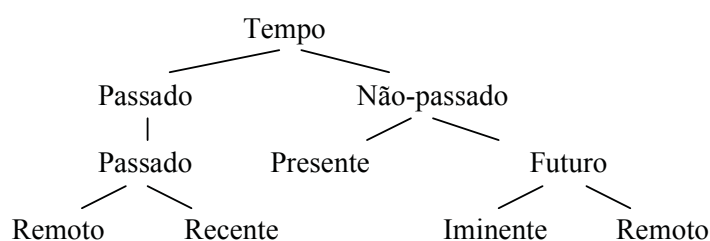


Figura 10: Distinções temporais de Dik (1997, p. 203)

A língua portuguesa dispõe de tais distinções temporais, as quais são expressas através de morfemas e verbos auxiliares (ILARI, 2001, CARDOSO; PEREIRA, 2003). Quanto aos morfemas, estes se afixam ao radical do predicado, isto é, do verbo pleno. Um exemplo de morfema marcador de tempo/modo é /re/ ~ /ra/, que, uma vez unido aos radicais dos verbos plenos, codifica o futuro do indicativo, como em: *Eu cantarei*. Nesse caso, o evento de *cantar* — ME — é posterior ao MF e ao MR, os quais ocorrem simultaneamente.

A respeito dos verbos auxiliares que expressam tempo, é necessário dizer que eles são formadores de perífrases temporais e que interagem com a base (predicado, verbo pleno), fornecendo uma interpretação temporal. Assim, como afirmam Longo e Campos (2002, p. 450), o auxiliar de tempo funciona de maneira análoga à de um morfema gramatical de tempo que fosse afixado ao radical de um verbo pleno.

Longo (1990) apresenta de modo sistematizado as perífrases formadoras de tempo no português brasileiro e as noções temporais por elas expressas, conforme o quadro abaixo:

	Infinitivo	Particípio
Perfeito	Acabar de + presente Vir de + presente	Ter + presente
Mais-que-perfeito	Acabar de + imperfeito Vir de + imperfeito	Haver + imperfeito Ter + imperfeito
Futuro do presente	Estar para + presente Haver de + presente Ir + presente	Ter + futuro do presente
Futuro do pretérito	Estar para + imperfeito Haver de + imperfeito Ir + imperfeito	Ter + futuro do pretérito

Quadro 8: As perífrases de tempo em português e suas noções (LONGO, 1990)

O verbo *ter*, assim como *haver*, é mencionado em muitas gramáticas como auxiliar formador de tempo composto, pretérito mais-que-perfeito. Como diz Comrie (1985, p. 100), nesse tempo, identifica-se um ponto temporal num passado não muito distante e um ponto temporal anterior ao momento presente. Do mesmo modo, como já foi ressaltado, o pretérito mais-que-perfeito é o *tempus* em que o ME é anterior ao MR, o qual é anterior ao MF (CORÔA, 2005, p. 11).

O *pretérito* mais-que-perfeito equivale em inglês ao tempo chamado *pluperfect*. O significado de *pluperfect* (COMRIE, 1985, p. 65) é o de que há um ponto de referência no passado ao qual a situação em questão é localizada anteriormente. Logo, o *pluperfect*, assim como o pretérito mais-que-perfeito, pode ser pensado como o “passado no passado”. Em português, a perífrase formada pelo verbo *ter* no pretérito imperfeito mais o predicado no particípio codifica a noção de tempo pretérito mais-que-perfeito, tempo relativo, como mostra o exemplo abaixo:

(29) *Mandava alguns recados secretos*, em que lhe propunha a infelicidade e desventura a que **tinha** *chegado* por se ter apartado do culto e veneração dos camis e fotoques. (1560/1580 – Frois:Japam2)

Nesse exemplo, o ponto de referência é *mandava alguns recados*, que está localizado anteriormente ao momento da fala e é posterior ao Estado de Coisas *chegar*, momento do evento. Nesse caso, temos, então, a expressão do tempo composto, do pretérito mais-que-perfeito. Como diz Comrie (1985, p. 82), a percepção desse tempo é possibilitada pelo uso do verbo auxiliar no passado (*tinha*, no caso), que serve para se referir ao ponto de referência anterior ao momento da fala, e pelo verbo principal no particípio passado (*chegado*), cuja função é localizar a situação anteriormente ao ponto de referência.

A categoria de aspecto, que será discutida adiante, também se apoia na noção de tempo. A principal diferença entre as duas categorias, tempo e aspecto, é que a primeira é uma categoria dêitica e a segunda não o é (cf. COMRIE, 1976; LYONS, 1977; COSTA, 1997; CASTILHO, 2002; CORÔA, 2005).

3.2 - Aspecto

A definição mais encontrada nos estudos sobre o aspecto vem de Comrie (1976, p. 87): os aspectos são diferentes maneiras de se observar a constituição temporal interna de um Estado de Coisas. Do mesmo modo, a definição de Castilho (2002, p. 83) explicita a consideração do tempo interno do Estado de Coisas como característica do aspecto, de modo mais preciso: “o aspecto verbal é uma propriedade da predicação que consiste em representar os graus do desenvolvimento do Estado de Coisas aí codificado, ou, por outras palavras, as fases que ele pode compreender.”

Segundo Castilho (2002, p. 83), a predicação é o correlato gramatical do Estado de Coisas. Assim, é no sentido de que o aspecto é uma propriedade da predicação que ele constitui uma categoria gramatical. Mais especificamente, como diz Corôa (2005, p. 13), ele constitui a categoria gramaticalizada da duração de tempo inerente ao evento.

Já foi salientado que o aspecto, bem como a categoria de tempo gramatical, apoia-se na noção de tempo. Como diz Travaglia (1985, p. 51), o aspecto é uma categoria verbal ligada ao tempo, pois indica o espaço temporal ocupado pelo Estado de Coisas em seu desenvolvimento, marcando sua duração, isto é, o tempo gasto pelo Estado de Coisas em sua realização.

Embora tempo e aspecto estejam intimamente associados, já que, como diz Castilho (2002, p. 85), são propriedades da predicação, eles expressam categorias linguísticas diferentes. Conforme Comrie (1976), Lyons (1977), Costa (1997), entre outros, a principal diferença entre ambos é que, enquanto o tempo é uma categoria dêitica, o aspecto não o é. Isso quer dizer que o tempo possui a noção semântica de localização do Estado de Coisas enunciado no eixo do tempo relativamente ao momento da enunciação, já o aspecto é a categoria linguística que informa a observação do falante quanto à constituição temporal interna do Estado de Coisas. Assim, ao passo que a categoria de tempo linguístico trata o Estado de Coisas enquanto ponto distribuído na linha de tempo, tomando como base o ponto dêitico da enunciação, a categoria de aspecto independe de tal ponto dêitico, uma vez que, segundo Costa (1997, p. 21), “centra o tempo no fato e não o fato no tempo”.

Há duas noções aspectuais básicas que marcam a duração do Estado de Coisas: o aspecto perfectivo e o aspecto imperfectivo. Derivadas do latim, as palavras *perfectivo* e *imperfectivo* significam, respectivamente, *completo* e *incompleto* (Lyons, 1977, p. 704). Desse modo, o aspecto perfectivo [- durativo] implica a observação da constituição temporal interna do Estado de Coisas de modo completo. Logo, o Estado de Coisas é apresentado como um todo único, indivisível, com começo, meio e fim englobados. Como afirma Velasco (2003, p. 141), a visão do Estado de Coisas se estabelece com base num ponto de vista externo, sem haver referência à sua constituição interna.

O aspecto imperfectivo [+ durativo], ao contrário, implica a consideração explícita da constituição temporal interna de um Estado de Coisas. Nesse caso, a intenção é representar os graus do desenvolvimento do Estado de Coisas codificado, ou, como diz Castilho (2002, p. 83), as fases que ele pode compreender. Assim, o Estado de Coisas pode ser considerado no seu início (aspecto imperfectivo inceptivo), no seu desenvolvimento (aspecto imperfectivo cursivo) e no seu término (aspecto imperfectivo terminativo).

De acordo com Castilho (2002, p. 86), o perfectivo e o imperfectivo configuram a face qualitativa do aspecto, o qual também possui uma face quantitativa, distinguindo-se a ocorrência singular do Estado de Coisas (aspecto semelfactivo) da ocorrência múltipla, habitual ou reiterada (aspecto iterativo).

O aspecto não dispõe de morfologia própria na língua portuguesa (Castilho, 2002, p. 84). Para codificar os significados aspectuais, o usuário combina diversos recursos linguísticos: a) escolha de um item no léxico marcado pela *aktionsart* (aspectualidade para Dik, 1989, e acionalidade para Ilari e Basso, 2007) requerida por sua necessidade expressiva; b) confirmação de tal *aktionsart* ou sua alteração por meio de recursos morfológicos e sintáticos, isto é, com a flexão de tempo ou com o verbo auxiliar nas perífrases.

Comrie (1976, p. 6-7) faz uma distinção entre *aktionsart* e aspecto. Segundo ele, o aspecto é gramaticalização das distinções semânticas, enquanto a *aktionsart* representa a lexicalização dessas distinções, ou seja, dos significados internos de um evento.

Como exemplo da marca de *aspecto* pela *aktionsart* do verbo, Castilho (2002, p. 86) cita as formas verbais *fecha* e *concentra-se*, que, abaixo, representam uma ação pontual acabada, expressando aspecto perfectivo pontual:

(30) *fecha* os olhos e *concentra-se*: porque os vizinhos (...) (NURC)

Segundo Castilho (2002, p. 86), *fecha* e *concentra-se* configuram aspecto perfectivo pontual porque expressam uma ação cujo começo coincide com seu desfecho, tornando-se irrelevantes as fases de seu desenvolvimento.

Como exemplo da configuração do aspecto pela relação entre a *aktionsart* do verbo e a flexão, Castilho (2002, p. 89) cita a forma verbal *afogava*. Segundo ele, o verbo *afogar* é télico, ou seja, o completamento desse evento implica o alcance de um ponto terminal. No entanto, quando conjugado no pretérito imperfeito (*afogava*), o referido verbo recebe uma interpretação imperfectiva, o que implica a consideração do falante da duração do evento de *afogar*.

A respeito da expressão do aspecto pela relação entre a *aktionsart* do verbo e um verbo auxiliar, é imprescindível ressaltar que eles formam perífrases. Nestas, o verbo auxiliar interage com o predicado, ao qual se subordina. Longo e Campos (2002, p. 450) apresentam de modo sistematizado as perífrases formadoras de aspecto no português brasileiro e as noções aspectuais por elas expressas, conforme o quadro abaixo:

Valor Forma Nominal	Infinitivo	Gerúndio	Particípio
Inceptivo	Começar a; ir		
Ingressivo	Passar a; ficar		
Cursivo	Continuar a; estar a	Estar; ir; vir	
Progressivo		Estar; ir; vir	
Permansivo	Permanecer a; custar a	Ficar; permanecer	
Habitual	Viver a; costumar	Viver	
Iterativo	Andar a; tornar a	Andar	
Cessativo	Acabar de; deixar de		
Resultativo	Acabar por; vir (a)	Acabar; terminar	
Perfectivo			Ter; haver

Quadro 09: As perífrases de aspecto em português e suas noções (LONGO; CAMPOS, 2002, p. 450)

Do mesmo modo, dentre os vários verbos auxiliares aspectuais destacados por Castilho (2002, p. 107) está o verbo *ter*, conjugado no presente do indicativo e subordinado a

um predicado no particípio, que o autor distingue como auxiliar de aspecto iterativo, como em (31):

(31) Eu **tenho** *ido* ao teatro. (NURC)

Nesse exemplo, o Estado de Coisas de alguém (que é o falante) *ir ao teatro* é habitual, ou seja, repetido, se realiza várias vezes. Esta percepção é possibilitada pelo uso do verbo auxiliar aspectual *ter* no presente do indicativo mais o verbo *ir* no particípio (*ido*), formando uma perífrase denotadora de aspecto iterativo.

3.3 - Modalidade

De acordo com uma perspectiva funcionalista da linguagem, a modalidade é uma categoria gramatical que expressa as atitudes do falante em relação ao seu próprio enunciado, ou seja, explicita a sua subjetividade quanto ao que diz. Segundo Halliday (1970) e Lyons (1977), a atitude do falante em relação ao que diz é uma característica das modalidades linguísticas. Para Halliday (1970, p. 328), modalidade significa o julgamento do falante sobre probabilidades e obrigações envolvidas naquilo que está sendo dito. Lyons (1977, p. 436) concebe a modalidade como um meio usado pelo falante para expressar sua opinião acerca de uma proposição que a sentença expressa ou a situação que a proposição descreve. Do mesmo modo, afirma Casseb-Galvão (1999, p. 32): “a modalidade é uma categoria linguística responsável pela veiculação das atitudes do falante em relação ao que ele diz”.

Portanto, é na medida em que a modalidade é uma categoria gramatical que explicita a subjetividade do falante em relação ao que diz que, segundo Palmer (1986, p. 16) e Bybee *et alii* (1994, p. 176), ela é concebida como a gramaticalização das atitudes e opiniões do falante.

Assim, a modalidade traduz uma apreciação qualitativa em relação ao enunciado. Por isso, segundo Silva-Corvalán (1995, p. 74), trata-se de uma noção semântica que diz respeito

às noções de certeza, probabilidade, possibilidade, crença, obrigação, necessidade, permissão, volição, intenção, dúvida, etc.

Hengeveld (2004) estabelece dois parâmetros para classificar as categorias modais. O primeiro parâmetro diz respeito ao alvo de avaliação de uma distinção modal. Está na base desse parâmetro a distinção entre modalidade objetiva e modalidade subjetiva. O segundo parâmetro diz respeito ao domínio de avaliação de uma distinção modal. Está na base desse parâmetro a distinção entre modalidade epistêmica, deôntica e volitiva.

Segundo Hengeveld (2004, p. 10), o alvo de avaliação diz respeito à parte da sentença que é modalizada. Os seguintes tipos de modalidade podem ser distinguidos por esse parâmetro:

- a) Modalidade orientada para o participante: esse tipo de modalidade afeta a parte relacional da sentença expressa por um predicado e diz respeito à relação entre (as propriedades de) um participante em um evento e a realização potencial desse evento;
- b) Modalidade orientada para o evento: esse tipo de modalidade afeta a descrição do evento contida na sentença e diz respeito à avaliação objetiva do status de realidade do evento;
- c) Modalidade orientada para a proposição: esse tipo de modalidade afeta o conteúdo proposicional de uma sentença, ou seja, a parte da sentença representando o ponto de vista do falante, suas crenças, e diz respeito à especificação do grau de compromisso do falante em relação à proposição que ele está apresentando.

De acordo com Hengeveld (2004, p. 11), o domínio de avaliação de uma distinção modal é a perspectiva da qual a avaliação é feita. Os seguintes tipos de modalidade podem ser distinguidos nesse parâmetro:

- a) Modalidade facultativa: diz respeito à capacidade intrínseca ou adquirida;

- b) Modalidade deôntica: diz respeito ao que é (legalmente, socialmente, moralmente) permissível. Do grego *deon*, a palavra deôntica é usada, segundo Lyons (1977, p. 823), para se referir à modalidade lógica, isto é, à lógica da obrigação e da permissão. Assim, a modalidade objetiva deôntica está relacionada à necessidade ou possibilidade de atos executados por agentes moralmente responsáveis, o que a torna associada à função social de obrigação e permissão. É nesse sentido, portanto, que ela diz respeito ao eixo da conduta e do dever.
- c) Modalidade volitiva: diz respeito ao que é desejável;
- d) Modalidade epistêmica: diz respeito ao que é conhecido sobre o mundo real. Segundo Hengeveld (1988, *apud* DIK, 1999, p. 205-6), a modalidade epistêmica diz respeito ao conhecimento, à crença que o falante tem de um Estado de Coisas. Logo, refere-se ao seu julgamento quanto à verdade, à probabilidade de ocorrência de tal Estado de Coisas (LYONS, 1977, p. 793; CHOI, 1995, p. 165);

Segundo Hengeveld (2004, p. 12), a combinação dos três alvos de avaliação com os cinco domínios de avaliação resulta em quinze possíveis combinações de tipos de modalidade. Algumas delas são logicamente excluídas, segundo o autor, como é o caso da impossibilidade de avaliar proposições em termos de suas capacidades intrínsecas adquiridas.

A modalidade orientada para o participante

A modalidade orientada para o participante pode ser identificada como facultativa, deôntica ou volitiva. A facultativa orientada para o participante descreve a habilidade de que dispõe um participante de fazer parte do evento designado pelo predicado. Hengeveld (2004, p. 12) cita o seguinte exemplo:

(32) Eu sei como colocá-lo. (*I know how to put it.*)

A modalidade deôntica orientada para o participante descreve um participante sob a obrigação ou tendo a permissão de fazer parte de um tipo de evento designado pelo predicado. De acordo com Hengeveld (2004, p. 12) e Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 213), a obrigação parece ser codificada por meios gramaticais mais frequentemente do que a permissão.

(33) Eu devo comer. (*I must eat.*)

A modalidade volitiva orientada para o participante descreve o desejo de um participante de fazer parte do tipo de evento designado pelo predicado.

(34) Nós queremos partir. (*We want to leave*)

A modalidade orientada para o evento

A modalidade orientada para o evento descreve a existência de possibilidades e obrigações gerais sem o falante ter responsabilidades quanto a esses julgamentos. Ela pode ser identificada como facultativa, deôntica, volitiva ou epistêmica.

A modalidade facultativa caracteriza os eventos em termos de condições física e circunstancial na sua ocorrência. Hengeveld (2004, p. 12) cita o exemplo:

(35) Eu posso levar três horas para chegar lá. (*I can take three hours to get there*)

A modalidade deôntica orientada para o evento caracteriza os eventos em termos do que é obrigatório ou permitido dentro de algum sistema de convenções morais ou legais.

(36) Alguém tem que tirar os sapatos dele daqui. (*One has to take off his shoes here.*)

A modalidade volitiva orientada para o evento caracteriza eventos em termos do que é geralmente desejável ou indesejável.

(37) Seria ruim se eu o quebrasse. (*It would be bad if I broke it.*)

A modalidade epistêmica orientada para o evento caracteriza os eventos em termos da (im)possibilidade de sua ocorrência em vista do que é conhecido/sabido sobre o mundo.

(38) Ele pode vir. (*He may come.*)

A modalidade orientada para a proposição

A modalidade orientada para a proposição especifica a atitude subjetiva do falante em relação à proposição que ele está apresentando. Ela pode ser identificada como volitiva, epistêmica ou evidencial.

A modalidade volitiva especifica o desejo pessoal do falante, como em:

(39) Eu quero dormir. (*I want to sleep.*)

A modalidade epistêmica orientada para a proposição expressa vários graus de compromisso do falante com respeito à proposição, conforme cita Hengeveld (2004, p. 13):

(40) Talvez ele tenha fugido. (*Maybe he went away.*)

A modalidade evidencial diz respeito ao modo como a proposição vem ao conhecimento do falante, como em:

(41) Um navio turístico chegou – eu não testemunhei isso. (*A tourist-ship arrived – I did not witness it*)

Essas são, portanto, as noções básicas sobre a categoria de modalidade, a qual se expressa em português mediante o uso de morfemas, advérbios e de verbos auxiliares modais. Em virtude do objetivo desta pesquisa, o foco será a expressão da modalidade com verbos modalizadores, ou seja, verbos auxiliares que, de acordo com Neves (2000, p. 62), constroem-se com outros para modalizar os enunciados e que, como diz Halliday (1973), foram desenvolvidos para servir à função de regular as relações representacionais na interação comunicativa.

De acordo com Neves (2000, p. 62), os verbos modais indicam especialmente modalidade epistêmica (ligada ao conhecimento) e deôntica (ligada ao dever). Assim, no exemplo abaixo, o verbo *dever* configura necessidade epistêmica:

(42) Uma escola moderna *deve* ser eminentemente educativa.

O verbo *dever* é um modalizador de necessidade epistêmica, nesse exemplo, porque expressa a opinião do falante quanto à escola moderna. De acordo com o conhecimento do

falante, é necessário que a escola moderna seja eminentemente educativa. Já no exemplo abaixo, o mesmo verbo funciona como um modalizador de possibilidade epistêmica.

(43) Carlos *deve* ter vindo.

O verbo *dever*, nesse exemplo, também é um auxiliar modal, porque explicita a opinião do falante em relação ao Estado de Coisas de Carlos ter vindo. Nesse caso, *dever* configura possibilidade epistêmica porque expressa o conhecimento do falante quanto à possibilidade do Estado de Coisas em questão.

No exemplo a seguir, a noção de possibilidade/capacidade também é expressa pelo verbo *poder*. No entanto, nesse caso, trata-se de uma noção de possibilidade deôntica.

(44) Se você é livre, *pode* fazer o que quiser.

Nesse exemplo, a possibilidade de *você fazer o que quiser, se for livre* não parte de um conhecimento que é particular do falante, mas de um conhecimento que é do senso comum. Sabe-se que, quem é livre, pode-se fazer o que quiser. Assim, o verbo *poder*, que configura essa noção, funciona nesse caso como auxiliar de possibilidade deôntica.

O verbo *ter* é mencionado por Neves (2000, p. 62) como modalizador de necessidade deôntica, exprimindo a noção de obrigatoriedade. Vejamos o exemplo a seguir:

(45) 1870 - Alencar – O gaúcho : Quer o amigo por ela com poldrinho duzentos patações? **Tenho** *que fazer* um mimo a certa moçoila.

Nesse exemplo, é possível observar que o verbo *ter*, unido à partícula *que*, expressa necessidade, a obrigatoriedade que o próprio participante do Estado de Coisas considera de *fazer um mimo a certa moçoila*. O verbo *ter* e a partícula *que* equivalem em inglês a *have to*, que, segundo Bybee *et alii* (1994, p. 177) e Myhill e Smith (1995), expressa uma forte obrigação (*strong obligation*).

Neste capítulo, foram discutidas as noções de tempo, aspecto e modalidade na literatura sobre gramaticalização, por serem as noções gramaticais codificadas por construções perifrásticas em que *ter* é o auxiliar. Uma vez que o presente estudo pretende descrever e

analisar os usos do verbo *ter* no português do Brasil nos períodos que compreendem os séculos XVI a XX, o próximo capítulo descreverá o universo de pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados para o alcance do objetivo proposto.

CAPÍTULO 4

UNIVERSO DE PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo pretende descrever o universo de pesquisa abrangido por este trabalho e os procedimentos metodológicos utilizados para o seu desenvolvimento. Primeiramente, a seção 4.1 descreve o *corpus* de análise e apresenta a justificativa que fundamenta a sua adoção. A seguir, a seção 4.2 descreve os procedimentos metodológicos utilizados para a análise dos usos do verbo *ter* e detalha os critérios para a investigação dos usos do verbo.

4.1 - Universo de pesquisa

Com o propósito de descrever e analisar os usos do verbo *ter* no português do Brasil sob uma ótica diacrônica, ou seja, do ponto de vista do seu desenvolvimento ao longo do tempo, foi adotado como universo de pesquisa o “*Corpus do Português*” (2004-06), que contém 45 milhões de palavras, provenientes de textos em língua portuguesa, representativos dos séculos XIV ao XX. Patrocinado pela *US National Endowment for the Humanities*, o *corpus* foi organizado por Mark Davies (*Brigham Young University*) e Michael J. Ferreira (*Georgetown University*) e está disponível on-line, no endereço <http://www.corpusdoportugues.org>.

Trata-se de um *corpus* virtual manipulável por um programa computacional que auxilia na busca dos registros linguísticos e no processamento quantitativo dos dados. A natureza dos registros linguísticos que o compõem será detalhada a seguir, na seção em que se discutem os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo.

4.2 - Procedimentos metodológicos

Para acessar os registros que os usuários do “*Corpus do Português*” pretendem encontrar, o próprio programa solicita-lhes a entrada de curingas (códigos) correspondentes às

expressões linguísticas solicitadas. No que tange especificamente aos propósitos deste estudo, para acessar todas as ocorrências de *ter* nos textos dos séculos de XVI a XX, foram utilizados curingas que pudessem identificar ocorrências do verbo em todas as formas disponíveis seguido de todos os tipos de complementos.

Os curingas [ter] e [ter] [nn*] foram utilizados para encontrar ocorrências do verbo em todas as formas disponíveis (conjugado em todos os tempos, pessoas e números, e em todos os modos) seguido imediatamente de complementos não verbais. Para identificar ocorrências de *ter* em todas as conjugações verbais e em todos os modos disponíveis no bando de dados do *corpus*, seguido imediatamente de complementos verbais em todas as formas disponíveis, foi utilizado o curinga [ter] [vK-*]. Para encontrar registros do verbo *ter* em todas as formas ligado pela partícula *que* a um complemento verbal no infinitivo, o curinga utilizado foi [ter]que[vr*].

Todas as ocorrências de *ter* foram localizadas e agrupadas pelo programa computacional em seu banco de dados. Em seguida, com o propósito de verificar um possível processo de mudança nos usos do verbo ao longo do tempo, todas as ocorrências de *ter* encontradas foram sistematizadas segundo o critério de sincronias, identificadas por séculos. Assim, para a análise, foram estabelecidas cinco sincronias, correspondentes aos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX.

No século XVI, foram encontradas 55 ocorrências de *ter* (55 *tokens*) provenientes de textos literários, caracterizados como cartas informativas (31 ocorrências), romances (8 ocorrências), cancioneiros (1 ocorrência) e poemas (12 ocorrências); de diálogos (2 ocorrências); e de gramáticas (1 ocorrência).

No século XVII, foram localizadas pelo programa computacional 72 ocorrências do verbo (72 *tokens*) provenientes de textos literários, nos seguintes gêneros: cartas informativas

(37 ocorrências), crônicas (12 ocorrências), novelas (12 ocorrências), historiografias (5 ocorrências) e sermões (6 ocorrências).

No século XVIII, foram identificadas 43 ocorrências de *ter* (43 *tokens*) extraídas de textos literários, tais como: crônicas (14 ocorrências), cartas informativas (19 ocorrências) e romances (7 ocorrências); de ensaios (2 ocorrências); e de gramáticas (1 ocorrência).

No século XIX, foram encontradas 126 ocorrências do verbo *ter* (126 *tokens*) extraídas de textos literários, como: contos (29 ocorrências), romances (40 ocorrências), teatros (27 ocorrências), cartas informativas (28 ocorrências); e de decretos de direitos (2 ocorrências).

No século XX, foram identificadas 88 ocorrências de *ter* (88 *tokens*) provenientes de conversas extraídas de chats (14 ocorrências); de textos jornalísticos que compõem o jornal Folha de S. Paulo (12 ocorrências); de teses acadêmicas (5 ocorrências); e de textos literários, como romances (57 ocorrências).

Após sistematizar as ocorrências do verbo *ter* em cada sincronia, elas foram submetidas a uma análise qualitativa, em que foram classificadas segundo a sua codificação semântica e a função sintática que desempenham. Em seguida, com base na tipologia de Estados de Coisas de Dik (1989; 1997), os tipos de Estados de Coisas em que o verbo opera foram analisados, com o propósito de verificar se os usos se definem em termos da semântica dos Estados de Coisas.

Por fim, foi realizada uma análise quantitativa das ocorrências de *ter*, momento em o valor percentual de frequência dos usos do verbo encontrados em cada sincronia foi calculado. Esse critério se justifica pertinente para a pesquisa na medida em que contribui para inferir possíveis estágios de desenvolvimento do verbo com base nos pressupostos da teoria da mudança linguística.

O objetivo desse tratamento metodológico é buscar correlações semânticas entre os diferentes tipos de *ter* nas várias fases da evolução diacrônica do português brasileiro com

vistas a comprovar o *cline* de gramaticalização, e a tipologia de Estados de Coisas pareceu o espaço privilegiado para este trabalho. Seria de esperar que, se os valores auxiliares de tempo, aspecto e modalidade deôntica se agrupassem e se especializassem em diferentes tipos semânticos de Estados de Coisas, os diferentes agrupamentos poderiam refletir a motivação funcionalmente icônica que caracterizaria a cadeia TAM como derivada de algum alinhamento entre codificação morfossintática e formulação pragmática e semântica.

O próximo capítulo dedicar-se-á à apresentação dos resultados da pesquisa, descrevendo os usos do verbo *ter* encontrados no *corpus*, de acordo com os critérios detalhados, e analisando-os segundo os pressupostos teóricos discutidos nos capítulos 1, 2 e 3.

CAPÍTULO 5

OS USOS DO VERBO *TER* NO PORTUGUÊS DO BRASIL NOS SÉCULOS XVI A XX: DESCRIÇÃO E ANÁLISE

Este capítulo dedica-se à descrição e à análise dos usos do verbo *ter* encontrados nos textos dos séculos XVI a XX constituintes do *corpus*. Conforme já enfatizado no capítulo 4, na seção 4.2, os usos do verbo serão descritos em termos do cruzamento entre o estatuto categorial e o valor semântico, e analisados com base na tipologia de Estado de Coisas de Dik (1989; 1997) e nos pressupostos teóricos discutidos nos capítulos 1, 2 e 3.

Não custa reiterar que a adoção do modelo de Dik para a descrição dos usos de *ter* se justifica no fato de detalhar muito minuciosamente a tipologia de Estado de Coisas. Essa tipologia permitirá testar a hipótese de desenvolvimento não arbitrário da cadeia tempo – aspecto – modalidade em relação ao verbo pleno de posse, na medida em que diferentes *types* de cada valor se agruparem com tipos específicos de Estados de Coisas.

Nesse caso, a existência de uma possível similaridade semântica entre as noções de posse, tempo, aspecto e modalidade de *ter* pode ter motivado a situação atual de polissemia e a extensão semântica desencadeadora da polissemia do verbo, que seria ativada por algum processo cognitivo do tipo metafórico ou metonímico, permitiria postular um *cline* de desenvolvimento dos usos.

Primeiramente, em 5.1, apresenta-se um quadro dos tipos de *ter* encontrados em todas as sincronias, com suas codificações sintáticas e respectivos valores semânticos. Em seguida, nas seções ulteriores, detalham-se os resultados de acordo com o critério de sincronias (correspondentes aos séculos XVI a XX). Desse modo, descrevem-se e analisam-se os usos de *ter* encontrados nos textos do século XVI, em 5.2; adiante, os usos do verbo encontrados no material referente ao século XVII, em 5.3, e, assim, subsequentemente, até o século XX. Para o mapeamento das ocorrências em cada sincronia, adota-se a estratégia metodológica das

frequências *token* e *type*, tal como proposta em Bybee (2003). A frequência *token*, que diz respeito à contagem geral das ocorrências, fornecerá um painel quantitativo e a frequência *type*, que se refere aos diferentes padrões mobilizados por *ter*, fornecerá um painel qualitativo. Para reconhecimento dos padrões, conjugam-se informações de ordem sintática e semântica.

5.1 - Os usos do verbo *ter* encontrados no *corpus*

O quadro abaixo apresenta os tipos de *ter* encontrados no *corpus*, com suas codificações sintáticas e valores semânticos:

<i>Types</i>	Categoria sintática	Valor	Exemplo
<i>ter 1</i>	verbo pleno	posse concreta / existência / posse abstrata	“Sabe Deus que tenho um ardente desejo de passar essa terra (...)” (1655 – Chagas: Cartas)
<i>ter 2</i>	verbo auxiliar aspectual	repetição	“Mas a experiência tem mostrado que mais vale saber manejar as liras que as lanças.” (17 – Castro: Aflição)
<i>ter 3</i>	verbo auxiliar temporal	marcação temporal (foco: momento anterior ao momento de referência situado anteriormente ao momento de fala)	“Já tinha andado algum espaço, quando viu diante de si a um menino.” (1727- Barros: Vieira)
<i>ter 4</i>	verbo auxiliar temporal	marcação temporal (foco: momento anterior ao momento de fala)	“Informou ao governador Afonso Furtado ter descoberto grandiosas minas de prata.” (1765 – Vernei: Estudar)
<i>ter 5</i>	verbo auxiliar de modalidade deontica orientada para o participante	obrigatoriedade (foco: participante)	“Chamou David a Deos Senhor, porque eles têm que dar , e nam têm necessidade de tomar.” (1589 – Arrais: Diálogos)
<i>ter 6</i>	verbo auxiliar de modalidade deontica orientada para o evento	obrigatoriedade (foco: evento)	“Mas que alguém tem que ver o manjar real de Celas com estoutro real manjar.” (1646 – FMMelo: Portel)

Quadro 10 – Os usos do verbo *ter* encontrados no *corpus*

A seguir, detalham-se os usos do verbo *ter* encontrados em cada sincronia.

5.2 - Os usos do verbo *ter* encontrados nos textos do século XVI

A Tabela 1 apresenta as frequências *token* e *type* do material referente ao século XVI. Os 55 *tokens* de *ter* se distribuem por seis *types*, obtidos a partir da consideração escalar do estatuto categorial e dos respectivos valores semânticos.

Tabela 1: Ocorrências de <i>ter</i> no século XVI		
Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>	
55 (100%)	6	
	Categoria	Totais
<i>ter 1</i>	+ pleno	10 (16%)
<i>ter 2</i>	+ auxiliar	6 (11%)
<i>ter 3</i>	+ auxiliar	29 (54%)
<i>ter 4</i>	+ auxiliar	7 (13%)
<i>ter 5</i>	+ auxiliar	1 (2%)
<i>ter 6</i>	+ auxiliar	2 (4%)

Como mostra a Tabela 1, nos dados do século XVI, o verbo *ter* é usado para codificar diferentes valores e seu estatuto categorial apresenta variações que o definem como [+ pleno] e [+ auxiliar].

O uso de *ter 1* refere-se ao uso do verbo em que ele assume total individualidade semântica, sendo considerado, por isso, um verbo pleno. No âmbito dessa categoria, foram encontradas 10 ocorrências, com três valores codificados pelo verbo: posse concreta, existência e posse abstrata.

A noção que *ter* exprime como verbo pleno depende dos traços semânticos das entidades que ele seleciona. Ao estabelecer uma relação entre duas entidades, o verbo assume o sentido de posse, que pode ser [+ concreta] ou [- concreta]. No uso de *ter* pleno abaixo,

(46) Dias passados e não **ter** recado seu, estava o Padre suspenso no que lhe teria acontecido. (1560/1580-Frois:Japam),

o verbo estabelece uma relação entre duas entidades, *o Padre* e *seu recado*. Nesse caso, *ter* estabelece uma relação entre um possuidor, que é [+ humano], e um possuído, que é [-

humano] e que pode ser [+/- concreto], pois *seu recado* pode se manifestar por meios diversos. Nesse exemplo, o Estado de Coisas *o Padre ter recado seu* designa estado, pois não envolve dinamismo e não depende do participante a sua realização.

Além dessa ocorrência de *ter* pleno, em que o verbo seleciona duas entidades, foram encontradas ainda outras cinco, dentre as quais três referem-se ao uso em que o verbo estabelece uma relação entre uma entidade [+ humana] e outra [- humana], [- concreta], como mostra o exemplo (47):

- (47) Todos padres e irmãos de nossa Companhia **tinham** uma grande modéstia e religioso temor de a contar e escrever, ainda a seus próprios. (1599-Lucena:SFXavier)

Nessa ocorrência, em que *ter* assume o valor de posse [+ abstrata], o argumento 1, *todos os padres e irmãos de nossa Companhia* tem o traço [+ humano] e o argumento 2, *uma grande modéstia e religioso temor*, tem a noção de [- humano] e [+ abstrata]. Nesse uso, o Estado de Coisas *todos os padres e irmãos de nossa Companhia ter uma grande modéstia e religioso temor* designa posição, por não envolver mudança e a sua ocorrência depende do participante. Os Estados de Coisas das duas outras ocorrências com a mesma estrutura argumental também designam posição.

Nas outras duas ocorrências em que *ter* seleciona duas entidades, o verbo estabelece uma relação entre um “possuidor”, que recebe os traços [- humano] e [+ concreto], e um “possuído”, que também tem os mesmos traços, como mostra a ocorrência abaixo:

- (48) E que se chama Turcumandil, onde passamos uma ribeira grande que **tem** uma ponte caída. E daqui nos partimos por terras habitadas de aldeias. (1529-Tenreiro:Itinerario)

Nesse exemplo, o argumento 1 é *uma ribeira grande*, que tem como “possuído” *uma ponte caída*. Nesse caso, *ter* parece assumir um sentido de posse ainda mais abstratizado que o seu sentido em (47), uma vez que o argumento 1, pressuposto possuidor, não é humano, e entidades não humanas não são passíveis de assumir posse. Nesse caso, o Estado de Coisas

uma ribeira grande ter uma ponte caída designa estado, pois não envolve mudança e também não depende da ribeira ter uma ponte caída. Na outra ocorrência de *ter* com essa mesma estrutura argumental, o Estado de Coisas envolvido também designa estado.

Ao selecionar somente um argumento, o verbo *ter* pleno assume a acepção de existência. Nos textos do século XVI, foram encontradas quatro ocorrências com essa estrutura argumental e, em todos os casos, os Estados de Coisas envolvidos designam estado, como mostra o exemplo abaixo:

- (49) E cem léguas da Bahia, que lhe fica ao Sul. **Tem** uma formosa igreja matriz de três naves, com muitas capelas ao redor. (1590-Cardim:Relação)

A única entidade que *ter* seleciona é *uma formosa igreja matriz de três naves*, que recebe os traços [- humano] e [+ concreto]. Esse exemplo pode ser parafraseado por *existe uma formosa igreja matriz de três naves*. O Estado de Coisas descrito designa estado porque não envolve mudança e não depende do participante *uma formosa igreja matriz de três naves* existir.

O *type ter 2* refere-se ao uso do verbo como auxiliar de aspecto iterativo. Como mostra a Tabela 1, foram encontradas 6 ocorrências do uso do verbo em que ele auxilia na expressão de iteratividade do Estado de Coisas descrito. Como mostra o exemplo abaixo,

- (50) (...) comparar este reino a um grão de mostarda, o qual **tem produzido** muito... (15-Barros:Asia1),

o verbo *ter* auxilia na expressão de que o Estado de Coisas *este reino produzir muito* ocorre várias vezes. Uma análise mais acurada dos tipos de Estados de Coisas em que *ter* opera mostra que o verbo opera em Estados de Coisas do tipo realização, dinamismo, atividade, como ilustram, respectivamente, as ocorrências abaixo:

- (51) Olhai o estado a que a gente de Ximabara **tem chegado**. (1560/1580-Frois:Japam3);

- (52) Com pena tanto crescida tanto mal **tenho sofrido** quantes mortes. (1516-Resende:Cancioneiro);

(53) Eu **tenho** *andado* a maior parte das feiras onde lhe foram tomadas essas penas. (1532-Barros:Ropica Pnema)

Em (51), o Estado de Coisas *a gente de Ximabara chegar ao estado* envolve mudança; depende do participante a ocorrência desse Estado de Coisas; e o completamento desse Estado de Coisas exige necessariamente o alcance de um ponto terminal.

Em (52), o Estado de Coisas é do tipo dinamismo porque *sofrer quantes mortes* envolve mudança; a ocorrência de sofrer não depende do participante eu; o completamento desse Estado de Coisas não implica necessariamente o alcance de um ponto terminal.

Em (53), o Estado de Coisas é do tipo atividade porque o Estado de Coisas *eu andar a maior parte das feiras* envolve mudança; depende do participante *eu* realizar esse Estado de Coisas; o seu completamento não requer o alcance de um ponto terminal.

Observe-se que, nesse uso, *ter* tem o estatuto categorial [+ auxiliar], porque não assume individualidade semântica e está ligado diretamente ao predicado oracional no participio, com o qual forma construção perifrástica. O mesmo ocorre com os usos do verbo ***ter 3, ter 4, ter 5 e ter 6***.

O *type ter 3* destaca-se quantitativamente em relação aos demais usos do verbo, pois apresenta o maior número de ocorrências, 29, que correspondem a 54% do total das ocorrências de *ter* encontradas no textos do século XVI. Com valor temporal, ***ter 3*** diz respeito ao uso do verbo como auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito. Nesse uso, *ter* auxilia na localização do Estado de Coisas descrito anteriormente a outro Estado de Coisas (momento de referência) que também é anterior ao momento de fala, como mostra a ocorrência abaixo:

(54) Pela manhã chegou a gente de Dom Bartholomeo que **tinha** *deixado* atraz. (1560/1580-Frois:Japam1)

Nesse exemplo, *ter* auxilia a localizar o Estado de Coisas *a gente de Dom Bartholomeo deixar atraz* (momento do evento) anteriormente ao Estado de Coisas *a gente de Dom Bartholomeo chegar* (momento de referência), que é anterior ao momento da fala.

Nos textos analisados, foram encontrados somente dois tipos de Estados de Coisas em que esse uso de *ter* opera: posição e realização. A ocorrência abaixo mostra um Estado de Coisas do tipo posição:

- (55) E mais houve-lhe secretamente algũa água, a qual Rei **tinha** *prometido*. (15-Barros:Asia1)

Nesse caso, o Estado de Coisas *Rei prometer* não envolve mudança e depende do participante *Rei* prometer. No exemplo (56),

- (56) (...) dando entender que ele **tinha** *descoberto* outro Novo Mundo maior e mais remoto e rico. (15-Barros:Asia1),

o EsCo *ele descobrir outro Novo mundo maior e mais remoto e rico* é do tipo realização, porque envolve mudança; depende do participante a sua realização; e seu completamento requer o alcance de um ponto terminal.

O type **ter 4**, também com valor temporal, mas com foco no momento anterior ao momento de fala, refere-se ao uso do verbo como auxiliar de tempo pretérito perfeito. Nesse uso, o verbo auxilia na localização do Estado de Coisas anteriormente ao momento da fala no eixo temporal, conforme ilustra a ocorrência abaixo:

- (57) (...) e el-Rei tam desejoso de **ter** *descoberto* este caminho de Portugal. (15-Barros:Asia1)

Nesse uso, *ter* auxilia a localizar o Estado de Coisas *el-Rei descobrir este caminho de Portugal* anteriormente ao momento da fala. Os tipos de Estados de Coisas em que *ter* auxiliar de tempo pretérito perfeito opera nos textos do século XVI são: realização, atividade e estado, como mostram os respectivos exemplos:

- (58) O "ofar Cemaçadim, (...), arrependeo-se de **ter** *cometido* aquele negócio. (15-Couto:Decada5);

(59) E depois de o **ter lido** fiquey todo ssem prazer por nam poder entender seu estilo muy ssobido. (1560-Resende:Cancioneiro);

(60) A vos não vos pese de vou eu **ter sabido** por nam offenderdes a confiança (...). (1544-Ribeiro:Menina).

Em (58), o Estado de Coisas *O 'ofar Cemaçadim' cometer aquele negócio* envolve mudança; depende do participante a sua realização; e o seu completamento requer o alcance de um ponto terminal.

Em (59), o Estado de Coisas *eu o ler* é do tipo atividade porque envolve dinamismo; depende do participante a sua realização; e o seu completamento não quer o alcance de um ponto terminal.

Em (60), o Estado de Coisas *eu saber* é do tipo estado porque não envolve dinamismo e, nesse caso, não depende do participante a sua ocorrência.

O *type ter 5* diz respeito ao uso do verbo como auxiliar de modalidade deôntica orientada para o participante. Nesse uso de *ter*, há também a expressão do valor semântico de obrigatoriedade. No entanto, diferentemente do que ocorre no *type ter 6*, o foco não é o EsCo, e sim, o participante. O verbo *ter*, nesse uso, auxilia na expressão de obrigatoriedade de um participante específico de realizar o Estado de Coisas descrito, como mostra a ocorrência (61), única verificada no *corpus*:

(61) Chamou David a Deos Senhor, porque eles **têm que dar**, e nam têm necessidade de tomar. (1589-Arrais:Diálogos)

Nessa ocorrência, *ter* auxilia na expressão da obrigatoriedade de o participante *eles* realizar o Estado de Coisas *dar*. Nesse caso, o Estado de Coisas é do tipo realização, porque: (i) *dar* envolve dinamismo; (ii) depende do participante *eles* realizar o Estado de Coisas; e (iii) o completamento de *dar* exige o alcance de um ponto terminal.

O último uso de *ter* destacado na tabela acima, *ter 6*, com valor de obrigatoriedade, com foco no evento, diz respeito ao uso do verbo como auxiliar de modalidade deôntica orientada para o evento. Nesse uso, *ter* auxilia na expressão de obrigatoriedade de realização

do Estado de Coisas. Como característica desse tipo de modalidade, o participante do EsCo é indeterminado ou genérico, conforme (62) e (63), respectivamente, as únicas ocorrências encontradas:

(62) E porque em Quíloa e Mombaça **tinha** *que fazer* Gonçalo de Paiva e Bermum Dias expedirem dali. (1520-Barros:Asia)

(63) (...) E mais quando as pessoas **têm** *que fazer* mudança. (1533-Miranda:Vilhapandos)

Em ambas as ocorrências, *ter* opera sobre EsCos do tipo mudança, por envolverem dinamismo, pelo fato de os participantes não serem os determinantes da ocorrência dos EsCos e por esses não possuírem o atributo [+ télico], uma vez que a sua conclusão depende necessariamente do alcance de um ponto terminal.

Observe-se que, nos usos **ter 2** a **ter 6**, *ter* não assume semântica lexical, de modo tal que pudesse pertencer à categoria de verbos plenos; ele é mais esvaziado semanticamente, formando perífrases verbais com os predicados oracionais. Logo, trata-se de um verbo com o estatuto categorial [+ auxiliar].

A análise dos usos de *ter* nos textos do século XVI permite identificar seis usos do verbo com diferentes valores semânticos e estatutos categoriais que os definem como [+ auxiliar] e [+ pleno]. No que tange à análise quantitativa, considere-se que os usos apresentam frequências muito dessemelhantes. Enquanto o uso do verbo como auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito apresenta o valor percentual de 54% de frequência em relação ao total de ocorrências de *ter* no século analisado, o uso do verbo como auxiliar de modalidade deôntica orientada para o participante apresenta somente 2% de frequência.

Além disso, constata-se que os usos de *ter* significativamente recorrentes: auxiliar de aspecto iterativo, com 11% de frequência; auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito, com 54%; e auxiliar de tempo pretérito perfeito, com 13%, operam em tipos de Estados de Coisas

cujos valores semânticos variam. Isso significa, então, que esses usos não se definem em termos de tipos específicos de Estados de Coisas.

A seguir, na seção 5.3, descrevem-se e analisam-se os usos do verbo *ter* encontrados no material referente ao século XVII.

5.3 - Os usos do verbo *ter* encontrados nos textos do século XVII

A Tabela 2 apresenta as frequências *token* e *type* do material referente ao século XVII.

Os 72 *tokens* de *ter* se distribuem por seis *types*.

Tabela 2: Ocorrências de <i>ter</i> no século XVII		
Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>	
72 (100%)	6	
	Categoria	Totais
<i>ter 1</i>	+ pleno	11 (15%)
<i>ter 2</i>	+ auxiliar	21 (30%)
<i>ter 3</i>	+ auxiliar	31 (43%)
<i>ter 4</i>	+ auxiliar	3 (4%)
<i>ter 5</i>	+ auxiliar	3 (4%)
<i>ter 6</i>	+ auxiliar	3 (4%)

O *type ter 1* refere-se ao uso de *ter* como verbo pleno. Nos textos do século XVII, foram encontrados dois tipos de valores codificados por esse uso do verbo juntamente com as entidades que ele seleciona: posse abstrata e posse humana. No primeiro caso, *ter* seleciona duas entidades: a primeira tem o traço [+ humano] e a segunda é [- humano], [+ abstrato], como mostra a ocorrência abaixo:

(64) Sabe Deus que **tenho** um ardente desejo de passar essa terra, ainda que não seja. (1655-Chagas:Cartas)

Nesse exemplo, a primeira entidade é o participante *eu*, que é humano, e a segunda é *um ardente desejo*. O verbo *ter* expressa posse abstrata porque o segundo argumento não é

passível de ser efetivamente possuído. Foram encontradas sete ocorrências de *ter* com esse valor semântico.

No que diz respeito ao valor de posse humana expresso por *ter* e seus argumentos, o verbo seleciona duas entidades que têm o traço [+ humano], como ilustra a ocorrência (65):

- (65) Houve no Ducado de Brabancia um Senhor de título, que **tinha** um filho bastardo de mui perversos, e depravados costumes. (1630-Andrada:Casamento)

Nessa ocorrência, *um Senhor de título* é a primeira entidade e *um filho bastardo* é a segunda. Uma vez que um ser humano não é passível de ser efetivamente possuído, não é possível concebermos esse uso de *ter* como um caso de posse concreta. O mesmo ocorre com outras três ocorrências de *ter* com a mesma estrutura argumental.

Nas ocorrências (64) e (65), *ter* forma com os argumentos que seleciona Estados de Coisas do tipo estado, porque não envolvem dinamismo e a sua realização não depende dos seus participantes. Não foi encontrado outro tipo de Estado de Coisas formado por *ter* pleno e seus argumentos.

O *type ter 2*, que tem o valor de repetição e o estatuto categorial [+ auxiliar] se identifica com o auxiliar de aspecto iterativo, como ilustra a ocorrência abaixo:

- (66) A experiência me **tem** *mostrado* que me não deu Nosso Senhor graça mais que para ser instrumento. (1665-Chagas)

Nessa sentença, o verbo *ter* atua como auxiliar na expressão de que o Estado de Coisas *a experiência me mostrar* se repete várias vezes. Assim como ocorre com esse uso do verbo no século XVI, nos textos do século XVII, foram identificadas ocorrências em que *ter* opera em Estados de Coisas do tipo dinamismo (2 ocorrências), realização (9 ocorrências) e atividade (3 ocorrências), conforme ilustram os respectivos exemplos:

- (67) Vir com os focinhos a terra e perder o que já **tenho** *sofrido*. (1650-FMMelo:Portel);
- (68) Sobre a mudança daquela gente já **tenho** *avisado* a ordem. (1629/1692-Vieira:Cartas);

(69) Não salte de lá alguma faísca, porque, de quanto **tenho lido** (...) (1606-Sousa:Martires).

Em (67), o Estado de Coisas é do tipo dinamismo porque envolve mudança; não depende do participante a sua ocorrência; e a sua realização não depende do alcance de um ponto terminal. Em (68), o Estado de Coisas é do tipo realização porque *avisar* envolve mudança; é [+ controle]; e sua realização requer o alcance de um ponto terminal. Em (69), o Estado de Coisas é do tipo atividade porque envolve dinamismo; depende do participante a sua ocorrência; e recebe o traço [- télico].

Foram encontrados também, nos textos do século XVII, Estados de Coisas do tipo mudança (2 ocorrências) e estado (5 ocorrências), conforme ilustram os respectivos exemplos:

(70) Isto **tem acontecido** a muitos em Espanha, que se fizerem duros, e ásperos. (1631-Faria:Discursos);

(71) Que a elas atribuo muita parte dos bons sucessos que nos meus exercícios **tenho tido**. (1665-Chagas:Cartas)

Em (70), o Estado de Coisas é do tipo mudança porque *acontecer* envolve dinamismo; não depende do participante a sua ocorrência; e tem o atributo [+ télico]. Em (71), o Estado de Coisas é do tipo estado porque não envolve mudança; e não depende do participante *ter bons sucessos*.

O *type* identificado por **ter 3** é o uso do verbo como auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito. Nesse século, o valor percentual correspondente à frequência desse uso é bastante significativo (43%), assim como ocorre no século XVI (54%), conforme ilustra a Tabela 1. A ocorrência (72) é um exemplo desse uso do verbo:

(72) Poderosos **tinham observado** que para príncipes que não admitem(...) (1646-FMMelo:Tacito)

Nesse caso, o Estado de Coisas em que *ter* atua é do tipo posição, porque *observar* não envolve dinamismo; e o participante tem o controle sobre a sua realização. Além dessa ocorrência de *ter*, foi encontrada outra, nos textos do século XVII, em que o verbo atua em

Estado de Coisas do mesmo tipo. Além desse tipo, também foram encontradas ocorrências de *ter* em que o verbo opera em Estados de Coisas do tipo realização (19 ocorrências), atividade (6 ocorrências), dinamismo (1 ocorrência), mudança (1 ocorrência) e estado (2 ocorrências), conforme exemplificam as ocorrências abaixo, respectivamente:

- (73) Como D. Luís **tinha** *ido* no ano atrás àquele porto em conjunção, nao foi possível esperar. (1631-Sousa:Martires);
- (74) Sabemos de Frei Bertolameu que **tinha** *começado* a sentir o sabor do maná da contemplação. (1606-Sousa:Martires);
- (75) E porque o chapéu me **tinha** *caído*, dei com ela em descoberto em um grande madeiro. (16-Ribelo:Florinda);
- (76) (...) porque domingo pela manhã perdeu o duque a filhinha que lhe **tinha** *nascido*. (1629/1692-Vieira:Cartas);
- (77) Pelo que **tinha** *sabido*, entendia eu que, a par das riquezas e majestade da casa. (1608/1666-FMMelo:Apologos).

Em (73), o Estado de Coisas é do tipo realização porque *ir àquele porto* envolve dinamismo; depende do participante a sua ocorrência; e sua realização requer o alcance de um ponto final. Em (74), o Estado de Coisas é o tipo atividade porque *começar a sentir o sabor do maná da contemplação* envolve mudança; tem o atributo [+ controle]; e sua realização não exige o alcance de um ponto terminal. Em (75), o Estado de Coisas *o chapéu me cair* envolve mudança; foge do controle do participante a sua realização; e não é necessário que a sua realização alcance um ponto terminal. Logo, o Estado de Coisas é do tipo dinamismo. Em (76), o Estado de Coisas é classificado como mudança porque *a filhinha nasce* tem os traços [+ dinâmico], [- controle] e [+ télico]. Por fim, o Estado de Coisas em (77) configura estado porque *saber* não envolve dinamismo e, nesse caso, não depende do participante a sua realização.

Conforme ilustra a Tabela 2, também foi encontrado outro uso de *ter* com valor temporal e com estatuto categorial [+ auxiliar] no material referente ao século XVII, assim como nos textos do século XVI. Trata-se do uso do verbo como auxiliar de tempo pretérito

perfeito, **ter 4**. A ocorrência (78) é um exemplo do uso do verbo em que ele auxilia a localizar no eixo temporal o Estado de Coisas descrito anteriormente ao momento de fala:

(78) Vossa Paternidade, depois de estar em Amarante e de **ter** *chegado* de Múndi
(..)(1665-Chagas:Cartas)

Nesse caso, o Estado de Coisas *Vossa Paternidade chegar de Múndi* está localizado no momento anterior ao momento de fala e é do tipo realização, porque envolve mudança; depende do participante a sua realização; e é [+ télico]. Nas outras duas ocorrências em que *ter* é auxiliar de tempo pretérito perfeito, os Estados de Coisas sobre os quais o verbo opera também são do mesmo tipo.

O *type ter 5* refere-se ao uso do verbo como auxiliar de modalidade deôntica orientada para o participante. A ocorrência abaixo,

(79) (...) **tenho** *que dizer* a V. Ex.^a uma cousa bem rara que cá soube. (1626-Vieira:Cartas),

descreve o participante *eu* sob a obrigação de *dizer a V. Ex.^a uma cousa bem rara que cá soube*. Nesse caso, o Estado de Coisas descrito envolve dinamismo; depende do participante a sua ocorrência; e a sua realização requer o alcance de um ponto terminal. Logo, trata-se de um Estado de Coisas do tipo realização. Das três ocorrências encontradas desse uso do verbo *ter*, duas são do mesmo tipo, realização, e uma do tipo posição, como mostra a ocorrência (68):

(80) Lá vos mandei o papel, que me mandou Ene. **Tem** *que ver*. (1646-FMMelo: Portel),

em que *ver* não designa dinamismo e cuja ocorrência depende do participante (pressuposto interlocutor).

O *type ter 6* diz respeito ao uso do verbo como auxiliar de modalidade deôntica orientada para o evento. Com o mesmo valor percentual do uso do verbo no século XVI (4%) e com a mesma acepção, o *type ter 6* auxilia na expressão de obrigatoriedade de realização do Estado de Coisas descrito na predicação, conforme exemplifica a ocorrência abaixo:

(81) (...) o pecado d'um homem com um triângulo (...) e, se **tem** *que passar* pela rua dos Fornos (...) (1600-Soropita:Prosas),

em que se expressa a obrigatoriedade de um homem qualquer passar pela *rua dos Fornos*. Além dessa ocorrência, em que o participante é genérico, foi encontrada outra ocorrência com o mesmo tipo de participante, e ainda outra com participante indeterminado, como mostra o exemplo abaixo:

(82) Mas que alguém **tem** *que ver* o manjar real de Celas com estoutro real manjar. (1646-FMMelo:Portel)

A análise semântica dos Estados de Coisas em que opera esse uso do verbo revela que, nos textos do século XVII, o uso de *ter* como auxiliar de modalidade deôntica orientada para o evento atua em Estados de Coisas dos tipos dinamismo (2 ocorrências) e estado (1 ocorrência), diferentemente do que ocorre no século XVI, em que os Estados de Coisas são do tipo mudança.

A ocorrência (81) mostra um Estado de Coisas do tipo dinamismo, porque envolve mudança; a sua realização não depende especificamente do participante sujeito descrito, que é genérico; e possui o atributo [- télico]. Já o Estado de Coisas descrito em (82) é do tipo estado, porque não envolve dinamismo e a sua ocorrência não é determinada pelo participante sujeito envolvido, que é indeterminado.

As razões pelas quais os *types ter 2* a *ter 6* recebem o traço [+ auxiliar] devem-se pelo estatuto categorial. Nesse uso, o verbo *ter* assume todas as características que o definem como um auxiliar, tanto do ponto de vista semântico quanto do sintático, haja vista que não tem individualidade semântica, porta flexões de tempo, número e pessoa, e está subordinado ao predicado oracional, com o qual forma perífrase.

Desse modo, cabe considerar que os textos referentes ao século XVII apresentam seis usos do verbo *ter*, com diversos valores semânticos, frequência variável e estatutos categoriais [+ auxiliar] e [+ pleno].

Quanto à frequência dos usos, observe-se que, nos textos do século XVII, assim como ocorre nos do século XVI, o uso de *ter* como auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito é o mais frequente, com 43%, conforme mostra a Tabela 2.

Outra consideração a fazer diz respeito aos tipos de Estados de Coisas em que os usos de *ter* operam. Os usos do verbo nos textos do século XVII com maior frequência, auxiliar de aspecto iterativo, 30%, e auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito, 43%, operam em Estados de Coisas de diversos tipos, o que significa que não se caracterizam em termos de operar em tipos específicos de Estados de Coisas.

A seguir, serão discutidos os usos do verbo *ter* encontrados no material referente ao século XVIII.

5.4 - Os usos do verbo *ter* encontrados nos textos do século XVIII

A Tabela 3 apresenta as frequências *token* e *type* dos dados analisados referentes ao século XVIII. Os 43 *tokens* de *ter* se distribuem por seis *types*, obtidos a partir da consideração escalar da categoria e dos respectivos valores.

Tabela 3: Ocorrências de <i>ter</i> no século XVIII		
Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>	
43 (100%)	6	
	Categoria	Totais
<i>ter 1</i>	+ pleno	9 (21%)
<i>ter 2</i>	+ auxiliar	14 (33%)
<i>ter 3</i>	+ auxiliar	11 (25%)
<i>ter 4</i>	+ auxiliar	5 (12%)
<i>ter 5</i>	+ auxiliar	3 (7%)
<i>ter 6</i>	+ auxiliar	1 (2%)

Conforme ilustra a Tabela 3, no século XVIII, usos do verbo *ter* encontrados nos textos são os mesmos encontrados no material analisado do século XVII, de acordo com a Tabela 2.

O type *ter 1* é o uso do verbo como predicado oracional. Nos textos do século XVIII, foram encontradas oito ocorrências de *ter* em que ele seleciona duas entidades, dentre as quais a primeira tem o traço [+ humano]; e a segunda é [- humano], [- concreto], conforme ilustra a ocorrência abaixo:

(83) Eu assim louco, e perdido, nem mais **tere**i um leve pensamento de alegria.
(1752-Orta:Diofanes)

A entidade *eu* é [+ humana] e que a segunda entidade com a qual *ter* se relaciona é *um leve pensamento de alegria*, que tem os traços semânticos [- humano] e [- concreto]. Nesse caso, o verbo *ter* assume o sentido de posse abstrata. O Estado de Coisas *eu ter um leve pensamento de alegria* é do tipo posição, porque não envolve dinamismo e depende do participante a sua ocorrência. Todas as outras sete ocorrências do verbo *ter* pleno com essa estrutura argumental têm Estados de Coisas do mesmo tipo.

Outro uso de *ter* pleno foi encontrado, com valor de posse humana. Trata-se do uso do verbo em que ele seleciona duas entidades com atributos semânticos [+ humano], como é o caso do exemplo (84):

(84) Costa Sênior, sujeito grande, pode gloriar-se de **ter** um filho de sua doutrina.
(1727-Barros:Vieira)

A entidade *Costa Sênior* tem o atributo [+ humano] e *um filho de sua doutrina* também. Ligadas ao verbo *ter*, essas entidades formam juntas a predicação *Costa Sênior ter um filho de sua doutrina*, que expressa a posse humana da primeira entidade sobre a segunda, e designa um Estado de Coisas do tipo estado, haja vista que não envolve dinamismo e a sua realização não é determinada pelo seu participante, *Costa Sênior*, no caso.

O *type ter 2* diz respeito ao uso do verbo como auxiliar de aspecto iterativo. Com o valor semântico de repetição, o verbo auxilia na expressão de que o Estado de Coisas descrito na predicação se realiza várias vezes, conforme ilustra a ocorrência (85):

- (85) Mas a experiência me **tem** *mostrado* que mais vale saber manejar as liras que as lanças. (17-Castro: Aflição)

Nessa ocorrência, é notório que *ter* auxilia na expressão de que o Estado de Coisas *a experiência me mostrar* se repete várias vezes. Esse Estado de Coisas envolve dinamismo; o participante não determina a sua ocorrência; e tem o atributo [+ télico]. Logo, trata-se de um Estado de Coisas do tipo mudança. No século XVIII, todas as outras ocorrências de *ter* como auxiliar de aspecto iterativo envolvem Estados de Coisas do mesmo tipo.

O *type ter 3* refere-se ao uso do verbo como auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito. Nesse uso, *ter* auxilia a localizar no eixo temporal o Estado de Coisas descrito anteriormente ao momento de referência, que é localizado também anteriormente ao momento de fala. A ocorrência (86) é um exemplo desse uso do verbo:

- (86) Melhorei-me da figura, em que **tinha** *ficado* imóvel, porque o medo nem me deixava respirar. (1752-Orta: Diofanes)

Nesse caso, *ter* auxilia a localizar o Estado de Coisas *eu ficar imóvel* anteriormente ao momento de referência, *melhorar-me da figura*, que é anterior ao momento de fala. O Estado de Coisas *eu ficar imóvel* é do tipo posição, pois não envolve dinamismo e tem o traço [+ controle]. Foram encontradas seis ocorrências com esse tipo de Estado de Coisas. Além disso, também foram identificadas ocorrências em que os Estado de Coisas são dos seguintes tipos: realização (4 ocorrências), e atividade (1 ocorrência), conforme ilustram os respectivos exemplos:

- (87) (...) por reconhecerem que eu voluntariamente **tinha** *ido* buscar a campanha. (1728-Pereira: Compendio);

- (88) Já **tinha** *andado* algum espaço, quando viu diante de si a um menino. (1727-Barros: Vieira).

Em (87), o Estado de Coisas *eu ir buscar a campanha* é do tipo realização porque envolve dinamismo; o participante tem o controle sobre a sua realização; e tem o atributo [+ télico]. Em (88), o Estado de Coisas *andar algum espaço* é do tipo atividade porque envolve dinamismo; é [+ controle]; e é [- télico], porque a sua realização não depende do alcance de um ponto terminal.

O *type ter 4*, que também tem valor temporal, identifica-se com o auxiliar de tempo pretérito perfeito. Nesse uso, *ter* auxilia a localizar o Estado de Coisas descrito anteriormente ao momento de fala, que é também o momento de referência, conforme exemplifica a ocorrência (89):

(89) Informou ao governador Afonso Furtado **ter descoberto** grandiosas minas de prata. (1765-Vernei:Estudar)

Nessa ocorrência, *ter* auxilia a localizar o Estado de Coisas *descobrir grandiosas minas de prata* anteriormente ao momento de fala. Trata-se de um Estado de Coisas do tipo realização, porque envolve dinamismo; o participante tem controle sobre a sua ocorrência; e tem o atributo [+ télico]. Das cinco ocorrências de *ter* como auxiliar de tempo pretérito perfeito, quatro têm Estados de Coisas desse tipo. A outra ocorrência tem Estado de Coisas do tipo mudança, como mostra o exemplo (90):

(90) (...) chora continuamente a pouca fortuna de não **ter nascido** entre os Gregos. (1736-FXOlveira:Cartas)

O Estado de Coisas *nascer entre os Gregos* é do tipo mudança porque envolve dinamismo; não é determinado pelo participante; e exige o alcance de um ponto final para a sua realização.

Com o mesmo valor de obrigatoriedade, com o foco no participante, é o *type ter 5*, que se refere ao uso do verbo como auxiliar de modalidade deôntica orientada para o participante. Nesse caso, o falante julga o participante descrito na predicação sob a obrigação de realizar o Estado de Coisas, como mostra a ocorrência abaixo:

(91) Espero que Vossa Senhoria me não levará a mal, em consideração do que **tenho** *que fazer*. (1735-Gusmao:Cartas)

Nessa ocorrência, o falante se julga sob a obrigatoriedade de realizar o Estado de Coisas *fazer*, que é do tipo realização, uma vez que envolve dinamismo; tem o traço [+ controle]; e sua realização requer o alcance de um ponto terminal. As outras duas ocorrências encontradas com esse uso do verbo também envolvem Estados de Coisas do tipo realização.

O *type ter 6*, que tem o estatuto de [+ auxiliar] e o valor de obrigatoriedade, com foco no evento, refere-se ao uso do verbo como auxiliar de modalidade deôntica orientada para o evento. Nesse uso, conforme ressaltado nas duas seções anteriores, *ter* auxilia na expressão da obrigatoriedade de um evento ser realizado, sem especificar algum participante, como ilustra a ocorrência (92), a única encontrada no material do século XVIII com esse uso de *ter*:

(92) (...) a Deus, vendia a justiça, punia inocentes (...) Quem **tinha** *que dar*, era justo. (1760-Mealhada:PH1)

Nesse exemplo, o foco da obrigatoriedade é a realização do Estado de Coisas *dar*, e não uma agente específico incumbido de realizá-lo, tanto que o participante é indeterminado. O tipo de Estado de Coisas sobre o qual *ter* auxiliar opera nessa ocorrência é mudança, pois *dar* envolve dinamismo; nesse caso, sua realização não depende do participante sujeito descrito; e tem o traço [+ télico].

Os textos do século XVIII não revelam usos do verbo *ter* que não tenham sido encontrados nos dados dos séculos XVII e XVIII. Como mostram as Tabelas 1, 2 e 3, em todos os séculos, há 6 *types* com os mesmos valores semânticos e estatutos categoriais. Quanto à frequência dos usos, cabe observar que, em todas as sincronias, os usos de *ter* como auxiliar de aspecto iterativo e auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito são os mais recorrentes, com um valor percentual significativamente relevante em relação aos outros usos.

Adiante, passar-se-á à descrição e à análise dos usos do verbo *ter* identificados nos textos do século XIX.

5.5 - Os usos do verbo *ter* encontrados nos textos do século XIX

A Tabela 4 apresenta as frequências *token* e *type* do material referente ao século XIX.

Foram identificados 126 *tokens* do verbo *ter* distribuídos por 6 *types*.

Tabela 4: Ocorrências de <i>ter</i> no século XIX		
Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>	
126 (100%)	6	
	Categoria	Totais
<i>ter 1</i>	+ pleno	6 (5%)
<i>ter 2</i>	+ auxiliar	27 (21%)
<i>ter 3</i>	+ auxiliar	35 (28%)
<i>ter 4</i>	+ auxiliar	25 (20%)
<i>ter 5</i>	+ auxiliar	21 (17%)
<i>ter 6</i>	+ auxiliar	12 (9%)

O *type ter 1* identifica um estatuto de verbo a *ter*. Em quatro ocorrências como pleno, o verbo estabelece uma relação entre duas entidades humanas, designando um valor de posse humana, como no caso abaixo:

(93) Eu **tive** uma admirável tia que falava unicamente o português (ou antes o minhoto) (1899-Queirós:Correspondência)

Nesse exemplo, a primeira entidade com que *ter* estabelece uma relação é *eu* e a segunda é *uma admirável tia*. Ambas as entidades são humanas e contribuem para o valor de posse humana expresso por *ter*. O Estado de Coisas *eu ter uma admirável tia* é do tipo estado, porque não envolve dinamismo e a sua realização não é determinada pelo participante. Nas outras três ocorrências de *ter* com a mesma estrutura argumental, os Estados de Coisas envolvidos também são do mesmo tipo.

Nas outras duas ocorrências de *ter* como pleno, o verbo estabelece uma relação entre uma entidade que é humana e outra que tem os traços [- humano] e [- concreto]. Nesse caso, *ter* assume o valor semântico de posse abstrata, como mostra o exemplo (94):

- (94) (...) se o judeu **teve** alguma vez intenção satírica, arrebicando ou empolando a expressão, tal intenção foi somente literária. (1899-Machado:Relíquias)

Nesse caso, a primeira entidade com a qual *ter* estabelece uma relação é *o judeu*, que é humano, e a segunda é *intenção satírica*, que não é humana e é [- concreto]. O valor semântico de *ter* nesse exemplo é posse abstrata. O Estado de Coisas *o judeu ter intenção satírica* não envolve dinamismo e sua realização é determinada pelo participante. Logo, trata-se de um Estado de Coisas que designa posição, assim como ocorre com o Estado de Coisas envolvido na outra ocorrência de *ter* pleno com essa mesma estrutura argumental.

O *type ter 2* identificado é o uso de auxiliar de aspecto iterativo. Com o valor semântico de repetição, *ter* auxilia na expressão de que o Estado de Coisas se repete várias vezes. A ocorrência (95) é um exemplo desse uso do verbo:

- (95) Quero dizer que **tenho** *pensado* comigo mesmo sobre a causa provável dessa frieza. (18-Macedo:Amores)

Nesse caso, observe-se que *ter* auxilia a expressar que *eu pensar comigo mesmo sobre a causa provável dessa frieza* se realiza várias vezes. Esse Estado de Coisas não envolve dinamismo e sua realização depende do participante. Trata-se de um Estado de Coisas do tipo posição. Foram identificadas sete ocorrências de *ter* que envolvem esse tipo de Estado de Coisas; seis que envolvem atividade; catorze que envolvem realização; e três que envolvem mudança, conforme ilustram os respectivos exemplos:

- (96) Lembra-me agora que já **tenho** *lido* esse nome de Passos Nogueira. (18-Azevedo:Contos);
- (97) Não ousou interrogá-la sobre a esquivança que ela **tem** *mostrado* em relação a mim. (18-Machado:Dollar);
- (98) (...) ou está para acontecer ou já **tem** *acontecido* alguma coisa de bom para mim. (18-Alencar:Pata)

Em (96), o Estado de Coisas *eu ler esse nome de Passos Nogueira* é do tipo atividade porque envolve dinamismo; depende do participante a sua realização; e é [- télico]. Em (97), o Estado de Coisas *ela mostrar esquivança em relação a mim* é do tipo realização porque

envolve dinamismo; é [+ controle]; e é [+ télico]. Em (98), o Estado de Coisas *acontecer alguma coisa* é do tipo mudança porque envolve dinamismo; não depende do participante a sua realização; e é [+ télico].

O *type ter 3* refere-se ao uso do verbo como auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito. Nesse uso, *ter* auxilia a localizar o Estado de Coisas em que ele atua anteriormente a outro Estado de Coisas, que também é anterior ao momento de fala. A ocorrência (99) ilustra esse uso do verbo:

- (99) A conversa continuou, mas Cecília **tinha** *ficado* triste. (1857-Alencar:Guarani)

Nesse caso, *ter* auxilia a localizar o Estado de Coisas *Cecília ficar triste* anteriormente ao momento de referência *a conversa continuar*, que ocorre anteriormente ao momento de fala. O Estado de Coisas descrito é do tipo estado, porque não envolve dinamismo e o participante *Cecília* não tem o poder de terminar a sua realização.

Das 35 ocorrências de *ter* como auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito, onze envolvem Estados de Coisas do tipo estado; quinze do tipo realização; quatro do tipo posição; três do tipo mudança; uma do tipo dinamismo; e uma do tipo atividade. As ocorrências de *ter* de (100) a (104) ilustram, respectivamente, Estados de Coisas desses tipos:

- (100) Águas passadas...**Tinha** *ido* ao banco do hospital, explicado o que sentia. (1881-Fialho:Ruiva);
- (101) Cecília estava se banhando e eu **tinha** *ficado* à beira do rio: daí a algum tempo vejo Peri.(1857-Alencar:Guarani);
- (102) Uma noite sonhou que Aleixo **tinha** *morrido* com uma facada no coração. (1895-Caminha-Bom:crioulo);
- (103) João e Irias, Cândido entrou no "Céu cor-de-rosa ". O sarau já **tinha** *começado*. (18-Macedo:Amores);
- (104) E, de si para si, estava encantado de saber que a sua interlocutora **tinha** *lido* Werther. (18-Dinis:Morgadinha).

Em (100), o Estado de Coisas *ir ao banco do hospital* é do tipo realização porque tem os atributos semânticos [+ dinâmico], [+ controle] e [+ télico]. Em (101), o Estado de Coisas *eu ficar à beira do rio* é do tipo posição porque não envolve dinamismo e depende do participante *eu* a sua realização. Em (102), o Estado de Coisas *Aleixo morrer com uma facada no coração* denota mudança porque envolve mudança; não depende do participante a sua realização; e é [+ télico]. Em (103), o Estado de Coisas *o sarau começar* é do tipo dinamismo porque é [+ dinâmico]; a sua realização não depende do participante *o sarau*; e é [- télico]. Em (104), o Estado de Coisas *a sua interlocutora ler Werther* denota atividade porque é [+ dinâmico]; depende do participante a sua ocorrência; e é [- télico].

O type **ter 4** é o uso do verbo em que ele é auxiliar de tempo pretérito perfeito. Nesse caso, *ter* auxilia a localizar o Estado de Coisas descrito pela predicação em que ele opera anteriormente ao momento de fala, como mostra a ocorrência (105), abaixo:

- (105) Politicamente, receio **ter** *nascido* cosmopolita. (18-Nabuco:Minha formação)

Nesse caso, o verbo *ter* auxilia a localizar o Estado de Coisas *nascer cosmopolita* anteriormente ao momento de fala. Trata-se de um Estado de Coisas do tipo mudança, porque envolve dinamismo; não é determinado pelo participante; e sua realização depende do alcance de um ponto terminal. Em 19 ocorrências, das vinte e cinco que encontrei com esse uso de *ter*, os Estados de Coisas são do tipo mudança. Foi encontrada 1 ocorrência em que o Estado de Coisas é do tipo atividade e cinco em que denotam realização, conforme exemplificam as ocorrências (106) e (107):

- (106) E necessário **ter** *lido* muito para no fim reconhecermos que sabemos pouco. (18-Maricá:Máximas);

- (107) Pois era a ele que eu devia **ter** *ido* à casa do Reis, onde encontrei o maravilhoso armênio. (18-Macedo:Luneta).

Em (106), o Estado de Coisas *ler muito* denota atividade porque envolve dinamismo; sua realização é determinada pelo participante; e é [- télico]. Em (107), o Estado de Coisas *eu*

ir à casa do Reis denota realização porque é [+ dinâmico]; é [+ controle]; e sua realização depende do alcance de um ponto terminal.

O *type ter 5* é o uso em que o verbo auxilia na expressão da obrigatoriedade de o participante envolvido na predicação de realizar o Estado de Coisas descrito, como mostra a ocorrência (108):

(108) Hoje não. **Tenho** *que ir* a casa, desarrumar as malas, dar algumas ordens, etc. (1888-Azevedo:Dote)

O falante, assumido por *eu*, julga-se sob a obrigação de ele mesmo *ir a casa, desarrumar as malas, dar algumas ordens, etc.* Trata-se, assim, de um caso em que o verbo é auxiliar de modalidade deôntica orientada para o participante. O Estado de Coisas envolve dinamismo; tem o atributo [+ controle]; e a sua realização implica o alcance de um ponto terminal. Logo, o Estado de Coisas é do tipo realização. Das 21 ocorrências de *ter*, dezoito envolvem Estados de Coisas do mesmo tipo; as outras três envolvem Estados de Coisas do tipo atividade, como mostra o exemplo abaixo:

(109) Ó João, olha que nós **temos** *que conversar* - disse-lhe ela, sentando-se ao pé do mostrador. (1866-Dinis:Pupilas)

O Estado de Coisas *nós conversar* é do tipo atividade porque envolve dinamismo; o participante determina a sua ocorrência; e a sua realização não implica o alcance de um ponto terminal.

O *type ter 6* é o uso do verbo como auxiliar de modalidade deôntica orientada para o evento. No século XIX, esse uso não traz característica nova alguma em relação às que apresenta nos séculos anteriores. Nesse caso, o verbo *ter* auxilia na expressão da obrigatoriedade de realização do Estado de Coisas descrito na predicação, sem especificar algum participante, conforme exemplifica a ocorrência abaixo:

(110) Isto, por um lado; por outro, quem entra na vida pública **tem** *que procurar* contato nos Estados Unidos. (1898-Nabuco:Minha Formação)

Observe-se que *ter* auxilia a expressar a obrigatoriedade de realização do Estado de Coisas *procurar contato nos Estados Unidos* quando alguém entra na vida pública. Esse Estado de Coisas é do tipo mudança, porque envolve dinamismo; não depende do participante a sua realização; e é [+ télico], ou seja, sua ocorrência depende do alcance de um ponto terminal. As outras 11 ocorrências de *ter* com esse valor semântico envolvem Estados de Coisas do mesmo tipo.

Cabe considerar, portanto, que os usos de *ter* encontrados no material referente ao século XIX são os mesmos das sincronias anteriores. Além disso, é importante observar que, quanto à frequência dos usos, os usos de *ter* como auxiliar de aspecto iterativo e auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito, ***ter 2*** e ***ter 3***, respectivamente, são os mais recorrentes, não diferentemente do ocorre nos séculos anteriores.

Na seção seguinte, serão descritos e analisados os usos do verbo *ter* encontrados no material referente ao século XX.

5.6 - Os usos do verbo *ter* encontrados nos textos do século XX

A Tabela 5, abaixo, apresenta as frequências *token* e *type* dos dados referentes ao século XX. São 88 *tokens* do verbo *ter* que distribuídos por seis *types*.

Tabela 5: Ocorrências de <i>ter</i> no século XX		
Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>	
88 (100%)	6	
	Categoria	Totais
<i>ter 1</i>	+ pleno	13 (14%)
<i>ter 2</i>	+ auxiliar	30 (35%)
<i>ter 3</i>	+ auxiliar	9 (11%)
<i>ter 4</i>	+ auxiliar	10 (11%)
<i>ter 5</i>	+ auxiliar	10 (11%)
<i>ter 6</i>	+ auxiliar	16 (18%)

Como ilustra a Tabela 5, no século XX, foram encontrados usos do verbo *ter* com os mesmos valores semânticos e estatutos categoriais que os encontrados no século anterior. O *type ter 1* é o uso do verbo como pleno. Foram identificadas três estruturas argumentais que envolvem esse uso de *ter*: i) o verbo estabelece uma relação entre duas entidades humanas; ii) o verbo estabelece uma relação entre uma entidade [+ humana] e outra [- humana], [+ abstrata]; e iii) o verbo estabelece uma relação entre uma entidade [- humana], [+ concreta], e uma entidade [- humana], [+ abstrata].

No primeiro caso, *ter* codifica posse humana, como em:

(111) Elas só iriam atrapalhar. Santo Deus, por que não **tiveram** um filho homem?
Pra essas horas é que seria bom. (1997-Folha SP)

Nesse exemplo, observe-se que a primeira entidade é pressuposta, *elas*, e tem o traço [+ humano]; e a segunda é *um filho homem*, que tem o mesmo traço. Percebe-se, nesse caso, que o verbo *ter* expressa posse humana.

No segundo caso, em que *ter* estabelece uma relação entre uma entidade humana e outra não humana e abstrata, o verbo expressa posse abstrata, como na ocorrência abaixo:

(112) Ele e eu **tínhamos** uma grande afinidade. (1997-Notícias Br, SP Folha)

Nesse exemplo, a primeira entidade é *ele e eu*, que é humana, e a segunda é *uma grande afinidade*, que é abstrata e não humana. Nesse caso, *ter* é usado para codificar posse abstrata.

No terceiro caso, em que o verbo estabelece uma relação entre uma entidade não humana e concreta e uma entidade não humana e abstrata, *ter* é usado com o sentido ainda mais abstrato, como mostra a ocorrência (113):

(113) De que maneira a senhora contribui para a companhia? Caroline - O BMC **tem** uma longa história e uma tradição. (1997-Notícias Br, SP Folha)

Observe-se que *ter* assume um sentido ainda mais abstrato porque a primeira entidade com que ele estabelece uma relação, *o BMC*, tem os traços semânticos [- humano] e [+

concreto], e entidades não humanas não são passíveis de ser possuidoras. Além disso, e a segunda é *uma longa história e uma tradição*, que tem os traços [- humano] e [- concreto].

Os Estados de Coisas envolvidos nas ocorrências (111), (112) e (113), (*eles*) *ter um filho homem*, *ele e eu ter uma grande afinidade* e *o BMC ter uma longa história e uma tradição*, respectivamente, são do tipo estado, porque não envolvem dinamismo e os participantes envolvidos não determinam a sua realização. Não foi encontrada ocorrência alguma de *ter* pleno com Estados de Coisas de outros tipos.

O *type ter 2* é o uso do verbo como auxiliar de aspecto iterativo. Nesse uso, *ter* auxilia na expressão de que o Estado de Coisas se realiza várias vezes. A ocorrência (114) exemplifica esse uso do verbo:

(114) Mas, Madonna **tem** *mostrado* que é atriz de verdade. (1997-Notícias Br, SP Folha)

Nesse caso, o Estado de Coisas *Madona mostrar* se repete várias vezes. Trata-se de um Estado de Coisas do tipo realização, porque envolve dinamismo; tem o traço [+ controle]; e é [+ télico]. Os Estados de Coisas são desse tipo em vinte e uma das trinta ocorrências de *ter* encontradas com esse uso; em nove, os Estados de Coisas são do tipo atividade, como mostra a ocorrência (115):

(115) **Tenho** *lido* na apreciada Coluna do Leitor da Gazeta do Povo cartas de pessoas pedindo(...) (1997-Notícias Br, SP Folha)

O Estado de Coisas *eu ler cartas de pessoas na apreciada Coluna do Leitor da Gazeta do Povo* é do tipo atividade porque é [+ dinâmico]; é [- controle]; e a sua realização não requer o alcance de um ponto terminal.

O *type ter 3* refere-se ao uso de auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito. Nesse uso, *ter* auxilia a localizar o Estado de Coisas descrito na predicação anteriormente a outro Estado de Coisas que está localizado no momento anterior ao momento de fala, como exemplifica a ocorrência abaixo:

(116) (...) José Vitor **tinha** ido pra Warnner (...). (1997-Notícias Br, SP Folha)

Observe-se que *ter* auxilia a localizar o Estado de Coisas *o José Vitor ir para Warnner* anteriormente ao Estado de Coisas *eu ir lá conversar com ele*, que também é anterior ao momento de fala. O Estado de Coisas em que *ter* opera é do tipo realização, porque envolve dinamismo; depende do participante a sua realização; e é [+ télico]. Foram encontradas sete ocorrências de *ter* com Estados de Coisas desse tipo e duas com Estados de Coisas do tipo mudança, conforme ilustra a ocorrência (117):

(117) O José Roberto Spiegner (...) já **tinha** morrido num cerco. (1997-Notícias Br. Santa Catarina)

O Estado de Coisas *o José Roberto Spiegner morrer num cerco* denota mudança porque é [+ dinâmico]; o participante não tem o poder de determinar a sua ocorrência; e é necessário o alcance de um ponto terminal para que o Estado de Coisas se realize.

O *type ter 4* diz respeito ao valor de auxiliar de tempo pretérito perfeito. Nesse valor, *ter* auxilia a localizar o Estado de Coisas descrito pela predicação anteriormente ao momento de fala, que também constitui o momento de referência. A ocorrência (118) é um exemplo desse uso do verbo:

(118) Ele jura **ter** vivido uma amizade de 40 anos com o artista. (1997-Notícias-Br-SP:Folha)

Observe-se que *ter* auxilia a localizar o Estado de Coisas *ele viver uma amizade de 40 anos com o artista* no momento pretérito ao de fala. Trata-se de um Estado de Coisas do tipo posição, porque não envolve dinamismo e depende do participante a sua realização. Em oito ocorrências de *ter* com esse uso, os Estados de Coisas envolvidos são do mesmo tipo; nas outras duas, os Estados de Coisas denotam realização, conforme ilustra a ocorrência abaixo:

(119) Eles podem até **ter** participado de greves em 1917, mas (...) (19-Academico-Br:Tese)

O Estado de Coisas *eles participar de greves em 1917* é do tipo realização porque é [+ dinâmico]; o participante determina a sua realização; e é [+ télico].

O *type ter 5* refere-se ao uso do verbo como auxiliar de modalidade deôntica orientada para o participante. Nesse uso, o falante julga um participante específico sob a obrigação de realizar o Estado de Coisas descrito na predicação, conforme exemplifica a ocorrência abaixo:

(120) Galvão, o Pelé **tem** *que ser* mais curto. Galvão E eu vou fazer como? (1994-Notic-Br:Folha)

Nesse caso, o falante julga a obrigatoriedade de o participante *o Pelé* realizar o Estado de Coisas *ser mais curto*, que é do tipo posição, porque não envolve dinamismo e depende do participante a sua realização. Foram encontradas cinco ocorrências desse uso de *ter* que envolvem Estados de Coisas desse tipo. As outras cinco envolvem Estados de Coisas do tipo realização, como mostra a ocorrência (121):

(121) (...) sabe? eu **tenho** *que ir* até em casa buscar o carro senão não cabe num táxi. (19-Oral-Br-LF:São Paulo)

Observe-se que o Estado de Coisas *eu ir até em casa buscar o carro* é do tipo realização porque envolve dinamismo; depende do participante a sua realização; e é [+ télico].

O *type ter 6* diz respeito ao uso do verbo como auxiliar de modalidade deôntica orientada para o evento. Nesse uso, como mostra a ocorrência (122), abaixo, o verbo auxilia na expressão de obrigatoriedade de realização do Estado de Coisas descrito pela predicação:

(122) Cada indivíduo é um mistério em si mesmo, ele **tem** *que fazer* o caminho da descoberta. (1994-Notic-Br:Folha)

Nesse caso, o falante julga obrigatória a realização do Estado de Coisas *fazer o caminho da descoberta* por indivíduos inespecíficos. Esse Estado de Coisas é do tipo mudança, porque envolve dinamismo; é [- controle]; e sua realização exige o alcance de um ponto terminal. Os Estados de Coisas das outras quinze ocorrências de *ter* com esse uso também são do mesmo tipo.

Conclui-se que os usos de *ter* encontrados no material referente ao século XX são os mesmos encontrados nos textos das sincronias anteriores. Quanto ao valor percentual referente à frequência dos usos, considere-se que, nos textos do século XX, o uso de *ter* como

auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito apresenta um valor mais baixo, 11%, um tanto discrepante, uma vez comparado aos valores dos séculos anteriores: XVI, 54%; XVII, 43%; XVIII, 25%; e XIX, 28%.

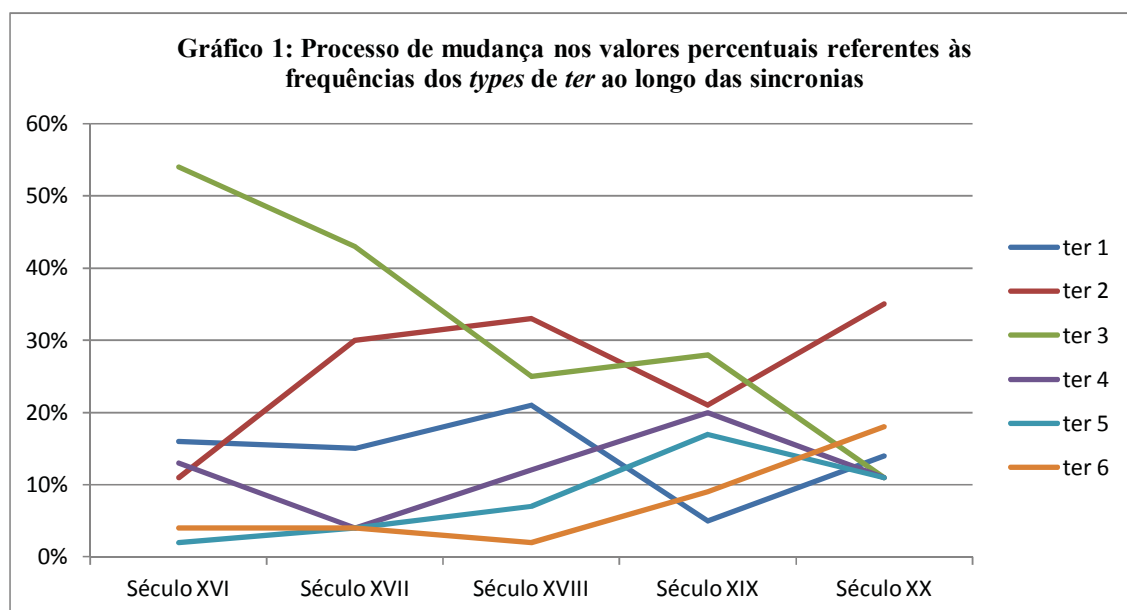
De um modo geral, o resultado da análise dos usos de *ter* encontrados no *corpus* não aponta para a ocorrência de um processo de desenvolvimento nos usos do verbo no PB nos períodos que compreendem os séculos XVI a XX, de modo tal que fosse possível verificar o *cline* hipotético de mudança “*ter* pleno > *ter* auxiliar aspectual > *ter* auxiliar temporal > *ter* auxiliar modal”, haja vista que todos esses usos do verbo estão presentes nos textos referentes a todas as sincronias. Assim, do século XVI até o século XX ocorrem usos de *ter* com várias acepções e estatutos categoriais que variam entre [+ auxiliar] e [+ pleno].

Quanto à frequência dos usos, note-se que os usos de *ter* como auxiliar de modalidade deontica orientada para o evento e para o participante mantêm frequências baixíssimas nos séculos XVI a XVIII; nos séculos subsequentes, as frequências aumentam muito pouco. O uso de *ter* como auxiliar de aspecto iterativo apresenta uma frequência que varia entre 35% e 11% ao longo dos séculos. O uso de *ter* como auxiliar de tempo pretérito perfeito apresenta um valor de frequência relativamente baixo, que varia entre 4% e 20%. O uso de *ter* pleno também apresenta um valor de frequência relativamente baixo, que varia entre 5% e 21%, ao longo das sincronias. Ao contrário dos demais usos, o uso do verbo como auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito é o mais recorrente nos textos dos séculos XVI, XVII e XIX; no século XVIII, sua frequência é razoável, 25%, em relação ao total; e, no século XX, sua frequência é muito baixa, 11%.

A tabela abaixo resume as frequências dos usos de *ter* em todas as sincronias:

Tabela 6: Resumo das frequências dos usos de <i>ter</i> em todas as sincronias					
<i>Types</i>	Sincronias				
	Sec. XVI	Sec. XVII	Sec. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX
<i>ter 1</i>	10 (16%)	11 (15%)	9 (21%)	6 (5%)	13 (14%)
<i>ter 2</i>	6 (11%)	21 (30%)	14 (33%)	27 (21%)	30 (35%)
<i>ter 3</i>	29 (54%)	31 (43%)	11 (25%)	35 (28%)	9 (11%)
<i>ter 4</i>	7 (13%)	3 (4%)	5 (12%)	25 (20%)	10 (11%)
<i>ter 5</i>	1 (2%)	3 (4%)	3 (7%)	21 (17%)	10 (11%)
<i>ter 6</i>	2 (4%)	3 (4%)	1 (2%)	12 (9%)	16 (18%)

Para uma melhor visualização do processo de mudança nos valores percentuais referentes às frequências dos *types* de *ter* ao longo das sincronias, apresenta-se o gráfico abaixo:



Como a frequência dos usos é um índice de processo de gramaticalização, o resultado da análise quantitativa dos dados, representado no Gráfico 1, sugere que *ter* auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito (*type ter 3*) é o uso menos gramaticalizado do verbo, haja vista que, no século XVI, sua frequência já é bastante elevada, diminuindo até o século XX. Por

outro lado, *ter* auxiliar de modalidade deôntica orientada para o evento (*ter* 6) parece ser o uso mais gramaticalizado do verbo; sua frequência é baixíssima até o século XVIII, a partir de quando o verbo passa a ser usado com mais recorrência.

Cabe considerar que, enquanto *ter* auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito já era um uso indubitavelmente instaurado na sincronia referente ao século XVI, instauração que certamente se inicializara em períodos anteriores, *ter* auxiliar de modalidade deôntica orientada para o evento começava a emergir nessa sincronia.

Assim, embora não seja possível verificar um processo claro de mudança nos usos de *ter* no PB nos períodos que compreendem os séculos XVI a XX, de modo a comprovar o *cline* de mudança postulado por Bybee *et alli* (1994), “***ter* pleno > *ter* auxiliar aspectual > *ter* auxiliar temporal > *ter* auxiliar modal**”, o resultado da análise quantitativa dos dados não permite refutá-lo, já que pode ter sido esse o processo de mudança do verbo *ter*.

Por fim, quanto ao Estado de Coisas em que os usos de *ter* se aplicam, cabe considerar que os usos não se definem em termos de sua aplicação em tipos específicos de Estados de Coisas, uma vez que operam sobre EsCos de tipos vários. Logo, a análise semântica do EsCos em que os usos de *ter* operam não é critério para defini-los.

CONCLUSÕES

Com base na existência de uma polissemia sincrônica nos usos de *ter*, em que o verbo é usado para codificar a acepção de posse e auxiliar na codificação das noções de tempo, aspecto e modalidade, este trabalho propôs descrever e analisar os usos do verbo *ter* no PB, de um ponto de vista diacrônico.

Esse objetivo foi motivado pelos pressupostos funcionalistas de que a polissemia não seria arbitrária, mas resultante de processo de mudança semântica desencadeado por mecanismos cognitivos como a metáfora e/ou a metonímia, ao longo do tempo. Além disso, as noções codificadas por *ter* estariam tão intrinsecamente relacionadas que uma teria se desenvolvido da outra, em razão do cumprimento das necessidades comunicativas; nesse caso, ocorreria um processo de mudança universal, em que o uso do verbo como auxiliar modal teria se desenvolvido do seu uso como auxiliar temporal, que teria surgido a partir do uso de *ter* auxiliar aspectual, que, por sua vez, teria se desenvolvido da noção de posse do verbo. Desse processo resultaria o *cline* de mudança:

“*ter* pleno > *ter* auxiliar aspectual > *ter* auxiliar temporal > *ter* auxiliar modal”

Como a mudança semântica é lenta e gradativa, não implicando uma substituição repentina, abrupta, de um sentido para o outro, ela geraria a polissemia, de um ponto de vista sincrônico.

No entanto, este estudo se baseou na hipótese de que, se, por um lado, esse postulado universal de *cline* de mudança não ocorreria no PB, por outro, também não haveria iconicidade entre a forma linguística *ter* e as funções por ela desempenhadas.

Desse modo a pesquisa propôs verificar, especificamente: i) o *cline* de desenvolvimento dos usos de *ter* no português do Brasil; ii) a semelhança de sentido entre os usos motivadora de seu desenvolvimento; e, iii) o(s) mecanismo(s) cognitivo(s) envolvido(s) no processo de mudança (metafórico e/ou metonímico).

Com o propósito de considerar possíveis identidades entre os diversos valores e os diversos tipos de uso obtidos em cada valor, empreendeu-se uma análise diacrônica do século XVI ao século XX, com base na tipologia dos Estados de Coisas postulada por Dik (1989).

A análise dos usos do verbo *ter* no PB, que se baseou nos textos dos séculos XVI a XX, extraídos do “*Corpus do Português*”, revelou seis *types* de *ter* nos materiais referentes a todas as sincronias, com estatutos categoriais que variam entre [+ auxiliar] e [+ pleno]. Os usos do verbo com estatuto categorial [+ auxiliar] dizem respeito aos usos de *ter* como auxiliar de aspecto iterativo; auxiliar de tempo pretérito perfeito e pretérito mais-que-perfeito; e modalidade deôntica orientada para o participante e para o evento. Por fim, os usos do verbo com estatuto [+ pleno] referem-se aos usos de *ter* como predicado oracional, codificando as noções de posse concreta, posse abstrata, existência e posse humana.

O resultado da análise qualitativa revelou que os usos do verbo *ter* atuam em vários tipos de Estados de Coisas e, por isso, eles não se definem em termos da semântica do Estado de Coisas em que atuam; nem há relações semânticas que permitem agrupar, por exemplo, tempo e aspecto, aspecto e modalidade, que poderia fornecer um suporte para o processo de gramaticalização nas diversas fases da diacronia investigadas, como estaria previsto nas hipóteses iniciais.

O resultado não aponta, portanto, para a ocorrência de um processo claro de desenvolvimento entre si das noções de aspecto, tempo e modalidade a partir da aceção mais concreta de posse de *ter* lexical no português brasileiro nos períodos que compreendem os séculos XVI a XX, o que impossibilita suportar de fato a hipótese postulada por Bybee *et alli* (1994) de universalidade do *cline* de desenvolvimento das categorias gramaticais (aspecto > tempo > modalidade).

No entanto, não cabe também refutá-la, haja vista que o resultado da análise quantitativa dos usos de *ter* sugere que *ter* auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito é o

uso menos gramaticalizado, e *ter* auxiliar de modalidade deôntica orientada para o evento é o uso mais gramaticalizado. Assim, que pode ter sido esse o processo de desenvolvimento dos usos do verbo antes da implantação da língua lusitana no Brasil colonial do século XVI, processo que escapou ao escopo do presente trabalho.

Ao tratar da gramaticalização de *ter* e *haver*, Castilho (2010) lembra que esses dois verbos, construídos com objeto direto, selecionam um sujeito possuidor. Especificamente, em latim *tenere* que mudou para *ter* em português significa “ter em suas mãos, possuir” e *habere* que mudou para *haver* em português significa “ter em sua posse, ser dono, guardar”. Ao se difundir na Antiguidade Clássica, a possibilidade, já no latim, de *tenere* substituir *habere*, esses verbos foram diferentemente selecionados ao longo da România e, no noroeste da Península Ibérica, *tenere* substituiu *habere*; em outras línguas românicas, *habere* predominou, como se vê no francês *avoir* e no italiano *avere*.

Já a partir do século XVI, quando o português lusitano foi implantado na então recém descoberta colônia da América, foi *ter* que predominou nas estruturas possessivas em detrimento de *haver*. Esse “embate” continuou a se perpetuar nas estruturas existenciais, nicho de atuação de *haver* que *ter* acabou, depois ocupando, e como auxiliar de tempo composto. As evidências mais visíveis mostram a gramaticalização de *avere* como auxiliar de tempo composto.

Salvi (1988, *apud* Castilho, 2010) mostra que não são muito visíveis, nas línguas românticas atuais, as relações que existem entre a forma plena de *habere*, como indicador de posse, e a forma do auxiliar *avere*, que parecem dois verbos totalmente diferentes um do outro. No entanto uma análise diacrônica do fenômeno permite perceber não apenas a conexão entre as duas formas, mas também a evidência de que os auxiliares *ter* e *haver* são formas gramaticalizadas dos respectivos verbos plenos.

O fato de o processo de gramaticalização de *ter* pleno como auxiliar ter sido iniciado já antes da implantação do português no Brasil não era obstáculo que se excluísse, de antemão, a possibilidade de prever agrupamentos semânticos na diacronia do português brasileiro que indiciassem o processo completo com todos os valores auxiliares (aspecto, tempo e modalidade). Na prática, todavia, foi outra a teoria.

Esse resultado, à primeira vista frustrante, leva necessariamente a uma reflexão obrigatória do trabalho científico, como o que se completa com esta tese. Uma investigação científica é sempre um procedimento de risco, na medida em que cria as condições para a projeção de uma hipótese que, no final, não se cumpre. A hipótese que, com efeito, foi projetada para esta tese era a possibilidade de haver, nas diferentes fases sincrônicas do português brasileiro, um *cline* bem definido de gramaticalização do auxiliar *ter* a partir do item lexical pleno com sentido de posse. Completava a hipótese a ideia funcionalista de que se aplicaria o princípio de iconicidade e com relações de alinhamento tipicamente transparentes entre o Nível Representacional e o Nível Morfossintático previstas pela GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Na busca incessante por esse *cline*, buscou-se, nas relações semânticas entrevistadas na tipologia de Estados de Coisas postuladas por Dik (1989), a possibilidade de poder restabelecê-lo com base nos próprios resíduos que o processo teria deixado, como pistas de sua própria implantação.

No entanto, nem mesmo essa hipótese se cumpriu na diacronia do português brasileiro. Esse risco não parece, no final, resultar de um trabalho de pesquisa inócuo, destituído de sentido, e tampouco frustrante. Muito pelo contrário, o esforço aqui despendido contribui não só para o conhecimento do português brasileiro, mas também para nos precaver do perigo da adoção fácil da teoria mais à mão para a explicação de um fenômeno investigado.

A polissemia nos usos de *ter*, resultante de um possível processo de mudança ao longo do tempo, acusa, no português contemporâneo, a violação do princípio da iconicidade, em sua versão idealizada, que prevê uma relação biunívoca entre as unidades de todos os níveis linguísticos.

Assim, a opacidade que se observa entre as unidades de sentido e a forma verbal que as codifica pode ser apenas superficial e decorrente, pode-se especular, de algum processo não arbitrário já provavelmente implantado no próprio latim. Nesse caso, não custa continuar apostando na visão funcionalista de que a opacidade/arbitrariedade que se entrevê na polissemia nos usos de *ter* tenha possivelmente originado de uma relação icônica de base metafórica ou metonímica.

O que se pode generalizar é que o caráter funcional da língua é, portanto, vulnerável a mudanças que visam a atender às pressões sociocomunicativas; consequentemente, o verbo pleno teria inaugurado a codificação de noções mais abstratas com base num processo de gramaticalização desenvolvido ao longo do tempo, mas numa fase que antecede a própria implantação do português brasileiro na então colônia portuguesa.

Votre e Naro (1989) levantaram o caso do Tok Pisin, apoiados em Givón (1991a, p. 6), segundo o qual, se muitas estruturas opacas se originam de estruturas icônicas, o acréscimo do grau de arbitrariedade está em relação diretamente proporcional com o processo de gramaticalização. O processo de implantação das formas, que acusa a não violação do princípio de transparência se torna altamente visível quando se tem uma língua em franco processo de desenvolvimento, como os pidgins e crioulos, categoria em que se enquadra o Tok Pisin.

Um estudo na perspectiva formalista, não interessado diretamente na relevância do uso, ficaria sempre imune às determinações semânticas e pragmáticas que subjazem a determinadas formas de codificação. No caso do fenômeno aqui investigado, em que esse

objetivo foi intensamente perseguido também não foi possível detectar, ao menos nas fases diacrônicas do português brasileiro, após sua implantação no século XVI, qualquer indício residual que comprovasse esse *cline*.

Resultados como os aqui discutidos, que não fornecem suporte seguro para sustentar nem mesmo a posição francamente funcionalista adotada, mostram não ser mais possível considerar as teorias formalistas e as teorias funcionalistas como abordagens antagônicas de um mesmo fenômeno, visto como diferentes objetos teóricos; não passam de diferentes pontos de vista que mais se completam do que se excluem na explicação fundamentada da relação entre estrutura e funcionamento linguístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, C. *Structure and function: a guide to three major structural-functional approaches*. Amsterdam: John Benjamins, 2003.
- BYBEE, J. Mechanism of Change in Grammaticization: the Role of Frequency. In: BRIAN, J. D.; JAND, R. D. (Ed.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Blackwell Publishing, 2003.
- BYBEE, J. *et alii*. *The Evolution of Grammar – tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Org.) *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995.
- CAMACHO, R. G. A interface sintaxe e discurso na gramática funcional. In: *Os fatos da linguagem. Esse conjunto heteróclito*. Araraquara: FCL-UNESP, Laboratório Editorial. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006, p. 39-79.
- _____. *Classes de palavras na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional. O papel da nominalização no continuum categorial*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- CARDOSO, A.; PEREIRA, S. Contributos para o estudo da emergência do tempo composto em português. In: *Revista da ABRALIN*, vol. 2, n. 2, dezembro de 2003, p. 159-181.
- CASSEB-GALVÃO, V. C. *O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1999.
- _____. *Evidencialidade e Gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão diz que*. Tese de Doutorado, 2001.
- CASTILHO, A. T. de. *A Gramaticalização*. Estudos Linguísticos e Literários. UFB, 1995.
- _____. Aspecto verbal no português falado. In: ABAURRE, M B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (Org.) *Gramática do português falado*, vol. VIII. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 83-121.
- _____. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHOI, S. The development of Epistemic Sentence- ending modal forms and functions in Korean Children. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Org.) *Modality in grammar and discourse*. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam/Philadelphia, 1995, p. 165-204.
- CHOMSKY, A. N. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- _____. Panorama e rumos atuais da linguística. *Tempo brasileiro* (Rio de Janeiro), vol. 32, 1973, p. 18-35.
- COMRIE, B. *Aspect – an introduction to the study of verbal aspect*. London: Cambridge University Press, 1976.

_____. *Tense*. London: Cambridge University Press, 1985.

CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. Campinas: Pontes, 1991.

CORÔA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos do português*. São Paulo: Parábola, 2005.

CORRÊA, L. M. S. Língua e cognição: antes e depois da revolução cognitiva. In: PFEIFFER, C. C.; NUNES, J. H. (Org.). *Linguagem, história e conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006, p. 103-139.

COSTA, S. B. B. *O aspecto no português*. São Paulo: Cultrix, 1997.

CRISTOFARO, S. Grammaticalization and clause linkage strategies (A typological approach with particular reference to Ancient Greek). In: RAMAT, A. G.; HOPPER, P. (Org.) *The limits of grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1998, p. 59-88.

CROFT, W. *Typology and Universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Autonomy and functionalist linguistics. In: ARONOFF, M. (Ed.) *Language – journal of the linguistic society of America*, vol. 71, n. 3, 1995, p. 490-532.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive Linguistics* – Cambridge textbooks in linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. I – The structure of the clause. Dordrecht-Holland/ Providence RI-EUA: Foris Publications, 1989.

_____. *The theory of functional grammar*. II – Complex and derived constructions. New York: Mouton, 1997.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York, San Francisco, London: Academic Press, 1979.

_____. *Syntax I*. Nova York: Academic Press, 1984.

_____. Isomorphism in the grammatical code: cognitive and biological considerations. *Studies in language*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991a.

_____. Serial Verbs and the Mental Reality of Event: grammatical vs. Cognitive Packaging. In: E. TRAUGOTT; HEINE, B. (Ed.) *Approaches to Grammaticalization*, vol. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991b, p. 81-127.

GRAIG, C. (Ed.) *Noun classes and categorization – typological studies in language*, vol. 7. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1986, p. 165-214.

HAIMAN, J. The iconicity of Grammar: Isomorphism and motivation. In: BRIGHT, W. (Ed.) *Language journal of the linguistic society of America*, vol. 54, n 3, Baltimore: Linguistic society of America at the Waverly Press, 1980, p. 515-540.

_____. (Ed.) *Iconicity in Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985, p. 1-7.

HALLIDAY, M. A. K. Language Structure and Language Function. In: LYONS, J. (Ed.) *New Horizons in Linguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1970, p. 140-165.

_____. *Exploration in the functions of language*. London: Edward Arnold, 1973.

HEINE, B. *Auxiliaries – Cognitive Forces and Grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 1993.

_____. Grammaticalization. In: JOSEF, B. D.; JANDA, R. (Ed.) *The handbook of historical linguistics*. Blackwell Publishing, 2003, p. 575-601.

HEINE, B. *et alii*. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago, 1991.

HEINE, B.; REH, M. *Grammaticalization and reanalysis in African languages*. Hamburg: Helmut Buske, 1984.

HENGVELD, K. The architecture of a Functional Grammar. In: MACKENZIE, L. J.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (Ed.) *A new architecture for Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p. 1-21.

_____. Transparency in Functional Discourse Grammar. *Linguistics in Amsterdam*, 2011, p. 1-22.

HENGVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar. A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____. Alinhamento interpessoal, representacional e morfossintático na Gramática Discursivo-Funcional. *Revista D.E.L.T.A.*, 25:1, 2009, p. 181-208.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1991, vol. 1. p. 17-35.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. The discourse basis for lexical categories in universal grammar. In: BRIGHT, W. (Ed.) *Language – journal of the society of America*, Baltimore, vol. 460, n. 4, 1984, p. 703-752.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILARI, R. *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, vol. 3. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 53-92.

ILARI, R.; BASSO, R. M. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCH, I. V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.) *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, vol. 3. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 251-300.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors We Live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, R. W. Observations and speculations on subjectivity. In: HAIMAN, J. (Ed.) *Iconicity in syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985, p. 109-150.

LEE, D. *Cognitive Linguistics – an introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization – a programmatic sketch*. Akup: /arbeiten des Kölner Universalien – Projekts, 1982.

_____. Grammaticalization: Synchronic Variation and Diachronic change. *Lingua e Stile*, vol. 20, n.3, 1985.

LEUFKENS, S. The transparency of creoles. s/d. No prelo.

LIMA-HERNANDES, M. C. *A interface Sociolinguística/ Gramaticalização: a estratificação de usos de tipo, feito, igual como sincronia e diacronia*. Unicamp: Tese de Doutorado, 2005.

LONGO, B. N. O. *A auxiliaridade e a expressão do tempo em português*. Tese de doutorado, UNESP. Araraquara, 1990.

LONGO, B. de O.; CAMPOS, O. de S. A auxiliaridade: perífrases de tempo e de aspecto no português falado. In: ABAURRE, M.; RODRIGUES, A. (Org.) *Gramática do Português Falado*. V. VIII: *Novos estudos descritivos*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2002, p. 445-477.

LYONS, J. *Semantics 2*. London: Cambridge University Press, 1977.

MENDES, R. B. *A gramaticalização de estar + gerúndio no Português Falado*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, 1999.

_____. *Estar + gerúndio e ter + particípio – aspecto verbal e variação no português*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, 2005.

MYHILL, J.; SMITH, L. A. The discourse and interactive functions of obligation expressions. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Org.) *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins publishing Company, 1995, p. 239-292.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Araraquara, 2000.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *A gramática – história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

PALMER, F. R. *Mood and Modality*. London: Cambridge University Press, 1986.

PEIXOTO, C. S. *Os usos do verbo TER: descrição e gramaticalidade*. Dissertação de Mestrado em Letras – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás, 2006.

PEZATTI, E. G. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.) *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Editora Cortez, vol. 3., 2005, p.165-218.

RAMAT, A. G. Testing the boundaries of grammaticalization. In: RAMAT, A. G.; HOPPER, Paul. (Org.) *The limits of grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1998, p. 147-158.

ROSCH, E. Natural Categories. In: Revista *Cognitive Psychology*, vol. 4, 1973, p. 328-350.

SAPIR, E. *Language: An introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, 1921.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1977 (Título original, 1916).

SILVA-CORVALÁN, C. Contextual Conditions for the interpretation of “poder” e “deber” in Spanish. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Org.) *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995, p. 67-105.

TAYLOR, J. R. *Linguistic Categorization. Prototypes in Linguistic Theory*. New York: Oxford University Press, 1989.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TRAUGOTT, E.; KÖNIG, E. The Semantics-pragmatics of Grammaticalization Revisited. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, vol.1, 1991, p. 189-218.

TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal no português – a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

VELASCO, D. G. *Funcionalismo y Linguística: la Gramática Funcional de S.C. Dik*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2003.

VOTRE, S. J.; NARO, A. J. Mecanismos funcionais do uso da língua. *Revista D.E.L.T.A.*, vol. 1, n. 2, 1989, p. 169-184.

WEEDWOOD, B. *História Concisa da Linguística*. São Paulo: Editora Parábola, 2002.

Autorizo a reprodução xerográfica para fins de pesquisa.

São José do Rio Preto, ____/____/____.

CLEILIANE SISI PEIXOTO